

JOSÉ COSTA AYRES JÚNIOR

**A ORGANIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E A
REFUNCIONALIZAÇÃO DE UM ESPAÇO REGIONAL NA MICRORREGIÃO DO
MÉDIO MEARIM MARANHENSE**

Florianópolis-SC
2007

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

José Costa Ayres Júnior

**A ORGANIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E A
REFUNCIONALIZAÇÃO DE UM ESPAÇO REGIONAL NA MICRORREGIÃO DO
MÉDIO MEARIM MARANHENSE**

Orientador: Prof. Dr. Carlos José Espíndola

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis-SC, março de 2007

A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na Microrregião do Médio Mearim Maranhense

José Costa Ayres Júnior

Coordenador: _____

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Presidente: _____

Prof. Dr. Carlos José Espíndola (Orientador - UFSC)

Membro 1: _____

Prof. Dr. César Augusto Ávila Martins - FURG

Membro 2: _____

Prof. Dra. Walquíria Krüger Correa - UFSC

Membro 3: _____

Prof. Doutorando João Claudino Tavares – UFMA

Florianópolis-SC, 05 de março de 2007

Dedico esta dissertação a Deus, fonte do que há de melhor em mim, a meu pai (José Ayres), a minha mãe (Maria José, *in memoriam*), e a meus irmãos (Janior, Luzia de Maria e Bernardo James), pela presença sempre constante em meus pensamentos e motivações.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que precisaria registrar nestes agradecimentos, pois muitas foram as pessoas que participaram de incontáveis experiências ao longo da minha vida. Entretanto, gostaria de agradecer em especial às pessoas que mais diretamente participaram do desafio que foi cursar este mestrado. Primeiramente, agradeço a meus pais, pela educação recebida desde a tenra idade, não só pela formal de colégio, mas pela que interferiu diretamente para minha moral e meus valores. Agradeço à Michele, minha amada, que muito ajudou a levar a cabo este trabalho, através de seu abraço e seu amor, suas palavras e sua presença sempre constantes. Ao meu orientador Carlos José Espíndola, pelas orientações valiosas e certas que me encaminharam a um trabalho geográfico sem esquecer minhas origens acadêmicas, muitíssimo obrigado Carlão. Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, onde hora apresento este trabalho, pela oportunidade de crescimento acadêmico e pelo ambiente de ciência presenciado entre seus professores e alunos. À CAPES, pela bolsa concedida durante dois anos e que muito concorreu para o bom andamento deste trabalho. Agradeço ao meu amigo-colega de turma Anderson Bertholi pelas idéias trocadas nos mais variados lugares e pelas revisões e sugestões em textos deste trabalho e que só contribuíram para seu melhoramento. Ao Diogo Barnetch cujo caráter me serviu de inspiração. Aos demais colegas da geografia que me facilitaram entrar no mundo do pensar geograficamente. Agradeço a Janaína Aguiar, amiga especial que muito me estimulou para cursar este mestrado. E sabendo que estou deixando de registrar ainda muitos nomes, encerro estes agradecimentos com três destaques especiais. O primeiro se dirige às quebradeiras de coco babaçu, razão de ser deste trabalho, pelo exemplo de vida e de lutas, pela coragem e determinação em querer uma vida diferente para si, para suas famílias e para todas aquelas que vivenciam diariamente a dura lida nos babaçuais deste país. Em particular, registro meus agradecimentos à Dona Dada, à Dona Toinha e à Dona Dijé; aos técnicos da ASSEMA, que muito colaboraram em suas entrevistas; à Valderlene, que muito esclareceu as diferenciações entre MIQCB e ASSEMA durante os trabalhos de campo e nossas frutíferas conversas; ao Arisvalter da Saponólio Garoto pela disposição em contribuir com ótimas informações em sua entrevista; a todas as mulheres da AMTR em Ludovico, em São Manoel e em Lago dos Rodrigues; também a todas as quebradeiras de coco de São José dos Mouras que abriram as portas de suas casas para ceder entrevistas; à Cyntia e à Helciane, pelas informações trocadas em São Luís; ao seu Célio Alves, à Carol e a todos na sede do MIQCB em São Luís. A todos do Grupo Oração universitário (GOU), pelos exemplos de vida e de sucesso acadêmico que muito serviram de motivação. O último, e com certeza não menos importante agradecimento, se dirige ao meu grande amigo João Claudino Tavares, que me acolheu ainda na graduação durante o período de iniciação científica junto ao PIBIC/CNPq, momento em que cultivamos mais que uma relação professor-aluno e onde pude aprender muito sobre cultura popular, história do Brasil, pelas idéias trocadas, pelo exemplo de vida e retidão. Agradeço-lhe muito especialmente por ter me feito o convite de fazer este mestrado em Santa Catarina e por ter me abrigado em sua residência durante meu primeiro ano de curso. Agradeço seus inúmeros conselhos, sempre inspiradores, instigadores e motivadores. Agradeço seu olhar profundo de pesquisador que viu em mim desde cedo um potencial que eu mesmo não conhecia e que ainda não despertei completamente. Agradeço a você, Liana e Caio pela sinceridade, paciência e pelos momentos sem igual de convivência e amizade.

RESUMO

O presente trabalho trata do processo histórico de conflitos pelo coco babaçu e pela terra em municípios da Microrregião do Médio Mearim no Estado do Maranhão, particularmente Pedreiras, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lima Campos e Esperantinópolis, com foco nas quebradeiras de coco babaçu. O objetivo principal é analisar como estas pessoas superaram as limitações e restrições sociais a que estavam submetidas e conquistaram juntamente com suas famílias não só a terra como o acesso a esta “dádiva da natureza”. Neste processo são analisados ainda alguns elementos específicos como a modificação na estrutura funcional familiar dos trabalhadores agroextrativistas, na qual as ditas mulheres são integrantes, bem como a formação das duas principais associações de quebradeiras de coco: A AMTR (Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais), de caráter regional e o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), de caráter interregional. O referencial utilizado será o conceito de Formação Sócio-Espacial. Dentre algumas das conclusões desta dissertação temos que foi o latifúndio que criou as condições materiais para o início das lutas pela terra, e as quebradeiras de coco foram as primeiras a tomarem essa iniciativa. O MIQCB surge do desejo das quebradeiras de coco de congregar todas as quebradeiras da área de babaçuais, e por outro, de uma lacuna não preenchida pelas outras organizações então criadas que não conseguiam ainda atender às demandas específicas dessas mulheres. Todas essas organizações têm por alvo a reivindicação de políticas públicas para a totalidade das famílias residentes no campo que executam essa mesma atividade. Dentre essas reivindicações hoje se destaca o Projeto de Lei Babaçu Livre.

PALAVRAS-CHAVE: Quebradeiras de coco babaçu; Médio Mearim; Maranhão; Luta pela terra; MIQCB

RESUMEN

El presente trabajo se trata del proceso histórico de los conflictos por la tierra ocurridos en los municipios de la Microregión del Medio Mearim en el Estado de Maranhão, particularmente Pedreiras, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lima Campos y Esperantinópolis, con un grupo social muy característico de Maranhão y de esa microregión en particular, donde la formación social desarrollada a lo largo del siglo XX potencializó la conquista de la tierra vía reforma agraria. Tiene por objetivo principal analizar cómo las quebraderas de coco babazu superaron las limitaciones y restricciones sociales que estaban sometidas y se volvieron personajes destacados de los conflictos por la tierra en los años 1980. Al mismo tiempo se analizarán algunos aspectos específicos como la modificación en la estructura funcional familiar de los trabajadores agroextrativistas en la cual las mujeres son integrantes así como la formación de las dos principales asociaciones de quebraderas de coco: La AMTR (Asociación de Mujeres Trabajadoras Rurales) que actúa en cuatro municipios del Medio Mearim y el MIQCB (Movimiento Interestatal de Quebraderas de Coco Babazu), que se organiza en Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins. Por lo tanto, nosotros utilizaremos el concepto de Formación Socio-Espacial que se liga al concepto de Formación Económico-Social utilizado por la ciencia económica debido a la necesidad de una localización espacio-temporal de los eventos sociales. Dentro de algunas conclusiones de esta disertación elencamos: Fue el latifundio quien creó las condiciones materiales para el inicio de las luchas por la tierra y las quebraderas de coco fueron las que primero tomaron esa iniciativa. El MIQCB surge, por un lado, del deseo de las quebraderas de coco de congregar todas las quebraderas de coco en toda el área de babazuales. Por otro lado, de un espacio no llenado por las organizaciones creadas en ese entonces que no conseguían aún atender las demandas específicas de las mujeres. La consolidación de esa organización de las quebraderas de coco tiene como objetivo la reivindicación de políticas públicas para la totalidad de las familias de las mujeres que ejercitan la misma actividad. Dentro de estas reivindicaciones hoy se destaca el Proyecto de Ley Babazu Livre.

PALABRAS CLAVE: Quebraderas de coco babazu; Medio Mearim; Maranhão; Lucha por la tierra; MIQCB

Lista de Figuras

FIGURA 1: Mapa do Estado do Maranhão e seus principais rios e municípios.....	18
FIGURA 2: Vista Frontal da fábrica de sabonetes da AMTR no Povoado Ludovico, em Lago do Junco /MA.....	19
FIGURA 3: Mapa dos municípios da Microrregião do Médio Mearim, conforme malha municipal do censo de 1996 do IBGE.....	29
FIGURA 4: Foto de roça agroecológica da COOPPALJ em meio a palmeiras de babaçu.....	41
FIGURA 5: Mata densa de babaçual em Pedreiras/MA	43
FIGURA 6: Fluxograma do esquema de comercialização do babaçu.....	51
FIGURA 7: Tonéis para armazenamento de óleo da COOPPALJ em Lago do Junco/MA.....	103
FIGURA 8: Tonéis para armazenamento de óleo da empresa Saponólio Garoto em Trizidela do Vale/MA.....	104
FIGURA 9: Vista frontal da COOPPALJ em Lago do Junco/MA.....	115
FIGURA 10: Plantação de Ervas aromáticas para extração de essências para o sabonete Babaçu Livre da AMTR, Povoado São Manoel, Lago dos Rodrigues/MA	121
FIGURA 11: Roça tradicional (no toco) do Maranhão com palmeiras de babaçu queimadas. Pedreiras/MA.....	125

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1: Total de área dos estabelecimentos em cada estrato de área - 1950	76
GRÁFICO 2: Total de área dos estabelecimentos por estrato de área - 1960.....	77
GRÁFICO 3: Total de área dos estabelecimentos por estrato de área - 1980.....	77
GRÁFICO 4: Total de área dos estabelecimentos por estrato de área - 1996.....	77
GRÁFICO 5: Total de áreas de lavoura dos estabelecimentos por estratos de área - 1950.....	78
GRÁFICO 6: Total de áreas de lavoura dos estabelecimentos por estratos de área - 1960.....	78
GRÁFICO 7: Total de áreas de lavoura dos estabelecimentos por estratos de área - 1970.....	79
GRÁFICO 8: Total de área de lavoura dos estabelecimentos por estrato de área - 1980.....	79
GRÁFICO 9: Evolução da área de terras com lavouras - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996.....	81
GRÁFICO 10: Evolução das áreas com pastagens - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996	81
GRÁFICO 11: Evolução da área plantada com arroz - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996	82
GRÁFICO 12: Evolução da área plantada com mandioca - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996.....	82
GRÁFICO 13: Evolução da área plantada com milho - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996	83
GRÁFICO 14: Evolução das áreas proprietadas - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996...	85
GRÁFICO 15: Evolução das áreas arrendadas - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996....	86
GRÁFICO 16: Evolução das áreas ocupadas - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996.....	86

Lista de Tabelas

TABELA 1: capacidade instalada e ociosa da indústria de óleos de babaçu no Maranhão (1980-81).....	45
TABELA 2: Produção (ton.) brasileira de babaçu - 1920 a 1996.....	45
TABELA 3: Total de Unidades Produtivas de Óleo de Babaçu no Maranhão - 1966 a 1990.....	46
TABELA 4: Maiores produtores (%) nacionais de babaçu.....	54
TABELA 5: Exportações mundiais de óleos láuricos selecionados (1 000 ton).....	59
TABELA 6: Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectare).....	80
TABELA 7: População (distribuição entre urbana e rural) - Maranhão.....	85
TABELA 8: Total de Projetos de Assentamento no Estado do Maranhão criados durante a década de 1980.....	93
TABELA 9 Área plantada com arroz, feijão, milho, mandioca, algodão e cana-de-açúcar - 1950.....	158
TABELA 10 Área plantada com arroz, feijão, milho, mandioca, algodão e cana-de-açúcar - 1970.....	159
TABELA 11 Área plantada com arroz, feijão, milho, mandioca, algodão e cana-de-açúcar - 1980.....	160
TABELA 12 Condição legal das terras - 1950.....	161
TABELA 13 Condição legal das terras - 1960.....	161
TABELA 14 Condição legal das terras - 1970.....	162
TABELA 15 Condição legal das terras - 1980.....	163
TABELA 16 Utilização das terras - 1950.....	164
TABELA 17 Utilização das terras - 1960.....	165
TABELA 18 Utilização das terras - 1970.....	166
TABELA 19: Utilização das Terras - 1980.....	167
TABELA 20: Estratos de área dos estabelecimentos e total de área em cada estrato - 1950.....	168
TABELA 21: Estratos de área dos estabelecimentos e total de área em cada estrato - 1960.....	169
TABELA 22: Estratos de área dos estabelecimentos e total de área em cada estrato - 1970.....	170
TABELA 23: Grupos de área total - 1980.....	171
TABELA 24: Estratos de área dos estabelecimentos e total de área em cada estrato	

- 1996.....	172
TABELA 25: Estratos de área cultivadas com lavouras e total de área em cada estrato - 1950.....	173
TABELA 26: Estratos de área cultivadas com lavouras e total de área em cada estrato - 1960.....	174
TABELA 27: Estratos de área cultivadas com lavouras e total de área em cada estrato - 1970.....	175
TABELA 28: Estratos de área cultivada - 1980.....	176
TABELA 29: Atividade predominante nos estabelecimentos e total de área em cada atividade - 1950.....	177
TABELA 30: Atividade predominante nos estabelecimentos e total de área em cada atividade - 1960.....	178
TABELA 31: Atividade predominante nos estabelecimentos - 1980	179
TABELA 32: Número de Projetos de Assentamento no Estado do Maranhão - década de 1980.....	180

Lista de Quadros

QUADRO 1: Principais elementos formadores da paisagem natural nos vales do Mearim e Pindaré.....	33
QUADRO 2: Indústrias compradoras de óleo de babaçu (1981-82).....	52

Lista de Siglas

ACR	Ação Católica Rural
APA-TO	Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins
ACESA	Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura
ASPTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
AMTR	Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues
ASMUBIP	Associação de Mulheres do Bico do Papagaio
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CEPES	Centro de Educação Popular Esperantinense – Esperantina - PI
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
CENTRU	Centro de Trabalho Rural - Imperatriz - MA
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNPT	Conselho Nacional de Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COPPALJ	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco
DFID	Department for International Development
EIQCB	Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
FAOR	Fórum da Amazônia Oriental
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ITERMA	Instituto de Terras do Maranhão
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

Lista de Siglas

PCTA	Programa de Articulação e Capacitação de Técnicos e Agricultores da Amazônia
RAMA	Rede Agroecológica do Maranhão
RECOPA	Rede de Comercialização de Pequenos Agricultores Associados
RIPP	Rede de Intervenção em Políticas Públicas
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
STR	Sindicado dos Trabalhadores Rurais
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	15
1	A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO MARANHÃO E DA REGIÃO DO VALE DO MEARIM.....	22
1.1	Gênese do Processo de Ocupação.....	22
1.2	A ocupação da região do Mearim.....	26
1.3	Sistema Produtivo Agroextrativista.....	28
1.4	O capital comercial na gênese e na decadência da economia do babaçu...46	
2	A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E AS GRILAGENS NA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO MARANHÃO E DO VALE DO MEARIM.....	59
2.1	Análise da evolução fundiária do Maranhão E DO MÉDIO MEARIM.....	67
2.2	A grilagem no Brasil.....	85
2.3	Conflitos pela terra.....	87
2.3.1	A formação do Movimento das quebradeiras de coco babaçu.....	95
3	AS RELAÇÕES ORGÂNICAS NAS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU.....	107
3.1	Algumas considerações acerca da constituição das associações de trabalhadores Agroextrativistas no Médio Mearim.....	112
3.2	A Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais - AMTR.....	118
3.3	A Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão - ASSEMA.....	121
3.4	O Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB... 124	
4	CONCLUSÃO.....	131
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136
	ANEXO I – Tabelas.....	145
	ANEXO II – Leis Babaçu Livre.....	182

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata do processo histórico de luta pela terra em municípios da Microrregião do Médio Mearim no Estado do Maranhão, particularmente Pedreiras, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lima Campos e Esperantinópolis (para visualização, observar as Figuras 1 e 3, respectivamente logo abaixo e na página 27, com os mapas do Estado do Maranhão enfocando os principais rios e a Microrregião do Médio Mearim e seus municípios), com um grupo social muito característico do Maranhão, e dessa microrregião em particular, onde a formação social desenvolvida ao longo do século XX potencializou as condições para a conquista da terra via reforma agrária.

Tem por objetivo principal analisar como as mulheres quebradeiras de coco babaçu¹ superaram as limitações e restrições sociais às quais estavam submetidas e se tornaram personagens destacadas nos conflitos pela terra nos anos de 1980 e como na década seguinte se constituíram importantes instrumentos de intervenção social através de associações e cooperativas (Figura 2 abaixo).

Ao mesmo tempo, serão analisados alguns elementos específicos como a modificação na estrutura familiar dos trabalhadores agroextrativistas, na qual as quebradeiras de coco são integrantes, bem como a formação das duas principais associações de quebradeiras de coco: A AMTR (Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais), que atua em quatro municípios do Médio Mearim e o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), que se organiza no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins.

¹ O termo “quebradeira de coco” foi auto-atribuído pelo grupo analisamos e é, portanto, a designação de que nos utilizaremos em todo o trabalho, e não a forma “quebradora de coco”, a mais correta ortograficamente.

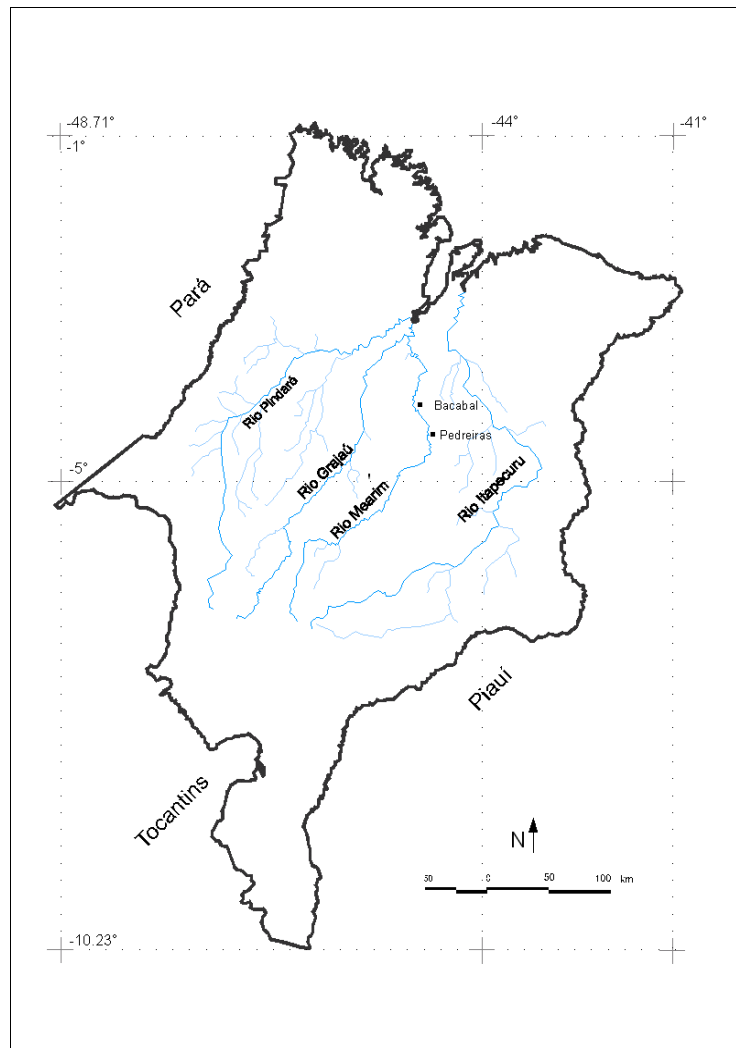


FIGURA 1: Mapa do Estado do Maranhão e seus principais rios e municípios

FONTE: IBGE, 2002 (com adaptações)

O tema proposto será analisado à luz do conceito de Formação Sócio-Espacial desenvolvido por Santos (1977), formulado a partir do conceito de Formação Econômico-Social utilizado pela ciência econômica carente de uma localização espaço-temporal dos eventos sociais. Na sua análise, o espaço é formado a partir da relação entre o homem e o lugar do cotidiano, do dia-a-dia, das relações orgânicas entre os entes próximos fisicamente, não só, mas a própria interação entre os diferentes integrantes da sociedade humana favorece a troca de informação que culmina por interferir naqueles que interagiram, modificando-os. A sociedade é, portanto, uma entidade dinâmica por natureza devido ao fato de ser a própria expressão da totalidade das ações sociais do ser humano.

Nesse sentimento, o movimento da história valoriza a cada momento histórico a forma como os elementos espaciais (instituições, empresas, infra-estruturas, sociedade, etc.) se relacionarão entre si e qual sistema técnico surgirá.

Tal sistema faz parte da estrutura do modo de produção mediador das relações sociais e definidor dos papéis de cada elemento espacial na totalidade do espaço a partir de cada uma de suas subdivisões.

Conhecendo-se os sistemas técnicos predominantes em cada momento histórico é possível entender as variadas formas históricas em que se estruturam, funcionam e articulam as particularidades da totalidade do espaço (SANTOS, 2002: 171).



FIGURA 2: Vista Frontal da fábrica de sabonetes da AMTR no Povoado Ludovico, em Lago do Junco/MA

FONTE: Foto do autor, 2005

Em cada homem, individualmente, se materializam as expressões dos sistemas técnicos relevantes em seu cotidiano. Assim, ele traz as marcas do tempo a partir das suas vivências e experiências, com traços do passado e do presente. O

seu local é a unidade dialética e contraditória dos tempos do espaço, das singularidades da mesma totalidade.

É pela mediação do trabalho social que o modo de produção se faz sentir em cada território pelas suas expressões: relações sociais, conjunto técnico e na organização funcional dos espaços e recursos naturais. Identifica indivíduos e grupos entre si, fortalece relações entre próximos e distantes fisicamente e submete indivíduos a indivíduos, lugares a lugares.

O conceito de Verticalidade é a expressão desta relação entre lugares estranhos entre si, que por sua vez contrastam com as relações de proximidade entre indivíduos e lugares próximos e contíguos que são sinônimos das horizontalidades de poder e de trocas de informações. Estas são construídas no dia-a-dia a partir de suas motivações e interesses próprios. Desse modo, o resultado do trabalho, os ganhos e os acréscimos na paisagem refletem justamente o momento histórico e o tempo do lugar em que se vive (SANTOS, 2002).

É através dessas interações que os conjuntos técnicos, as edificações, as materializações do trabalho humano denunciam o tempo da história dos lugares na cristalização das relações sociais, dos valores, das técnicas, da cultura, da espiritualidade e das valorações sociais do ambiente natural. Como síntese, são heranças materializadas do tempo-espaço do trabalho passado não apenas do momento histórico imediatamente precedente, mas de toda a história da humanidade.

Quanto mais coeso um território se apresenta tanto mais impõe limites à globalização e às verticalidades, muito embora não se torne autônomo do mundo devido à divisão internacional do trabalho. Na medida em que a economia se torna complexa uma perspectiva espacial mais ampla se apresenta e o espaço local do trabalho é cada vez menos suficiente para responder à totalidade das necessidades do indivíduo, conseguindo suprir cada vez menores quantidades de suas necessidades de subsistência e reprodução quanto mais a divisão do trabalho seja intensificada.

O atual momento só se tornou possível devido ao padrão técnico existente, não mais submetido à natureza ou à simples técnica. Os recursos disponíveis nos sistemas de comunicação em escala planetária reduzem as distâncias e os tempos que a informação circula pelo mundo e se põe a disposição de todos, principalmente pela ideologia do consumo, que tem remodelado os espaços nacionais dos países.

A ciência, a técnica e a informação instantânea controladas pelo modo de produção capitalista materializaram a atual feição do mercado mundial onde o setor financeiro controla as cadeias e os fluxos mundiais de produção, comercialização e transporte da riqueza produzida (CHESNAIS, 1996). É por eles também que o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades de produção e, sobretudo, de circulação dos insumos, das mercadorias, do dinheiro, das idéias e valores, das ordens e dos homens (SANTOS, 2002).

A técnica, enquanto modo de fazer, subverteu as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações das classes sociais entre si e as relações entre nações. Tem seus pilares na ciência, pesquisa pura e aplicada, tecnologia e mídia de massa, e tem como seu grande veículo de afirmação as empresas transnacionais (Ibidem).

O capitalismo, síntese histórica dos homens, os libertou de sua dependência dos elementos naturais os levando a depender de suas próprias criações, das matérias que fabricaram e das forças que puseram em movimento, pois se tornaram coisas sociais portadoras de funções humanas (Ibidem).

A menor unidade do espaço é o lugar onde um homem vive e se relaciona com outros de sua espécie. Esse relacionamento é influenciado primeiro pelo meio físico em que estejam e depois pela herança das vivências (cultura, valores, leis, hábitos, etc.) do grupo, internamente, entre seus membros e outros grupos próximos. Para Raffestin (1993), tais vivências culminam na formação do território, o mesmo que para Santos (2002) é o lugar da luta de classes.

O grupo social que faz parte de nosso objeto de estudo, as quebradeiras de coco babaçu do Médio Mearim, são a expressão de um conjunto de relações sociais

– gestadas a partir de traços particulares da formação econômica e social do Maranhão – cujo ponto de partida localiza-se no início do século XX, e o momento de crise nos seus últimos vinte e cinco anos, quando o latifúndio começa a expulsar os trabalhadores residentes nas fazendas em modernização (SORJ, 1980: 136).

Ao passo que a pecuária se expandia, a pressão pela “liberação” da terra ocupada pelos posseiros se agravava, seja pelo viés da violência, seja pela imposição de pagamentos de rendas cada vez mais comprometedoras da sua reprodução. Esse é o contexto e o estopim dos conflitos pelo coco babaçu e pela terra durante os anos de 1980 nos municípios do Médio Mearim.

Sabe-se que o povoado São José dos Mouras, município de Lima Campos, registrou o primeiro conflito pela terra. A partir desse, os demais se sucederam relativamente no mesmo período de tempo, com progressivos avanços de vitórias.

Ainda à luz do referencial citado, se utilizou duas técnicas de investigação neste trabalho: inicialmente se realizou a leitura de literatura de estudos agrários sobre o campo no Brasil, complementado e particularizado pela literatura específica sobre o babaçu e as quebradeiras de coco.

Posteriormente, foi realizado o processo de investigação mediante entrevistas com os atores que vivenciaram os conflitos pela terra e que hoje são lideranças no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), na Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA), na Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), na Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR) e nas mais relevantes entidades econômicas e políticas das quebradeiras de coco e dos trabalhadores rurais agroextrativistas.

O roteiro de perguntas foi orientado no sentido de possibilitar o conhecimento da realidade das famílias das quebradeiras de coco antes e depois dos conflitos pela terra, de forma a lançar luz sobre os fatos e os acontecimentos dentro desses eventos que tenham culminado com a mudança na sua relação com o território, ou até, em escalas maiores, com instâncias do Estado e organizações estrangeiras de ajuda mútua.

Estas entrevistas foram complementadas por recortes de publicações em livros e revistas de circulação nacional e por relatórios dos Encontros Interestaduais das Quebradeiras de Coco (EIQCB). Esses materiais transmitem uma idéia acerca do fator psicológico porque passaram essas mulheres e de como elas reagiram a cada fato antes, durante e após os conflitos.

Foi realizada também uma entrevista na maior fábrica de óleo de babaçu de Pedreiras, a Saponólio Garoto, que fabrica além do óleo de babaçu, sabões e seus derivados comercializados em todo o Estado do Maranhão.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, discorreremos sobre a formação social do Maranhão desde sua gênese e seu processo de ocupação, para depois pontuar a formação do Médio Mearim. Ainda neste capítulo, abordamos o sistema produtivo agroextrativista do Maranhão e suas diferenças com o agroextrativismo de outros lugares do Brasil, além das trocas estabelecidas com o latifúndio e com o capital comercial.

Complementando o anterior, o segundo capítulo trata diretamente da evolução fundiária do Maranhão e do Médio Mearim, e de como o latifúndio foi fortalecido ao longo dos últimos cinquenta anos do século passado pela grilagem e pelo favor do estado de direito, que muito lhe beneficiaram. O capítulo se encerra com a exposição sobre os conflitos de terras na área de estudo e a conseqüente reação dos trabalhadores agroextrativistas.

O tema desta dissertação é trabalhado, por fim, no terceiro capítulo, em que tratamos das formas de organização desses trabalhadores, da constituição de diferentes organizações de trabalhadores agroextrativistas e das quebradeiras de coco babaçu.

1 A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO MARANHÃO E DA REGIÃO DO VALE DO MEARIM

1.1 GÊNESE DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO

Partindo do Nordeste Setentrional (zonas da mata de Pernambuco, Alagoas e da Bahia) produtor de cana-de-açúcar, as primeiras correntes migratórias do Maranhão seguiram inicialmente o curso do rio São Francisco e depois do rio Parnaíba, levando gado para ser criado longe da zona rica (ANDRADE, 1986: 182 e 1970: 143).

Nesse processo, a região de pastos bons, no sul do Maranhão e limite com o Piauí, começou a receber os primeiros povoamentos já no início do século XVII, ao mesmo tempo em que pelo litoral norte, no Golfão Maranhense, onde se encontra a Ilha do Maranhão² e sua atual capital, São Luís, os primeiros povoadores – historicamente reconhecidos como franceses – fincaram suas bandeiras na tentativa de estabelecimento de uma França Equinocial³.

Na segunda metade do século XVII, durante o período da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, outras regiões do estado experimentaram a consolidação ou a instalação de povoamentos que estão localizados no baixo curso dos principais rios que deságuam no Golfão Maranhense, tais como o Itapecuru, Munin, Grajaú e Mearim (ANDRADE, 1970: 135).

A partir de então as culturas de subsistência e as complementares (cana-de-açúcar utilizada para o fabrico de aguardente) lavradas na Ilha de São Luís e na foz do Itapecuru foram empurradas território adentro para os baixos vales dos rios Munin, Mearim e Grajaú para ceder lugar ao algodão e ao arroz, de forma que se mantivessem próximos ao litoral, com vistas a beneficiarem-se da pouca distância

2 Ilha do Maranhão foi o nome dado à Ilha de Tapuitapera em virtude da mesma se encontrar em um golfão até então desconhecido e que aparentava um grande mar, daí um maranhão.

3 Este intento não obteve êxito, pois logo após trinta anos decorridos de sua chegada eles foram expulsos pelos portugueses, restando de seu projeto apenas o nome da capital, homenagem ao monarca francês Luís XIII.

dos portos de exportação⁴. Segundo Abbeville (1624), o povoamento de São Luís começou na Praia Grande, atual Centro Histórico, onde se instalaram uma fortaleza, uma capela e a alfândega logo em frente ao porto favoravelmente instalado em razão da profundidade do Golfão Maranhense.

Pela característica apresentada por essa última de esgotar em dois ou três anos as terras de capoeira utilizadas em seu cultivo, tornou-se conhecida como conquistadora de terras para o algodão e para o babaçual, tipicamente uma vegetação secundária. Isso pode ser comprovado com base em Andrade (1970:140), quando o autor afirma que

o agricultor queimava a mata e fazia a roça; após a colheita não voltava a cultivar a área desmatada, nem estabelecia aí outra forma de exploração econômica condizente com as condições naturais, como a pecuária. Simplesmente abandonava o roçado à capoeira e ao babaçual que logo se expandiam [...]⁵.

Durante os vinte anos de existência da Companhia teve início a dinâmica econômica que mobilizou o Estado por cerca de setenta anos, correspondentes ao período de maior prestígio e destaque econômico do Maranhão diante do país (CANEDO, 1993: 94; ARRUDA, 1980: 229). Não se prolongou por mais tempo justamente porque suas duas bases de sustentação eram demasiadamente frágeis e inconstantes: a demanda inglesa por algodão⁶, a Guerra Civil nos Estados Unidos e a utilização de força de trabalho escrava⁷, que seria proibida dali a poucos anos⁸.

4 Os primeiros portos de exportação instalados no Maranhão foram na Ilha de São Luís, ainda no século XVI, e tinham a dupla função militar e comercial.

5 A única ressalva que fazemos é que muitas áreas abertas pelo arroz eram posteriormente utilizadas para o plantio do algodão, particularmente no Baixo Itapecuru, que se tornou a principal região produtora desta cultura no Estado durante o século XIX. Para maior detalhamento sobre a importância da economia algodoeira e sua importância como a maior e mais dinâmica economia já experimentada pelo Estado do Maranhão consultar IBGE (1986).

6 O algodão foi o alimentador da que é conhecida como Primeira Revolução Industrial, pois veio substituir a lã de ovelha e o linho como matéria-prima do vestuário do mercado consumidor em ascensão.

7 Esta força de trabalho representava a totalidade da mão-de-obra do sistema de *plantation* no Brasil, razão pela qual este país sagrou-se como o maior importador mundial de negros escravos e um dos últimos a decretar a abolição da escravatura. A imigração européia que passava cada vez mais a fazer parte das pretensões brasileiras como alternativa de continuidade das atividades econômicas aqui desenvolvidas só obteve sucesso no Sul e no Sudeste do Brasil, onde o clima mais ameno assemelhava-se ao dos países de origem dos imigrantes. Embora hajam relatos de vinda de imigrantes para o Maranhão (ANDRADE, 1986), estes se transferiram em pouco tempo para outras regiões mais temperadas do país.

8 O fato do algodão ter entrado em crise não quer dizer que tenha deixado de ser produzido no Estado. Segundo dados do IBGE nas tabelas 9, 10 e 11, este produto ainda desfrutou de

Na crise da economia agroexportadora maranhense (a partir da segunda metade do século XIX⁹), este estado teve evadida sua mão-de-obra, ficando sem braços para tocar a produção, modificando a configuração territorial caracterizada por pequenos núcleos urbanos – apêndices das fazendas exportadoras que concentravam a renda produzida e a quase totalidade da mão-de-obra, que seguiu para áreas de matas após a alforria –, formando povoamentos isolados ou quase isolados dos núcleos urbanos¹⁰.

Assim, as unidades produtivas ficaram praticamente sem qualquer mão-de-obra para manter a produção, levando à falência muitas fazendas e engenhos de açúcar e provocando a redução da renda disponível no estado, além de reduzir a demanda de carne do sul do Maranhão que já estava bastante desvinculado dos compradores pernambucanos e baianos. Esses fatos são narrados como o único impacto negativo da abolição nesta região não tipicamente escravista (ANDRADE, 1986: 188).

A partir de então, e por cerca de cinqüenta anos, o que se registrou sobre esse estado foi o retrocesso econômico¹¹ e a pulverização populacional baseados em uma economia de subsistência incorporada ao mercado pela antiga estrutura de comercialização do algodão, obrigada a diversificar suas atividades após a crise.

Tal pulverização, fundadora das unidades familiares de produção agroextrativista do Mearim, conforme encontrado em Mesquita (2004: 41), caracterizou povoamentos estreitamente determinados pelo curso navegável dos

substancial volume de produção até a década de 1950, quando as últimas indústrias consumidoras desta matéria-prima fecharam suas portas no estado.

9 A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi criada em 1755 e extinta em 1775. Seus efeitos persistiram mesmo depois do restabelecimento da produção norte-americana pelo fim de sua Guerra Civil, de 1861 a 1865 (WIKIPÉDIA, 2006).

10 Além dessas ações, a promulgação da Lei de Terras em 1850 impediu completamente qualquer possibilidade dos negros libertos obterem alguma terra, visto que agora apenas pela compra isso seria possível. A razão para que a referida lei tivesse essa característica era que os latifundiários temiam que no processo de “importação” de trabalhadores da Europa os mesmos se instalassem nas fartas terras livres do país, inibindo a oferta de mão-de-obra para as fazendas de café. Isso pode ser confirmado em Martins (1984: 64).

11 “Somente no ano de 1918 a produção algodoeira do Maranhão vai atingir novo ápice ao exportar 2.880.000 quilos de algodão em rama. Declinando novamente em 1921 para a produção de 1.645.712 quilos. Período coincidente com a 1ª Guerra Mundial. [e conclui] A produção poderia ter sido ainda maior não fosse o costume maranhense de associar o cultivo do algodão ao da mandioca, arroz, milho e outros vegetais, contribuindo para retardar o crescimento vegetativo do algodoeiro, exigente em quantidade de ar e luz” (CANEDO, 1993: 97).

rios. E ainda recorrendo a esse autor que trata de um período mais recente da história:

Ao contrário do ocorrido nos programas de colonização da Amazônia, a ocupação espontânea destas últimas caracteriza-se pela formação de pequenos aglomerados residenciais, os povoados ou 'centros'. Tais 'centros' resultam do progressivo deslocamento de camponeses em busca de terras livres, próprias para cultivo, distantes de seus locais de origem (MESQUITA, idem: 42).

Essa disponibilidade de terras dispensava a necessidade de preocupação com registros de propriedade que agissem no sentido de garantir a posse por essas populações. O isolamento e a fartura de terras deixavam distante qualquer pensamento acerca da fragilidade do sistema de ocupação do território então constituído.

Sabendo da necessidade de detalhar melhor este relato, nos absteremos de fazê-lo para que o texto não se delongue nas discussões tangenciais ao tema central deste trabalho. Assim, para concluirmos este tópico, recuperamos a idéia de que o Estado do Maranhão experimentou diferentes "modelos" de colonização em virtude de como se relacionou com o processo migratório pelo (e para o) estado e com as atividades econômicas que nele se desenvolveram.

Em princípios do século XX, essas atividades mudaram o perfil étnico de sua população e restringiram as redes urbanas apenas às funções administrativas executadas sob o controle do senhor de escravos plantador de algodão durante seu auge no século XVIII.

Também vimos que a crise dessa atividade mudou a correlação de forças entre campo e cidade – que agora controlava as atividades comerciais, novo agente dinâmico da economia local –, com o exemplo mais marcante do esvaziamento das fazendas e a proliferação de uma centena de pequenos povoados, os "centros", compostos pelos negros recém-libertos e pela população nativa pobre, intensificada a partir da década de 1950 – década que se constituiu um marco divisor de águas devido a maior presença do migrante e à decadência das últimas unidades de beneficiamento do algodão.

1.2 A OCUPAÇÃO DA REGIÃO DO MEARIM

A região do Vale do Rio Mearim foi povoada ainda no período colonial a partir da expansão da cultura do arroz, do algodão, e, em fins do século XIX, da cana-de-açúcar. Os principais municípios são Pedreiras¹², Bacabal¹³ e Caxias¹⁴ (Ver Figura 3 abaixo), que até a década de 80 do século passado eram os municípios industriais mais importantes do interior do Maranhão e que polarizavam com a capital São Luís. No Médio Vale do Pindaré (Viana) e no baixo Itapecuru (especialmente a cidade de mesmo nome e outras próximas) houve indústrias de fabricação de açúcar, aguardente e beneficiamento do algodão.

Por serem todos próximos e tendo seus antigos povoamentos se desenvolvido de certa maneira interligados econômica e politicamente, apresentando as mesmas características da base econômica, foram já desde a aurora do século XX a principal região produtora de amêndoas de babaçu e gêneros alimentícios do estado, exportando sua produção até para a capital.

Pedreiras e Bacabal, particularmente, centralizaram a maior quantidade de indústrias de beneficiamento de babaçu do interior do estado, polarizando com São Luís nas atividades industriais. Isto ocorreu devido à necessidade de rápido beneficiamento do produto¹⁵ para evitar sua degeneração, já que o transporte rodoviário era prejudicado pelas precárias condições viárias terrestres, o que contribui para favorecer o transporte fluvial.

12 Em 27/04/1920 a cidade passou pelo desmembramento do município de São Luís Gonzaga, quando ainda era vila. Em 1950, apresentava uma população de 59.475 habitantes mantidos pela exploração do babaçu, do arroz e do algodão (IBGE, 1954).

13 Elevado a município em 07/09/1920, desmembrado de São Luís Gonzaga. Suas riquezas advinham do babaçu e das fibras vegetais (malva-branca e de relógio), sendo sua população de 54.949 habitantes em 1950 (IBGE, 1954).

14 Esta cidade se articula mais diretamente com as capitais do Piauí e do Maranhão do que com as cidades em seu entorno, seja por conta das estradas asfálticas de pós-1960, seja pela estrada de ferro São Luís-Teresina, ou ainda pela maior proximidade com Teresina, Capital do Piauí (IBGE, 1954).

15 A amêndoa do babaçu apresenta uma característica muito peculiar de entrar em decomposição dois ou três dias após sua extração do endocarpo do babaçu, caso sofra algum “ferimento” durante o processo da quebra, transporte e/ou armazenagem, o que era muito comum. Se isso não ocorre, consegue manter-se em bom estado por até dez dias.

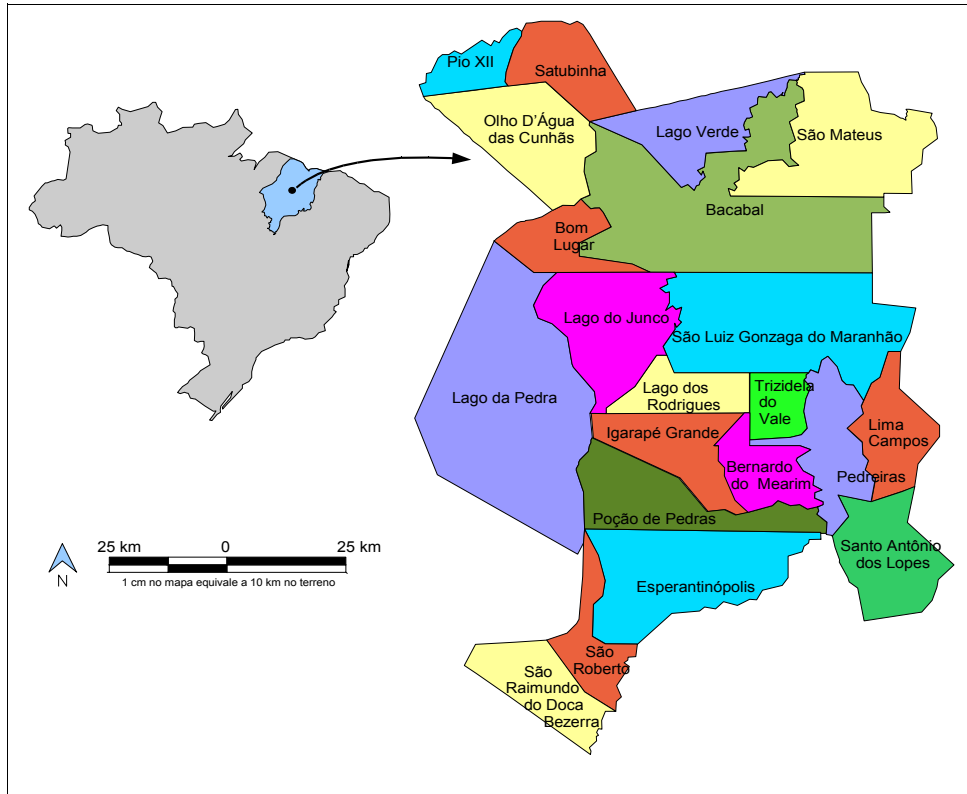


FIGURA 3: Mapa dos municípios da Microrregião do Médio Mearim, conforme malha municipal do censo de 1996 do IBGE

FONTE: ALMEIDA, 2005, adaptado pelo autor

Especialmente a partir dos anos 30 do século XX a presença de imigrantes cearenses foi importante, sendo responsáveis pela fundação de diversos municípios nos vales do Mearim, Pindaré e Grajaú. Esses imigrantes chegaram com algum capital e adquiriram pequenas extensões de terras ou orientaram-se para atividades comerciais ligadas ao setor de subsistência (arroz, mandioca, milho e feijão) e comercial (o babaçu)¹⁶.

¹⁶ Embora o babaçu cumpra uma função de subsistência para a família agroextrativista (obtenção de leite para alimentação, óleo, sabão, etc.), uma parcela muito importante da produção era destinada ao mercado com o objetivo de obter dinheiro para a aquisição de víveres para a família. A produção agrícola segue uma tendência inversa, já que se destina primeiramente à alimentação da família, e apenas secundariamente à venda no mercado.

Em sua maioria estes municípios foram desmembrados de São Luís Gonzaga, um dos maiores e mais antigos municípios da microrregião, como podemos ver no mapa (Figura 3 acima).

Esses novos municípios foram organizados a partir da migração de nordestinos fugidos da seca ao longo do século XX que se instalaram nos povoamentos e vilas já existentes desde o período colonial, fomentaram novos povoamentos e se diferenciaram da população nativa, voltada apenas à produção de subsistência (característica dos descendentes de indígenas e dos quilombolas), por visarem relações mais comerciais e até lucrativas (ANDRADE, 1986).

1.3 SISTEMA PRODUTIVO AGROEXTRATIVISTA

Tendo como ponto de partida a característica da ocupação do solo tratada no subitem anterior, acrescentaremos como o extrativismo vegetal se agregou à forma tradicionalmente vivenciada pelas populações nativas do Maranhão no contexto de ascensão e crise da economia algodoeira.

A fatura de terras determinou diferentes formas de integração do homem do campo com a terra, favorecendo que não houvesse a introdução de técnicas produtivas ou implementos agrícolas, principalmente após 1969, quando começa a ofensiva do latifúndio com a Lei de Terras de José Sarney¹⁷.

Estas explicações servem de ambiente propício à exposição acerca do sistema produtivo agroextrativista, muito embora este termo só venha a ser empregado nos anos mais recentes. Também será exposto como o “modelo” de agroextrativismo típico do Maranhão, que se diferencia do encontrado em outras regiões do país.

Na verdade, na Pré-Amazônia maranhense, esse extrativismo associa-se à agricultura e à pecuária de pequena escala para formar o sistema agroextrativista (AMARAL FILHO, 1990), onde cada uma dessas atividades participa à sua maneira,

¹⁷ Lei Nº 2979/1969, o Estatuto da Terra do Maranhão, popularmente conhecida como a Lei de Terras de Sarney, que governou o Maranhão de 1966 a 1970. Conforme Costa (1984: 03), seu objetivo era “Incentivar a apropriação de terras à medida que abre o campo para as ocupações de terras, via sociedade anônima, provocando o esmagamento da pequena propriedade e a institucionalização da grilagem”.

e nas devidas proporções, do conjunto produtivo à disposição dos trabalhadores rurais para suas alternativas de sobrevivência, possibilitado pela exuberância e diversidade de espécies florísticas da floresta e incorporado ao modo de vida dos grupos humanos¹⁸ (DINIZ, 1982: 85).

Nas regiões onde é possível o agroextrativismo, o espaço útil de Pierre George (1973: 33) é ampliado pela diversidade de alternativas de exploração do espaço. Para a família há o babaçual que produz justamente quando não há muitas atividades na roça. Tampouco há elevações em magnitude que impeçam a agricultura e a pecuária, nem áreas desérticas ou inundadas que impeçam a execução de tais atividades.

Estes grupos humanos da zona dos babaçuais não podem ser apreendidos dissociando-se estas três atividades como se fossem independentes, já que potencializam as opções de subsistência dos indivíduos oferecendo uma variedade de meios que reduzem ao mínimo o risco de penúria alimentar, seja como alternativa nutritiva ou como alternativa econômica. Uma breve ilustração nos é dada por Andrade (1970: 164-165):

O caboclo, porém, pacientemente, apanhava os coquilhos que se espalhavam pelo solo e partindo-os por processos rudimentares, ainda hoje utilizados, usavam as amêndoas diretamente como alimento. [Ademais] não era a amêndoa, porém, o único alimento utilizado, pois apetitoso e igualmente disputado era também o palmito. O consumo deste era grande, servido tanto na alimentação do homem como na de animais, apesar da sua coleta provocar a morte da pindova – nome dado ao babaçu [palmeira] novo.

18 "Das diferentes espécies do gênero *Orbignya* existentes no território nacional, duas apenas merecem a designação de babaçu: *O. martiana* B. Rodr., o babaçu do norte, meio-norte e nordeste, e *O. oleífera* Burret, o babaçu do Brasil Central, pouco, mas certamente distinta da primeira. *Orbignya speciosa* (Mart.) B. Rodr., tão freqüentemente citada com tal, é palmeira sem préstimo no tocante à produção de óleo e só ocorre em raras localidades (Amazonas e Espírito Santo)" (RIZZINI, Carlos Toledo. Botânica econômica brasileira. São Paulo, EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. 207p.). E sobre a ocorrência dos babaçuais no Maranhão, Canedo (1993:102) nos diz que "a palmeira babaçu tem ocorrência em toda a área do Estado, embora em algumas áreas apresente descontinuidade na distribuição. A maior área de concentração encontra-se localizada nas regiões noroeste, litoral nordeste e no sul do Estado, correspondente ao meridiano de 46°00' e entre os paralelos de 2°30' e 8°00'. A área de ocorrência foi avaliada em 10.297.179ha., abrangendo, especialmente, as microrregiões homogêneas na Baixada Oriental, Pindaré, Mearim, Itapecuru, Alto Mearim, Médio Mearim". Esses dados citados foram extraídos pela autora do "Mapeamento das ocorrências e prospecção do potencial do Maranhão, Governo do Estado do Maranhão, 1979", reforçado por Valverde (1985: 168): "A produção de babaçu no [antigo] Meio-Norte se concentra em três regiões principais: 1) o vale do Itapecuru; 2) o vale do Parnaíba; 3) os vales do Mearim e Pindaré".

Enquanto a execução da atividade pecuária só pode ser feita em local distinto do da agricultura, no agroextrativismo pode haver coexistência de atividades, a exemplo das encontradas em meio aos seringais no Acre, nos castanhais no Pará e nos babaçuais no Maranhão. A pecuária bovina de pequena escala é particularmente executada em meio a essas espécies nativas nos locais onde as lavouras agrícolas não estão implantadas, onde a terra está em descanso ou, ainda, nas áreas de uso comum (áreas por si só já destinadas ao extrativismo e à pecuária).

Um importante elemento que tem peso nas estratégias de sobrevivência e organização social nessas regiões é a forma de apropriação, controle e uso da terra firmada na exploração social dos recursos extrativos naturais dispostos aleatoriamente nas matas, o que dificulta a apropriação de lotes pelas famílias. As condições naturais determinam que os espaços devam ser abertos e livres para que toda a comunidade possa se beneficiar da floresta, num forte critério assentado sobre valores de respeito, solidariedade e cooperação enraizados no modo de vida destes grupos, como expresso abaixo por Almeida:

De acordo com a lógica camponesa, a terra é incorporada ao processo produtivo mediante o trabalho familiar. [...] Adquire sua expressão mais concreta nos pequenos aglomerados que se vão formando próximo aos novos locais de plantio que os camponeses, com o encapoeiramento dos antigos roçados, estabelecem, sucessivamente, no interior das extensões de mata [que] constituem a ponta de lança das frentes de expansão ou os seus segmentos mais destacados de penetração. [...] Manifestam um certo tipo de 'posse itinerante', em que a apropriação de certas áreas não é permanente nem são contíguas às terras que cada grupo familiar explora (ALMEIDA, 1986: 266).

e o autor complementa:

A coincidência no tempo, das etapas do calendário agrícola, aproxima diferentes grupos familiares fixando padrões de ajuda mútua e normas que regem as atividades produtivas. Interdita-se o chamado centro à criação de animais, mantendo-se os roçados sem cercar; não se autoriza que seja semeado capim e se prevêem reservas de mata, igarapés e cocais, que não podem ser apropriados individualmente (ALMEIDA, idem: 267).

Nisso pontuamos as quatro formas mais encontradas de relação com a terra nessas áreas: i) a pequena propriedade; ii) a moradia de favor em fazendas de

terceiros; iii) o trabalho ou arrendamento em fazendas ociosas (latifúndios); iv) as terras comunais em terras devolutas ou em fazendas de terceiros.

Quando pensamos nos grupos humanos que formaram pequenos estabelecimentos rurais, temos que recordar que os migrantes do começo do século XX até os anos 1950 correspondem aos grupos que conseguiram se estabelecer e consolidar um povoamento normalmente não muito grande, onde a quantidade de famílias existentes permitia explorar os recursos naturais sem grande pressão, além de haver terras livres para a rotação de culturas com tempo suficiente para a recomposição da floresta.

QUADRO 1: Principais elementos formadores da paisagem natural nos vales do Mearim e Pindaré

FORMAÇÃO	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
Mata, mato grosso	Elevada diversidade de espécies Alta densidade de seedlings de palmeiras Baixa densidade de palmeiras adultas Capoeiraçu - floresta secundária depois de derrubada inicial
Áreas agrícolas (roça)	Cultivos anuais: arroz, mandioca, milho, feijão, fava Palmeiras são mantidas em densidades médias Folhas das palmeiras são removidas e regeneram após um ano Diversas combinações conforme a época do ano e o período de pousio
Capoeira	Sucedo cultivo agrícola; anterior à regeneração florestal Altura varia conforme fertilidade do solo e o período de pousio Menor diversidade de espécies; reduzida após múltiplos ciclos Predominância de babaçu após múltiplos ciclos Grande número de palmeiras jovens (capoteiros, pindovas)
Palmeiral	Sucedo capoeiras; mínima diversidade de espécies Formados com a interrupção de roças ou abandono de pastos Onde não mais existe banco de sementes de espécies florestais Formação em duas camadas: superior (adultas) e inferior (juvenis)
Pasto + babaçu	Pasto é instalado após cultivo agrícola inicial Palmeiras são mantidas em elevada densidade Áreas mais antigas instaladas com capim jaraguá e colônião Pindovas (palmeiras jovens) são eliminadas nas limpezas
Pastagem aberta	Substituição de capim jaraguá/colônião por brachiária/brachiarão Baixa densidade de palmeiras é mantida Mecanização e agrotóxicos utilizados com mais frequência Sistema radicular fechado do capim controla a emergência de pindovas
Baixões	Áreas inundadas durante o período de chuvas Florestas de galeria onde não houve desmatamento Pastos naturais ou plantado (tango, brachiária d'água) Excesso de umidade impede desenvolvimento de palmeiras

FONTE: MESQUITA, 2004: 41 (com adaptações).

As pequenas propriedades rurais surgiram principalmente dos imigrantes que com algumas economias conseguiram adquirir um minifúndio¹⁹ onde puderam viver e produzir quase todo o alimento de que necessitavam, podendo até ter alguma quantidade de palmeiras de babaçu de onde extraíam amêndoas e às vezes produziam azeite para comercializar.

No decorrer dos anos esses proprietários se apresentaram como aqueles que experimentavam mais poder de barganha no mercado, pois se evadiam de parte da cadeia de comercialização da amêndoa, que reduzia demasiadamente o ganho do produtor deste fruto.

Essas propriedades são a materialização da crise que ocorreu com as grandes propriedades após a libertação dos escravos. Essas terras extensas foram fragmentadas, dando origem a outras pequenas unidades com no máximo 10 hectares durante os anos 50 e 60 (SORJ, 1980: 97).

Os migrantes que chegaram despossuídos se estabeleceram de duas formas. Parte se instalou em terras devolutas e aí passaram a fazer suas roças e a criar seus animais. Esses sujeitos possuíam grande mobilidade territorial na terra farta e livre e incorporavam sempre novas áreas àquelas já desgastadas pelo uso. Como afirma Almeida:

Nas regiões de fronteira não se registra um patrimônio constante em terras e benfeitorias, sujeito a ampliação e/ou fracionamento, tradicionalmente repassado de uma geração a outra. Observa-se uma característica de ocupação efetivada por gerações de um campesinato expropriado, que já procederam a contínuos ou intermitentes deslocamentos [...] (ALMEIDA, 1986: 268).

Outros preferiram se instalar diretamente em fazendas que já possuíam povoamento ou alguma infra-estrutura, onde a mata já estava “domesticada” ou as vias de acesso já haviam chegado. O “custo” de se instalar nessas áreas era o de muitas vezes ter que pagar ao proprietário pelos ganhos produtivos obtidos em suas terras.

¹⁹ Os minifúndios coexistiam com o tipo de relação com a terra predominante, a posse, principal alternativa acessível à massa de trabalhadores pobres maranhenses, além da subsistência. Os imigrantes cearenses, pernambucanos e piauienses sempre que podiam recorriam à pequena propriedade e a alguma relação mais corriqueira com o mercado.

Muito embora a maior parte das relações entre fazendeiro e posseiros se desse sob moldes de comércio e troca, uma submissão formal e social destes últimos acontecia amparada na materialidade histórica do campo no Nordeste (para mais detalhes ANDRADE, 1984: 44) – e conseqüentemente no Maranhão – da existência do latifúndio desde a formação dos primeiros povoamentos e implantação das primeiras atividades exportadoras no molde das *plantations*.

Diante disso é que a fragilidade econômica dos trabalhadores é manifesta na inferioridade social constituída desde os tempos do Brasil Colônia, onde “[...] regimes desiguais de ocupação da terra correspondiam às desigualdades sociais que definiam o fazendeiro como homem de condição e o posseiro como um ‘bastardo’ sem lugar próprio na sociedade” (MARTINS, 1982: 73).

Assim ambientado, a princípio a renda é para o trabalhador o pagamento pela permissão de morar na propriedade e por ele ter se beneficiado da produtividade do solo pela obtenção de uma produção na qual ele acredita ser seu lucro. Dessa maneira, “nada mais justo” o proprietário requerer parte desse ganho como prêmio pela “contribuição” da sua terra nesse jogo da produção. Essa afirmação simboliza o pensamento do latifundiário, sintetizado sob a ótica da propriedade privada dos meios de produção: quem é dono da terra tem a propriedade de tudo o que está dentro dela²⁰.

Além de seguir as normas do fazendeiro quanto ao local para fixar moradia, o tipo de plantação, o seu local e a criação de animais, os “posseiros” deveriam pagar pelo direito a dita “renda” através de uma “convenção” difundida em quase todas as regiões do estado: a renda proveniente da agricultura pagava em média 1/3 da produção e, caso fosse do babaçu, a metade de toda a amêndoa produzida²¹.

Recebendo a renda pelo que foi produzido (ou em alguns casos pelo que deveria ter sido produzido), o fazendeiro aguardava o fim da colheita sempre que

20 Esta premissa será questionada pelas quebradeiras de coco na ocasião dos conflitos pelo acesso aos babaçuais.

21 A renda da terra extraída no Maranhão é a renda absoluta da terra pelo controle sobre a terra disponível feito pelos latifundiários. Em breve texto, Sílvio Cário e Edemar Buzzanelo (1988) efetuam uma sucinta introdução à discussão sobre a renda da terra sob a luz da teoria marxista, partindo da Lei de Terras de 1850. Os autores trabalham também as sucessivas legislações desde então.

fosse possível. Seu intuito era o de escapar dos níveis de preços mais baixos do período de safra para vender vagarosamente seus estoques, beneficiando-se das variações positivas nos preços ao longo da entressafra.

De acordo com a característica mercadológica de cada produto do agricultor, cada forma de renda implicava em uma forma de pagamento, e assim como na criação de animais, a venda da produção agrícola tinha o claro objetivo de prover a família de fundos monetários a fim de custear gastos com saúde, vestimentas, mercadorias industrializadas, pagamento de diárias de trabalho a outros trabalhadores por tarefas realizadas em suas lavouras ou a quitação de dívidas que porventura tenham contraído.

Um exemplo típico da comercialização do babaçu é citado por Andrade (1970: 175):

Os proprietários da terra são os proprietários dos mesmos [dos cocos], limitando, em geral, o direito da coleta aos seus moradores. Este direito acarreta aos moradores a obrigação da venda do produto à casa comercial do proprietário ou de alguns dos seus prepostos, cabendo a estes o estabelecimento do preço quase sempre inferior ao corrente nas cidades.

Enquanto a produção de babaçu seria totalmente repassada aos atravessadores que, por fim, entregariam às indústrias, a renda entregue em produtos agrícolas teria dois destinos possíveis: os comerciantes da cidade ou os próprios trabalhadores da fazenda, quando seu estoque da produção se esgotava – momento em que eram obrigados a contrair dívidas na recompra da sua produção agrícola. Com isso, transferiam ao fazendeiro uma parcela dos resultados de sua produção que era então disponibilizada no mercado.

Esse sistema garantia a pobreza e a dependência do trabalhador diante do fazendeiro ou do comerciante e funcionava como instrumento de obediência e submissão materializado sob diversas formas: voto para candidatos do fazendeiro nas eleições; zelo pela propriedade; pequenos agrados ao fazendeiro, como a doação de resultados de caçadas e de pescarias; etc. (VELHO, 1982: 79).

Uma outra entidade de exploração desses indivíduos era o crédito oferecido pelos comerciantes aos trabalhadores que estavam com necessidade de alimentos

ou mercadorias. O empréstimo era sempre dessa forma, contrastando com o pagamento que poderia ser feito em dinheiro caso o comerciante achasse que fosse mais vantajoso em virtude dos preços vigentes no mercado no momento do pagamento da dívida.

Apesar do prazo largo e favorável, o trabalhador deveria devolver de duas a três vezes o valor do empréstimo tomado. Um único ano de desfavorável produção agrícola implicava em outros seguidos anos de dívida, até que uma safra excepcionalmente boa garantisse a sua liquidação e o sustento da família naquele ano ou até que ele conseguisse se desfazer de algum bem (particularmente, animais) ou, ainda, abrisse mão de toda sua produção de amêndoas durante algum tempo. Tomemos o exemplo abaixo:

[...] um saco de arroz pilado [...] são noventa quilos. Pra gente ter direito a sessenta quilos. Quando a gente manda pilar noventa quilos, o arroz sendo bom, dá de sessenta, sessenta e cinco... e seis... quilos. Então, eles emprestavam um saco por oito alqueire, então, dava quase o triplo (de pagamento)... e a gente achava muito justo isso, porque ele já tinha emprestado o arroz pilado no ponto de comer (DONA DADA, 2005).

Diferentemente desses empregados que beiravam os níveis mais baixos de pobreza entre os trabalhadores agroextrativistas encontramos aqueles que, embora não vivessem dentro das fazendas de terceiros, delas dependiam diretamente para seu sustento e tinham sua subordinação relativa a apenas o uso da área para obtenção de produção. Nesse grupo, há tanto pequenos proprietários que necessitavam de mais áreas de lavoura ou de extrativismo, quanto residentes em terras devolutas que por diferentes motivos precisavam apelar para esse recurso, seja pela debilidade dos solos ou pela pouca densidade de palmeirais à disposição nas áreas livres.

Portanto, esses trabalhadores gozavam de menor dependência formal que os trabalhadores residentes, manifestada na possibilidade de venda de parte de sua produção a outros comerciantes (CANEDO, op. cit.: 111). Além disso, eles obtinham melhores preços e recebiam em dinheiro o resultado da transação. Entretanto, possuíam maior fragilidade no acesso a terra em virtude de a cada ano

necessitarem renovar o acordo com o proprietário para a utilização de área em sua propriedade.

A última forma que merece destaque para montar nosso panorama é a manutenção das áreas de terras comunais, conhecidas também como “soltas”, ou ainda, “chapadas”. Sendo mais comumente encontradas em terras devolutas, embora possam existir em algumas áreas particulares, são de uso social por toda uma comunidade ou grupo de comunidades, possuindo função claramente definida quanto à pecuária e ao extrativismo.

Enquanto cada família tem a posse de uma gleba de terra para plantar e explorar familiarmente, as áreas comunais²² são exploradas por todos ao mesmo tempo na criação de gado e na extração de babaçu, frutas, madeira, caça e pesca, havendo poucos conflitos por conta de excessos individuais na utilização dessas áreas. Nas comunais “privadas”, a cobrança de renda é apenas pelos produtos com valor no mercado, como o gado e o babaçu.

A pecuária nas áreas comunais²³ era feita muitas vezes sob o regime de arrendamento ou parceria, onde o dono do rebanho (proprietário rural ou outros trabalhadores rurais) confiava a um vaqueiro o trato dos seus animais em troca do pagamento de um animal a cada quatro nascidos (ANDRADE, 1986).

Essas quatro formas de relação com a terra mostram o papel que ela desempenhou ao longo do século XX para os trabalhadores agroextrativistas no Maranhão e no Médio Mearim, particularmente, onde a figura da propriedade privada da terra era tecnicamente desnecessária, podendo-se produzir e viver sem sua existência.

Mesmo pagando renda a família podia mudar-se para outro lugar, se assim entendesse, e se caso uma área se esgotasse, buscava-se outra próxima. Não sendo mais possível a permanência na região, migrava-se para áreas menos povoadas no Estado ou nos estados limítrofes da Região Norte, alguns chegando

²² Por sua fragilidade jurídica essas áreas comunais livres ou devolutas são as que vieram a ser massivamente incorporadas de forma privada nos processos de grilagem de que falaremos.

²³ Para um estudo mais detido sobre as terras de uso comum indica-se o trabalho de Nazareno José Campos (2000) sobre as terras de uso comum no Brasil.

até a estados mais distantes como Roraima, Acre, e até mesmo Mato Grosso, no Centro-Oeste.

Enquanto para o fazendeiro a terra é garantia de ganho com as rendas do trabalho ou com a especulação fundiária, para os trabalhadores é unicamente fonte de subsistência. A terra é reserva de valor, um capital em potência, independente do seu uso e utilidade presentes. É capital imobilizado, útil para obtenção de financiamento estatal, fonte de renda do trabalho e objeto de especulação, que pode ser tanto maior ou menor, dependendo da forma de obtenção da terra – por aquisição ou grilagem (SORJ, op. cit.).

Aparentemente, na cobrança da renda dos ocupantes, a utilidade ou produtividade marginal da terra não é considerada, pois observa-se em diferentes regiões do estado diferentes níveis de produtividade da terra, entretanto, com proporções de renda da terra pagas nada (ou pouco) variando de uma e outra.

Quanto mais concentrada a terra, menos importância apresenta a sua produtividade média, pois se torna equivalente a uma escassez de terras, para o qual correspondem custos mais elevados de obtenção para os que desejam nela trabalhar. Silva (1978: 71) enfatiza que ainda nos dias atuais:

[...] a propriedade da terra perpetua as desigualdades no tempo, via herança. E, nesse sentido, o grau de concentração da propriedade da terra é um indicador tão mais importante quanto maior for a importância da terra como fonte de poder econômico e político, de prestígio e de acesso a outras formas de riqueza²⁴.

Assim, apesar de existir algum rebanho bovino e uma eventual roça operacionalizada com trabalhadores rentistas, todo o papel restante do proprietário era como agente financeiro, no recebimento da renda pelo seu “investimento” onde o resultado da produção é sua parcela de lucro (MARTINS, 1982: 69).

A exploração econômica do babaçu era acompanhada estreitamente pelo latifundiário por ser esta uma mercadoria por excelência. Mesmo na família

²⁴ Para o leitor conhecedor dos clássicos da economia, essa citação nos remete aos economistas da Escola Fisiocrata, para quem a terra era a fonte de toda a riqueza. Não é pretensão nossa sugerir esse raciocínio, mas mostrar como o latifúndio tradicional do Maranhão traz em si elementos semelhantes aos tratados por aquela escola, não passando daí as coincidências.

agroextrativista, uma importante parcela da produção de amêndoas era destinada ao mercado de azeite²⁵ ou de amêndoas, visando à complementação da renda familiar no primeiro semestre do ano e como única fonte de subsistência nos períodos em que a produção agrícola já tinha se esgotado e esse produto se tornado preponderante para o suprimento de suas necessidades materiais de alimentação, moradia e trabalho (VALVERDE, 1985: 183).

Dentro das fazendas, o fazendeiro utilizava a renda como uma espécie de auto-financiamento da aquisição da produção, obrigando o trabalhador a entregar a renda pelo babaçu superior à paga pelos produtos da lavoura, expondo o forte apelo comercial desse produto. E estabelecendo como forma de pagamento pela parte que comprava a emissão de vales ou a entrega direta de mercadorias, demonstrava a avançada estratégia com que se financiava por intermédio da venda aos trabalhadores da produção agrícola entregue como renda meses antes, situação agravada pela subvalorização do preço da amêndoa no confronto com o preço das mercadorias trocadas (SANTOS, 1980: 53). O latifúndio ganhava na renda, na venda e no financiamento do capital de giro, de forma que, sem qualquer esforço de sua parte, a terra lhe fornecia uma fonte sedentária de ganhos e poder político e social²⁶.

Como já foi apontado anteriormente, a agricultura de subsistência é a principal atividade econômica dos trabalhadores agroextrativistas. Seu grande diferencial é o de ser executada em meio aos palmeirais, em uma espécie de consórcio, onde as palmeiras são desbastadas²⁷ e a roça dita “de toco” é implantada no terreno logo após a sua queima. Além disso, os pequenos arbustos, ervas daninhas e árvores caídas são incinerados para limpar a área.

25 Nas cidades interioranas do Maranhão há uma preferência das famílias pelo azeite de babaçu, produzido tanto artesanalmente pelas famílias como industrialmente em fábricas instaladas no Estado. Atualmente predomina apenas a produção artesanal, havendo uma só empresa fabricando o óleo de babaçu, mas sediada em Esperantina, no Estado do Piauí.

26 No Brasil das áreas de latifúndio a terra ainda significa poder político (ABRAMOVAY, 1986: 18), uma vez que ainda exerce capacidade de persuasão sobre importante parcela da população local e, às vezes, regional.

27 Derrubada das palmeiras consideradas excedentes e que só atrapalharão o desenvolvimento da roça pelo espaço ocupado e pela sombra sobre a plantação. Nesse processo, as palmeiras mantidas em pé são também prejudicadas pelo fogo e têm a parte de suas folhas e cachos queimados, ficando, segundo o conhecimento popular, três anos sem produzir.



FIGURA 4: Foto de roça agroecológica da COPPALJ em meio a palmeiras de babaçu

FONTE: Foto do autor, 2005

Nos baixões mais úmidos é semeado o arroz de sequeiro, única cultura de trato espacial exclusivo e cujo destino no mercado se volta ao abastecimento dos municípios do estado.

As demais culturas, como milho, mandioca, feijão, abóbora, melancia, maxixe, quiabo, pepino, vinagreira²⁸ e banana, se destinam basicamente ao consumo familiar, tendo talvez neste último uma exceção, visto que apresenta destinação comercial mais pronunciada (MAY, 1990: 114).

Partindo desse ponto, o Censo Agropecuário de 1980 do IBGE (1983) nos mostra que em sua maioria esses itens são produzidos em minifúndios de até cinco hectares, cerca de 9% da área contabilizada como agrícola em 1980 (BRANDÃO LOPES, 1973; SÁ, 1973).

Sendo essa produção agrícola e extrativista ambientada nos latifúndios, a sua continuidade depende do proprietário da terra, devido ao local ou ao tamanho da área disponível para cada família, normalmente concedida de acordo com a mão-de-

²⁸ Planta de origem africana utilizada nos pratos tradicionais do Maranhão.

obra em cada família, já que os recursos técnicos da produção são dados como constantes.

Dependendo do local escolhido para a implantação da roça, de sua localização na propriedade e de sua produtividade esperada, a renda que o trabalhador deverá dedicar ao latifundiário também varia. Segundo May (op. cit.: 119), essa renda oscila entre cerca de cem a trezentos quilos por hectare para o arroz, o que dá uma média de um quinto do total produzido, que era em média de mil a mil e seiscentos kg/hectare dependendo da cultura, conforme dados do IBGE (1983).

O latifúndio controlando a produção agrícola, absorvendo parte do seu produto e controlando a oferta de amêndoas converteu-se num agente monopolizador da produção de cerca de 250.000 famílias²⁹ que têm no extrativismo do babaçu parte importante de suas estratégias de subsistência, garantido pela ocupação de em média duas pessoas por família, em uma produção de 10 a 15 quilos diários de amêndoas³⁰.

Apesar dessa imposição, um padrão acessório se associou, pois a produção vendida nas condições acima não envolvia dinheiro: produto se trocava por produto, em um sistema de crédito conhecido como “vales”.

Um “vale” era simplesmente um pedaço de papel onde o comerciante anotava – e depois assinava – o valor das amêndoas que comprou. Sempre que a quebradeira adquirisse algo em seu estabelecimento, ele riscava o valor anterior e anotava um novo.

29 Essa quantia é a utilizada nas estratégias de ação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), sendo baseada na quantia de famílias ocupadas em atividades rurais no Maranhão em fins dos anos 1980. O total das famílias de quebradeiras de coco estimadas para os quatro estados (MA, PI, PA e TO) onde a organização atua é da ordem de 300.000 (MESQUITA, 1999).

30 Embora nos relatos das entrevistas as mulheres afirmem que quebram de dez a quinze quilos de coco por dia, isso se deve não à quantidade média semanal de amêndoas obtidas por dia. Uma quebradeira de coco sai apenas alguns dias para a atividade de quebra do babaçu, cerca de dois, três ou quatro dias por semana, dependendo se ela terá outras atividades na semana, como o plantio ou a colheita da safra, produção de azeite de babaçu, etc. Além disso, parte do tempo da atividade fica dividido na coleta do coco na mata, no transporte até os locais de quebra, no tempo de espera para que o coco seque (comum no período chuvoso) e, por fim, na quebra do coco. Nos cálculos efetuados por May (op. cit.: 127), é de 3 a 5 quilos diários por semana, em média.

Tal documento de crédito era aceito apenas no estabelecimento comercial que o emitiu, o que impedia a família de escolher comprar mercadorias mais baratas em outros estabelecimentos, mesmo remédios numa farmácia ou implementos numa loja de agropecuária. Conseqüentemente, a família ficava impossibilitada de comprar determinados produtos que o comerciante não tinha no estoque. A perda do vale implicava na perda do crédito, pois não havia cópias ou segundas vias.

Basicamente empreendida por mulheres, essa produção se realiza de quatro a cinco dias por semana, com metade dedicada à coleta do coco na mata e o restante à efetiva extração da amêndoa.

Note que o babaçu não é a atividade prioritária entre as opções de trabalho produtivo das famílias de trabalhadores agroextrativistas, principalmente por ser uma atividade muito dispendiosa fisicamente, o que é agravado pelo fato de ficar a cargo das mulheres e ser executada com baixíssima produtividade – pelo uso do machado e porrete de madeira em trilhas abertas na mata e pelo transporte do coco sobre o lombo de jumentos (na Figura 5 abaixo pode-se constatar um babaçual denso típico da região). Ademais, o resultado da produção deveria ser repartido meio a meio com o proprietário.



FIGURA 5: Mata densa de babaçual em Pedreiras/MA
Fonte: foto do autor, 2005

A respeito da parte que cabe à família agroextrativista, reconhece-se uma evolução a partir das modificações no mercado de amêndoas. Até a década de 60, quando o latifundiário bem se servia da renda sobre o babaçu, a metade que cabia à quebradeira de coco era livre para ser vendida a quem lhe aprouvesse. Entretanto, com as crescentes oportunidades de ganhos com financiamentos do Estado, o latifundiário elevou, a partir de então, o leque de exigências para aqueles que quisessem se beneficiar de sua terra e passou a exigir que a metade que cabia a quebradeira de coco fosse (obrigatoriamente) vendida em seu entreposto comercial – conhecido regionalmente como barraca – ou em outro por ele determinado. Aqueles que não cumprissem essa regra poderiam ser punidos com a expulsão ou a proibição do acesso a terra.

Esse formato também era comum no caso de empréstimos ao trabalhador rural ou da venda de sua produção futura (venda “na folha” ou venda “na planta”), quando sua situação familiar era desesperadora e carecia dos víveres.

O babaçu sempre foi a alternativa econômica mais imediata que a família agroextrativista teve a disposição quando necessitava urgentemente adquirir víveres sem se endividar.

Entretanto, a observação dos fatos aponta que durante os últimos anos da década de 1970, e no decorrer da década seguinte, o preço do babaçu desvalorizou-se de tal maneira para as quebradeiras de coco que há relatos de que eram necessários dez quilos de amêndoas para adquirir um único quilo de arroz (DONA DADA, 2005; DONA TOINHA, 2005; IVETE, 2005; MAY, op. cit.).

O resultado mais contundente desse fato, associado à crescente imposição de barreiras de acesso aos babaçuais pelos latifundiários, foi a redução na quantidade global de amêndoas ofertadas anualmente no mercado durante a década de 1980, o que afetou diretamente as indústrias de oleaginosas.

Um golpe duro demais para indústrias que já operavam com elevados índices de ociosidade (ver Tabela 1 abaixo) das instalações, agravados pela sazonalidade na oferta, que era concentrada apenas no segundo semestre de cada ano, ampliada

ou contraída pelo resultado da safra do primeiro semestre (com a chuva em quantidade ideal; os solos; e a área plantada).

TABELA 1: CAPACIDADE INSTALADA E OCIOSA DA INDÚSTRIA DE ÓLEOS DE BABAÇU NO MARANHÃO (1980-81)

Maranhão: demonstração da capacidade instalada e ociosa da indústria de óleos de babaçu (1980-81)			
Usinas Pesquisadas	Capacidade instalada de produção	Produção efetiva (ton./ano)	Capacidade Ociosa (%)
34	327.866,80	65.533,90	80,01

Fonte: AMARAL FILHO, op. cit.

Qualquer boa possibilidade de safra agrícola refletia diretamente na produção de amêndoas de babaçu por parte das famílias que obviamente se dedicavam ao que era menos dispendioso. E, por isso, ao se acompanhar a evolução da quantidade produzida ao longo dos anos (Tabela 2), percebe-se variações tão maiores quanto melhores tenham sido os valores da produção agrícola.

TABELA 2: Produção (ton.) brasileira de babaçu - 1920 a 1996

Produção (ton.) brasileira de babaçu - 1920 a 1980		
Ano	Brasil	Maranhão
1920	6.600	-
1925	13.300	-
1930	23.700	15.943
1935	30.300	
1940	68.200	46.615
1945	71.800	
1950	73.265	56.289
1955	77.900	
1960	100.700	84.286
1965	170.809	
1970	180.897	148.962
1975	222.097	
1979	250.913	186.190
1996	126.852	114.387

Fonte: IBGE, 1956, 1962, 1983, 1996

Do pico de produção conhecido dessa atividade, da ordem de 250.913 toneladas de amêndoas em 1979 (IBGE, 1983), a partir da década de 80 os valores

médios situaram-se na ordem de 100.000 toneladas/ano. Apesar de elevados, esses valores correspondiam a menos da metade do valor de pico.

Em 1981, essa produção foi praticamente toda beneficiada por um total de 24 indústrias, número 78% menor que o total das existentes na década de 60 (Tabela 3 na página 45). A razão para esse morticínio de indústrias foi o controle exacerbado do capital comercial sobre a oferta de matéria-prima, potencializado pela ociosidade elevada das plantas industriais.

Conforme May (op. cit.), as indústrias centraram toda sua atenção em investimentos que resultassem numa capacidade produtiva maior, que pudesse beneficiar a maior quantidade possível de amêndoas para evitar a perda de qualidade e de peso desse produto na estocagem³¹, já que o óleo conservava-se por muito mais tempo. Desse modo, era suplantada a sazonalidade³² da oferta, o que abria a possibilidade de aquisição de toda a matéria-prima na safra a preços reduzidos.

TABELA 3: TOTAL DE UNIDADES PRODUTIVAS DE ÓLEO DE BABAÇU NO MARANHÃO - 1966 A 1990

Total do Estado	1966	1973	1981	1996
Fábricas	112	31	24	1

Fonte: IBGE, censo industrial, 1970, Censo Agropecuário, 1996.

Em virtude dessa estratégia, foi negligenciado inteiramente o melhoramento do acesso à matéria-prima, bem como o enfraquecimento ou eliminação da força do comerciante atravessador. Na verdade, foi com esses comerciantes que a indústria sempre se aliou, numa solidariedade classista em favor da continuada exploração dos trabalhadores agroextrativistas³³. Segundo Amaral Filho (1990: 39), a indústria

31 A amêndoa tem baixa durabilidade ao armazenamento, começando a deteriorar de dois a três dias após ter sido extraída do coco babaçu.

32 Sazonalidade esta preponderante não pelas características produtivas naturais da palmeira de babaçu, mas sim pelas características sócio-econômicas das famílias dos trabalhadores agroextrativistas materializadas pela produção agrícola anual.

33 Muitos industriais são também donos de grandes áreas de terras ou são oriundos de atividades comerciais ligadas ao babaçu.

manteve e reproduziu a estrutura produtiva rural do latifúndio controlada pelos comerciantes-proprietários³⁴, isto é, “manteve e reproduziu esses subsetores para que eles pudessem também reproduzir-se”.

O comerciante era quem mais lucrava com a cadeia de comercialização, açambarcando junto com o latifundiário 60%, em média, do valor pago pela indústria por quilo de amêndoa³⁵ (MAY, op. cit.).

A falência das unidades industriais entrou em reação em cadeia, atingindo uma após outra, restando ao final, no início da década de 90, apenas uma única fábrica (Tabela 3, página 44).

Contraopondo May (op. cit.) em sua afirmação de que embora existisse tal contexto eram as indústrias que determinavam os preços de mercado das amêndoas. As firmas até poderiam influenciar os preços variando-os para cima ou para baixo, mas a força do capital comercial mantinha os preços o mais alto possível, antes do ponto em que desestimularia o babaçu como mercadoria viável para a indústria.

Esse conceito de viabilidade também é válido quando se pensa na possibilidade de redução dos preços das amêndoas: se os preços fossem menores, menos amêndoas haveriam disponível, e de baixa qualidade³⁶.

A necessidade das indústrias financiarem o comerciante na aquisição da matéria-prima surgiu como tentativa de diminuir essa desvantagem, forçando-o a garantir o insumo de que necessita. Esse adiantamento é feito numa espécie de leilão³⁷, em que

Cada comerciante adquire, junto às fábricas de óleo, uma determinada quantia fixa de dinheiro adiantado. Esse dinheiro vai constituir o que os usineiros chamam de 'lastro' do comerciante. Na realidade, esse 'lastro' nada mais é do que um capital de giro, que o comerciante vai ter consigo

34 Mais relatos sobre essa categoria podem ser observados em VELHO (op. cit.: 79) e SANTOS (1980: 21).

35 Se incluindo o preço das amêndoas e outras formas de apropriação da produção da parte das quebradeiras de coco babaçu.

36 Amaral Filho (op. cit.: 117) afirma que é o capital comercial que cumpre a função de eixo do complexo babaçueiro, de forma que é por ele que passa toda a articulação realizada entre a “pequena produção rural mercantil” e o capital industrial.

37 Ver também MAY, op. Cit.: 210.

constantemente, para poder adquirir a matéria-prima para a indústria (AMARAL FILHO, op. cit.: 140).

Esse adiantamento não significava a garantia da entrega da matéria-prima a seu pagante, pois é conhecido que outros industriais, quando muito necessitados da matéria-prima, oferecem às escondidas um valor maior ao pago pelo lote e ficam com ele.

A firma que já havia pagado é ludibriada a aguardar até trinta dias o recebimento de sua encomenda (bem mais do que os dez a quinze dias verificados na pesquisa de May). Tendo que adiantar o pagamento da matéria-prima, a firma industrial força-se a imobilizar grande parte de seu capital social em capital de giro, o qual fica boa parte do tempo nas mãos de terceiros.

A inexistência de regras claras e mecanismos organizadores da economia do babaçu permitiu a continuidade dessa prática até os dias de hoje, determinando a sua forma desde então.

1.4 O CAPITAL COMERCIAL NA GÊNESE E NA DECADÊNCIA DA ECONOMIA DO BABAÇU

No presente item, se tecerá uma investigação paralela dos acontecimentos do século XX a partir do papel representado pelo setor comercial no Maranhão, e como ele exerce forte interferência, desde a economia do algodão, na dinâmica econômica de todo o Maranhão interiorano, integrando e excluindo; articulando e desarticulando bases produtivas ligadas à agricultura, à pecuária e ao extrativismo, em detrimento, muitas vezes, do impacto municipal, regional e estadual de suas decisões, bem como suas alianças com o latifundiário, que lhes concedem o monopólio sobre a comercialização da produção agrícola e extrativista de milhares de famílias em todo o estado.

Veremos também que se processa uma relação dependente do capital industrial ante o comercial, manifestada pela sua incapacidade de acessar as fontes de matéria-prima³⁸.

Assim, nosso intento é mostrar que essa tríade foi a principal responsável pelo definhamento da economia do babaçu, e não as quebradeiras de coco, ou mesmo os investimentos públicos para a pecuária.

O processo de desenvolvimento da economia do babaçu se deu a partir de condicionantes exógenas à economia local e nacional. Particularmente, fazemos referência às duas Grandes Guerras dos quartéis iniciais do século XX, que provocaram diversas carências no abastecimento de alimentos na Europa e fizeram com que fosse necessário importá-los, prospectando alternativas alimentares nos locais onde houvesse tal disponibilidade.

Para iniciar suas operações com o babaçu, essa economia de exportação³⁹ beneficiou-se da estrutura de comercialização do algodão já existente e madura, mas em situação de ociosidade. As “Casas de Exportação” eram as entidades econômicas mais poderosas existentes no Estado do Maranhão até princípios do século passado e controlaram desde os primeiros anos a cadeia de comercialização e circulação da amêndoa de babaçu, da fonte até os portos de exportação.

Amaral Filho (1990), em seu trabalho intitulado “A Economia Política do babaçu”, incita interessante discussão sobre a economia do babaçu, sob uma ótica inspirada na teoria marxista. Nas palavras do autor:

Durante o período em que as exportações da amêndoa tiveram importância, elas foram organizadas e executadas pelas ‘Casas de Exportação’, localizadas no Estado do Maranhão [...] [que] não só organizavam essa atividade dos pontos de vista administrativo e cambial, como também produtivo [...] [além de ter] financiamento garantido pelos grandes comerciantes urbanos (AMARAL FILHO, op. cit.: 76).

38 Na Ciência Econômica é conhecido que a ordem de subordinação se dá do capital financeiro ao capital comercial, passando pelo capital industrial. Contudo, verifica-se que na atividade dos capitais envolvidos têm importância elementos não diretamente ligados à economia, mas à política, fazendo com que esta tendência, ao menos na aparência, pareça ser anulada.

39 Nos primeiros anos da economia do babaçu pode-se afirmar que essa foi uma economia de base exportadora, pois toda a produção era destinada aos mercados internacionais de amêndoa ou de óleo de babaçu, pelo menos até da década de 1950, quando se volta ao mercado nacional.

Nessa fase, a predominância do capital comercial era real, porque toda a produção era exportada *in natura* para a Europa e Estados Unidos, locais em que era extraído o óleo de babaçu, não gerando, portanto, nenhum efeito multiplicador na economia do Estado do Maranhão: servia apenas para reavivar as Casas de Exportação.

O processo de aquecimento da economia do babaçu teve caráter efetivamente capitalista. A percepção de que algum lucro poderia ser obtido foi o ponto motivador da migração de capitais para essa atividade. Como descrito por Amaral Filho, a possibilidade de lucratividade sobre a exploração da amêndoa de babaçu a transformou em mercadoria e foco comum tanto de latifundiários como dos pequenos produtores de alimentos que, diferentemente dos primeiros, tinham nessa atividade uma alternativa a mais de obtenção dos meios de subsistência, retendo-se nos latifúndios repletos de palmeiras (AMARAL FILHO, op. cit.: 31).

E já que os fazendeiros⁴⁰ controlavam a extração de amêndoas, os comerciantes associaram-se a eles para garantir uma estrutura verticalizada de extração, comercialização, transporte e exportação da mercadoria, sendo esta o núcleo da força do capital comercial.

Nessa idéia disforme de complexo, o capitalista comercial era um grande nó articulador desses estabelecimentos e um centralizador do produto de diferentes latifúndios ante as indústrias de óleos. É o que nos mostra abaixo Amaral Filho:

O capital comercial mantém relações com dois sub-setores, o extrativista e a indústria de transformação da amêndoa. O primeiro, por ser organizado de forma não-capitalista, e não ter pretensão de realizar uma taxa de lucro, equiparável à taxa média de lucro da economia, o capital comercial tem a possibilidade de extrair dos pequenos produtores um excedente de trabalho tal que vai lhe permitir uma taxa de lucro acima do seu lucro normal, que corresponderia à sua participação no negócio (AMARAL FILHO, op. cit.: 125).

40 Nesse estado o latifúndio tem apresentado, progressivamente, a cada censo agropecuário, elevados índices de controle sobre a terra apropriada. E dentro dele são produzidas – mesmo com o decréscimo dos últimos vinte anos – grande parte dos produtos agrícolas que abastecem a mesa da sua população ainda durante a década de 1990.

E é assim que o capital comercial beneficia-se da diferença entre o valor social do fruto do trabalho do pequeno produtor (neste caso a amêndoa de babaçu) e o preço efetivamente pago por este produto, historicamente inferior.

A cadeia de comercialização ainda reinante é a mesma da década de cinqüenta. Um comerciante médio tem conhecimento e acesso a uma quantidade substancial de pequenos comerciantes, os barraqueiros⁴¹, que quase sempre monopolizam o comércio de amêndoas de babaçu em uma comunidade ou povoado rural (em alguns casos dividem esse mercado com mais um, ou no máximo três outros barraqueiros concorrentes), em diversos municípios.

Para melhor explicitar esta cadeia, Mesquita (1999) elaborou o seguinte quadro ilustrativo sobre a cadeia de comercialização do babaçu:

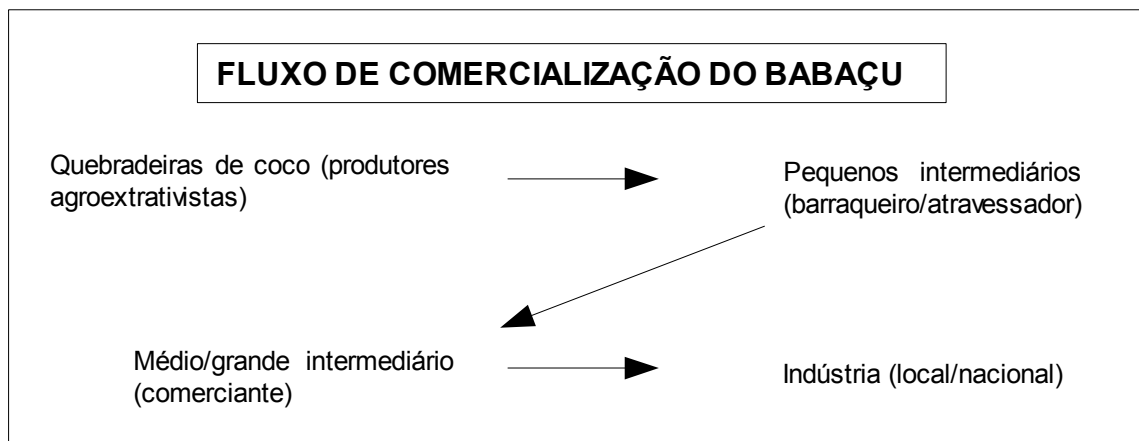


FIGURA 6: Fluxograma do esquema de comercialização do babaçu

Fonte: MESQUITA, 1999: 99

Esses médios e grandes comerciantes determinam o preço a ser pago pela amêndoa na medida em que, controlando as fontes de matéria-prima, podem barganhar com as indústrias preços mais elevados, até o limite em que o óleo importado de palmiste não se torna demasiadamente vantajoso. Tais óleos chegam ao país com preços até 60% inferiores aos do babaçu (ARISVALTER, 2005),

⁴¹ Barraqueiro ou bodegueiro é o pequeno comerciante, normalmente ex-agricultor da própria comunidade, captador da produção de um povoado e normalmente financiado pelos médios e grandes comerciantes, que lhe facilitam a aquisição de mercadorias para seu estabelecimento.

contudo, o óleo produzido no Maranhão ainda encontra mercado em diversas indústrias alimentícias nacionais (sorvetes), de higiene e de limpeza (sabonetes, shampoos, cremes dentais e hidratantes de pele).

QUADRO 2: Indústrias compradoras de óleo de babaçu (1981-82)		
Rio de Janeiro	União Fabril Exportadora (UFE) A. Vicente Carlos Pereira Alegrand Oto Figueiredo & Cia Indústria Química S.A. Costa Narciso Cia Lta.	F.C. Lang Ind. e Comércio Fontana & Cia Ltda. Menfes S.A. Indústria Amilar Ind. e Comércio Casas da Banha N.N. Sabonetes Du Pont do Brasil
São Paulo	Gessy Lever Ind. Reunidas Matarazzo Colgate Palmolive Refinadora de Óleos Brasil Casa Mário Pinto Sambra S.A.	Fábrica de Sabão Guarulhos Henkel do Brasil Indústria Coelho Ltda. Fábrica de Sabão e Velas São Paulo Bombril S.A. S.A. Frigorífico Anglo
Pernambuco	Anderson Clayton J.B. Da Costa Francisco Gomes Alimonda Irmãos S.A.	
Pará	Sabino Oliveira Phebo O.C. Bitar Ind. Comércio Santa Izabel do Pará Armando Ribeiro Saboaria Marajoara	
Ceará	M. Pimentel G.B. Oliveira Cooperativa Central	
Piauí	Freitas Leal Livramento GECOSA	
Bahia	Fábrica de Sabão e Vela São José Ltda. Phebo do Nordeste	
Paraíba	Cia. De Produtos Químicos do Nordeste Ind. e Comércio Irmãos Cabral	

FONTE: AMARAL FILHO, 1990

A partir do fim da Primeira Guerra e posterior redução da demanda internacional, alguns capitais comerciais do eixo Rio-São Paulo começam a instalar unidades de beneficiamento de amêndoas, passando a exportar somente o óleo, fato que agregou mais valor ao produto e ganhos a esses capitalistas.

Até então a relação de produção, comercialização e exploração dos trabalhadores no Estado do Maranhão mantinham-se inalteradas, existindo como na etapa anterior (AMARAL FILHO, op. cit.: 36). O declínio na exportação de amêndoas foi diretamente relacionado à implantação de unidades de beneficiamento de amêndoas no próprio país para reduzir a ineficiência com o transporte de uma matéria-prima de onde se retirará apenas metade de produto intermediário (óleo).

Essa redução na demanda externa foi em parte compensada por essa indústria oleaginosa e saponólia que então surgia no país, o que veio enfraquecer as Casas de Exportação, mas não os comerciantes regionais enquanto meio economicamente viável de acesso à matéria-prima.

Em meados da década de 1950 os capitais industriais (tanto nacionais como estrangeiros) passaram a se transferir para os Estados produtores de matérias-primas (amêndoas de babaçu), visando escapar das inconveniências da subordinação aos comerciantes e transportadores, verdadeiro quartel informal que mantinha os preços artificialmente elevados, reduzindo a sua eficiência produtiva e de planejamento interno.

Nesse período, o mercado internacional havia perdido completamente a relevância, sendo completamente substituído pelas indústrias nacionais (AMARAL FILHO, op. cit.: 40) cujo capital que lhes deu corpo tinha origem no próprio capital comercial nacional e estadual, alguns dos quais decorrentes das atividades das Casas de Exportação, que deixando de existir enquanto tais constituíram firmas produtoras de óleo e conservaram suas articulações no acesso a matéria-prima (MAY, op. cit.: 193). Na tabela 4 abaixo, pode-se observar a participação dos maiores estados produtores em relação ao total produzido no Brasil ao longo dos últimos cinquenta anos, o que nos dá subsídio para entender porque se instalaram grande parte dessas indústrias no Maranhão:

TABELA 4: MAIORES PRODUTORES (%) NACIONAIS DE BABAÇU

Unidade/ Ano	1930	1940	1950	1960	1970	1979	1996
Brasil	100	100	100	100	100	100	100
Maranhão	67,25	68,38	76,82	83,69	82,34	74,2	90,1
Piauí	30,76	29,05	16,65	8,72	7,61	7,74	5,3
Goiás	1,43	1,19	2,04	5,15	8,06	16,5	3,6
Ceará	-	0,8	0,9	1,25	1,38	1,16	0,3
Pará	0,06	0,48	0,2	0,07	0,12	0,06	0,3

Fonte: IBGE, 1956, 1962, 1973, 1983, 1996

Vemos que o estado do Piauí tem se posicionado em quase todos os anos estudados pelo IBGE em segundo lugar na produção brasileira de amêndoas de babaçu, o que se deve à proximidade com o Maranhão e à difusão da dinâmica econômica do babaçu. O estado que tem figurado com a terceira maior quantidade produzida de amêndoas de babaçu é Goiás, entretanto, perdeu suas principais matas de babaçuais após a criação do estado do Tocantins (1989).

Embora passasse a controlar parte dos mecanismos estruturais da economia do babaçu, ou seja, o financiamento da produção e da comercialização, esse controle se restringia ao financiamento, não à produção e à comercialização propriamente ditas, que continuavam assentadas sobre as bases tradicionais⁴². Conforme podemos constatar abaixo:

Nesta fase, é a indústria que passa a controlar os mecanismos de funcionamento do conjunto das atividades, o que quer dizer, controlar todo o sistema de financiamento da produção e da comercialização. Entretanto, essa indústria não penetra nas esferas da produção e do transporte da sua matéria-prima, ela mantém e reproduz a estrutura produtiva rural, apoiada na pequena produção mercantil, assim como a estrutura de comercialização, organizada pelos comerciantes-proprietários de terra e intermediários (AMARAL FILHO, op. cit.: 39).

Caso não se submetesse, não teria acesso às fontes de matérias-primas controladas pelos fazendeiros, que apenas vislumbrando lucro se disporem a permitir a saída da produção de amêndoas de “suas” terras.

⁴² Amaral Filho expõe claramente essa informação ao afirmar que "a produção do babaçu, por ser a palmeira nativa, tem um grau de atomização muito alto dentro do espaço em que ela se desenvolve, o que inviabiliza a participação da indústria na compra direta da matéria-prima. Desse modo, o capital comercial tem também a função de 'ajuntar' toda essa produção espalhada e canalizar para a indústria de transformação" (AMARAL FILHO, op. cit.: 127).

A produção extrativa de amêndoas obedecia a um fator de mercado que era a necessidade de renda monetária pelas famílias de trabalhadores agroextrativistas, mas a sua primeira fase de comercialização não se vinculava apenas a esse eixo, tinha peso também as vinculações políticas do fazendeiro. Economia e política andavam estreitas na economia do babaçu.

A “tradição” que se convencionou foi a de financiar antecipadamente o comerciante para que ele pudesse comprar o insumo produtivo. Dessa forma, esse sujeito tomou para si todo o risco da empreitada, pois não tinha segurança nenhuma da qualidade do produto que lhe seria entregue, nem mesmo de quando isso se daria.

De posse da matéria-prima, a indústria localizada no Estado a destina, basicamente, à produção saponólia⁴³. Uma parte da produção de óleo é exportada para outros Estados, tendo como alvo indústrias de produtos de higiene e limpeza. A torta⁴⁴, subproduto da prensagem da amêndoa no processo de extração do óleo, é vendida para outros Estados do Nordeste com vistas à engorda de gado.

A intenção de construção de parques industriais para o beneficiamento integral do babaçu ganhou força durante a década de 1970, mas esse intento malogrou antes mesmo de se consolidar, por insuficiência na oferta de matéria-prima, por oscilações comprometedoras na oferta anual desse produto⁴⁵ e, ademais, por uma falha no planejamento das indústrias que mais recentemente haviam se implantado, que mensuraram em demasia a capacidade e a disposição dos produtores em disponibilizar amêndoas no mercado.

A capacidade para ofertar amêndoas sempre existiu, sendo comprovada pelos níveis alcançados em alguns anos na produção anual de amêndoas. Quanto à disposição a produzir amêndoas para o mercado, adentra-se em outra instância de

43 Setor industrial que produz sabões e derivados para uso variado em residências e empresas.

44 O coco após colhido na mata é quebrado para se extrair as amêndoas que são vendidas a atravessadores até que chegam à indústria onde é, então, triturado e submetido a aquecimento e prensagem para liberar mais facilmente o óleo que nele se encontra. Os restos de amêndoas trituradas e prensadas ainda contém cerca de 5% de óleo e formam um resíduo chamado de torta, utilizado para a alimentação animal.

45 Principalmente determinado pelo resultado da safra agrícola do ano de referência e não por condições adversas das condições climáticas.

considerações, já que quando os produtores (trabalhadores rurais agroextrativistas) encontravam alternativas de subsistência, optavam por não produzir amêndoas pelo baixo retorno propiciado.

Isso denuncia que a saúde dessa economia era bem mais determinada pelos comerciantes, e em menor magnitude pelos industriais do que pelos produtores, por serem os comerciantes que, na tentativa de manter seu lucro, reduziam em demasia o preço pago pela produção, desestimulando sua continuidade⁴⁶.

Esse processo de barganha ignora qualquer norma ética(sic) rigidamente estabelecida em que o comerciante pode vender as suas amêndoas a uma indústria mesmo já a tendo “prometido” a outra, desde que aquela lhe ofereça um preço melhor.

Essa atitude atrapalha o planejamento interno das indústrias de beneficiamento que não conseguem ter exatidão de quando exatamente sua matéria-prima estará em estoque, pois sabe-se que muitas vezes outros industriais oferecem um valor mais alto pela amêndoa já "vendida" no leilão, mas que não foi ainda entregue, ficando com a mesma. Já a indústria "vencedora" do leilão recebe avisos de que o comerciante ainda não conseguiu reunir toda a sua encomenda, que acaba atrasando em até um mês.

Evidentemente, até os dias atuais as indústrias se submetem ao regime de leilões de amêndoas feitos pelos comerciantes, pagando antecipadamente pela encomenda, mas não sabendo quando irão recebê-la e se o resultado do leilão será realmente seguido (ARISVALTER, op. cit.).

Essa foi uma das principais causas desencadeadoras da crise da indústria oleaginosa do babaçu. Causa, não o determinante⁴⁷.

Com o fim da exportação do óleo iniciou-se internamente uma tendência decrescente no preço da amêndoa, o mais racional, já que o mercado externo

46 A capacidade produtiva da mata de babaçuais é tida como relativamente constante numa região, basicamente sendo determinada pela densidade de palmeiras por hectare... (ver autores).

47 Listar: ... perda de competitividade ante os óleos importados, introdução de outras fontes láuricas (algodão, dendê, mamona, entre outros).

representava uma demanda extraordinária e por isso elevava o nível interno de preços dessa matéria-prima.

Tal redução beneficiou os industriais nacionais, que passaram a ter a sua disposição uma maior oferta por um menor preço. Contudo, essa situação forçou uma redução na margem de lucro do setor comercial, que para esquivar-se transferiu o ônus para os trabalhadores agroextrativistas desorganizados e dispersos.

Ao fazerem isso, desconsideraram que o babaçu era a atividade econômica complementar à renda familiar, e que era intensificada apenas nos anos de preços favoráveis, ou quando a agricultura tivesse fraco desempenho, fazendo com que também reduzissem a quantidade média da produção familiar que era posta no mercado, o que poderia forçar a uma nova elevação nos preços. Entretanto, isso não aconteceu.

Na verdade, as indústrias trabalhavam com substancial nível de ociosidade⁴⁸ (ver Tabela 1 na página 43), que crescia à medida que os preços faziam declinar a oferta, o que redundou na falência de diversas unidades industriais entre meados dessa década e a seguinte. A ascensão, desenvolvimento e a crise da economia do babaçu foram determinados, portanto, não pela indolência, preguiça e falta de visão de futuro dos trabalhadores agroextrativistas (MAY, op. cit.), mas pela sanha dos comerciantes em lucrar demasiadamente em detrimento do setor produtor, quebradeiras de coco e industriais.

A partir dos anos 1970, os preços do babaçu iniciam uma tendência de queda, que se acentua em fins dessa mesma década e desestimula as produtoras a continuar produzindo.

Isso as obrigava a trabalhar muito mais horas por semana para obter a mesma remuneração de outrora (MAY, op. cit.: 134), o que desestimulava a atividade da quebra e, conseqüentemente, diminuía o total produzido, implicando em menor oferta de matéria-prima para a indústria. Por conta disso, curiosamente,

⁴⁸ E a capacidade total de beneficiamento dessas indústrias nos anos 70 e 80 era muito superior à média histórica de produção de amêndoas.

vemos a diferença nas reações das partes envolvidas. Assim, “os compradores e exportadores atribuem, geralmente, a escassez e o mau preparo das amêndoas de babaçu à indolência e à má fé dos caboclos” (VALVERDE, 1985: 179).

Os trabalhadores, por sua vez, quando recorriam a subterfúgios era na tentativa de obterem um pouco mais de dinheiro para suas necessidades. Eles tentavam burlar o sistema de aquisição das amêndoas, como bem nos exhibe Andrade (1970: 177), que enfatizou que o grande responsável, tanto pela baixa qualidade da amêndoa de babaçu disposta no mercado, ocasionada pela alta quantidade de impurezas – e a causa desse fato –, quanto pelos baixos níveis de vida das famílias de quebradeiras de coco, é sem dúvida a longa cadeia de comercialização. Há, é claro, os exageros ou casos extremos, como o ilustrado abaixo por Valverde:

Como a mercadoria é vendida aos quilos, eles vendem no mesmo dia em que quebram. Usam ainda mil e um recursos que os favorecem no peso [...], normalmente, a quantidade de impurezas contida numa saca de babaçu corresponde a cerca de 10% do peso. Numa fábrica de São Luís foi-nos exibida uma saca contendo 50% de impurezas. (VALVERDE, 1985: 180).

Essa prática é ainda utilizada nos dias atuais, prejudicando as unidades industriais de beneficiamento de babaçu pelo elevado nível de impurezas e umidade na matéria-prima, que chega a cerca de 25% em toda a indústria, segundo informações de Arisvalter, responsável técnico de uma fábrica de sabões em Trizidela do Vale-MA (ARISVALTER, op. cit.). Isso aumenta a lista dos obstáculos ao processo de beneficiamento, que demonstram a fragilidade do poder da indústria em dinamizar a economia regional⁴⁹.

Ao que podemos acrescentar:

Não só entre produtores e compradores dão-se fato desagradáveis. Entre as firmas comerciais e industriais de uma mesma praça a concorrência leva ao uso de processos não muito ortodoxos [...] A consequência mais grave será a queda brusca nos preços nas zonas de produção [...] Nestas circunstâncias, o caboclo desanima, não quebra o coquilho e a produção baixa sem que haja para isso causa evidente (VALVERDE, 1985: 181).

49 Segundo as entrevistas efetuadas na COPPALJ, em Lago do Junco, as quantidades de impurezas nas amêndoas por ela compradas não passam de 2%, resultado na identificação das quebradeiras de coco com a cooperativa “que é delas” (VITAL, 2005).

Esse estágio de desvalorização fez com que a cada ano o volume total de produção de amêndoas declinasse, inviabilizando a atividade industrial instalada sob uma estrutura projetada para um nível fixo mínimo de produção anual. Nível em parte agravado com o excesso de planejamento da capacidade produtiva, bastante superior à quantidade de amêndoas historicamente produzidas.

Mas fatores exógenos à economia do babaçu também concorreram para o seu definhamento. A crise do petróleo na década de 70 e a conseqüente alteração nas taxas de câmbio fez com que mercadorias importadas entrassem em melhores condições e assim óleos vegetais de outros países – da Ásia em particular – passaram a concorrer com o equivalente nacional, além da incorporação de outras oleaginosas nacionais que relativizaram a importância do babaçu na indústria local, como o dendê, o coco-da-bahia, a mamona, a semente de algodão e a soja (Tabela 5).

TABELA 5: EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE ÓLEOS LÁURICOS SELECIONADOS (1 000 TON)

Prod./País	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00
Palmiste	768,3	883,3	874,5	799,8	861,8	940,1	1.058,0	1.232,0	1.243,0
Malásia	506,8	526,2	504,7	405,9	436,6	480,0	476,0	551,0	600,0
Indonésia	183,6	277,1	294,6	328,4	352,4	390,0	459,0	563,0	525,0
Outros	77,9	80,0	75,2	65,5	72,8	70,1	123,0	118,0	118,0
Coco	1.342,6	1.655,4	1.348,5	1771,9	1.384,7	1.751,0	2.122,0	1.039,0	1.635,0
Filipinas	788,7	1.121,6	772,9	1.336,4	899,1	950,0	1.386,0	463,0	834,0
Indonésia	332,3	285,8	389,0	189,2	298,3	603,0	511,0	348,0	555,0
Outros	221,6	248,0	186,6	246,3	187,3	198,0	225,0	228,0	246,0
Total	2.110,9	2.538,7	2.223,0	2.571,7	2.246,5	2.691,1	3.180,0	2.271,0	2.878,0

Fonte: Oilworld, apud. Mesquita, 1999

Todo esse desenrolar culminou com o fechamento de quase todas as indústrias existentes, que decaíram de um número de 112, em 1966, para apenas 1, em 1990 (Tabela 3)⁵⁰. Da mesma forma, caíram todos os indicadores de emprego, as inversões de capital e o valor da produção. O volume produzido partiu de um

⁵⁰ Esta única empresa indicada nos dados é a empresa Oleaginosas Maranhenses – Oleama, entretanto, é sabido que no Médio Mearim a esse tempo existiam outras empresas que não foram contabilizadas nesta pesquisa, como é o caso da Saponólio Garoto e a empresa Sabão Princesa do Mearim, em Pedreiras.

nível de 250.913 mil toneladas (1979) (Tabela 2, página 43) para 104 mil toneladas, segundo os dados mais recentes (IBGE, 2000).

2 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E AS GRILAGENS NA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO MARANHÃO E DO VALE DO MEARIM

A partir do segundo Governo Vargas (Plano SALTE), e principalmente, no Governo de Juscelino Kubitschek, com o Plano de Metas, o país sofreria um “choque” de industrialização⁵¹ com a criação de infra-estrutura básica de energia, transporte e comunicações, que forneceria o pano de fundo para as indústrias que quisessem se instalar, sendo elas nacionais num primeiro momento e nacionais ou estrangeiras em um segundo.

Através do Programa de Substituição de Importações, materialização mais contundente dessa política, o país definitivamente se desvincularia de sua herança rural e agrária – associada à idéia de subdesenvolvimento e atraso – e ingressaria no rol dos países de população urbana e proletarizada, desenvolvendo um grande mercado consumidor interno e sendo produtor de bens de consumo da classe trabalhadora (veículos, eletrodomésticos, etc.) e exportador de produtos industrializados, além de melhor se inserir na divisão internacional do trabalho, eliminando ou reduzindo sua inserção desigual e dependente no mercado mundial (a tão conhecida desigualdade nos termos de intercâmbio, divulgada pela CEPAL e seus seguidores, onde se afirma que o Brasil é prejudicado por exportar produtos primários com baixo valor agregado e importar mercadorias industrializadas de elevado valor embutido).

Ademais as críticas existentes ao modelo, ele atingiu seu objetivo e fez com que, em fins da década de 50, mais da metade da população brasileira já fosse considerada urbana. E para garantir que essa população tivesse acesso a uma cesta básica que lhe garantisse sua manutenção e reprodução, o governo lançou as bases para a modernização do campo, uma “Revolução Verde”, em que a tecnologia e a grande escala de produção dariam o tom da “nova” atividade.

51 A política de modernização do país era para construir um tecnoburocrático governo, base promotor da economia nacional e fomentadora do mercado interno com salários, associada à grande empresa capitalista que realizaria a produção com tecnologia moderna e estímulos econômicos governamentais (FENELON, 1974: 186).

Não só abasteceriam o país de produtos agrícolas baratos para os trabalhadores urbanos (equivalente a uma elevação indireta de salário), como proveriam o país de divisas, possibilitando a continuidade ao “círculo virtuoso” do desenvolvimento, e que trinta anos depois ainda forneceria espaços para os mais variados discursos, como o do Ministro Delfim Neto (1981-1983), em que o desenvolvimento seria um “bolo” que deveria ser feito para ser repartido depois com a sociedade.

Para Paulo Sandroni (1986), o governo brasileiro só pretendeu executar um plano de reforma agrária por que a deficiente produção de alimentos que abastecia as cidades estava forçando uma elevação nominal dos salários dos trabalhadores, de forma a compensar os preços dos alimentos que subiam mais que a média dos preços industriais, o que ocasionava a transferência dos ganhos de produtividade do setor industrial para o agrícola, ameaçando a acumulação de capital na indústria (p. 20).

Ocupar produtivamente cada rincão do país resolveria ainda a problemática fundiária, assentaria milhões de famílias sem terra ou pressionadas pelo latifúndio nas regiões de elevada concentração populacional do Nordeste Ocidental⁵² e ainda ocuparia a frente de expansão do povoamento⁵³ da Pré-Amazônia, Amazônia e o cerrado do Centro-Oeste, todos com baixa concentração demográfica.

Não se pode olvidar que o contraste regional e interregional no Brasil apresentam contrastes abruptos. Regiões altamente industrializadas contrabalançam com outras onde o setor terciário (comércio e serviços) é o dominante. E essas regiões polarizam com outras onde a agropecuária, por sua vez, é central.

Se assim acontece em termos das estruturas econômicas, há elementos que são comuns a todos: a gritante desigualdade social (bairros de classe média alta avizinados por favelas; cidades com forte atividade econômica cercadas de outras onde os aposentados e o comércio dos produtos agrícolas de subsistência é que

52 Fruto muito mais da concentração fundiária do que da ocorrência de secas ou da ausência de terras.

53 Nas palavras de Leo Waibel (1955), as Frentes Pioneiras segundo o “modelo” do Oeste Norte-Americano.

são os agentes nucleadores da economia) e a fome, como mostrado por Josué de Castro (1969), em sua “Geografia da Fome”⁵⁴.

O recurso inicial para tentar reverter isso foi a criação de diferentes órgãos de fomento, a partir dos anos 50, que centralizariam recursos financeiros, e o planejamento das estratégias de ação, reforçado com a política do governo militar de conversão dos minifúndios e latifúndios em empresas rurais, as agroindústrias, que capitaneariam o processo modernizante, desvinculando-se da produção para consumo de subsistência e elevando paralelamente a composição orgânica do capital – e o próprio montante investido – no campo, além de assalariar grande parte da mão-de-obra liberada das unidades familiares de produção agrícola (KURZ, 1993: 169)⁵⁵.

Fundamentalmente, essa mudança de perspectiva significa a mudança no papel da terra na estrutura econômica do país, que deixa de ser vista a partir de sua utilidade para ser vista a partir do seu valor (SILVA, 1980).

De fato, dois caminhos acenaram desde então. Um, para a saída de trabalhadores do campo com destino às cidades em processo de industrialização, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, inserindo-se como mão-de-obra farta e barata, ciosa por fixar-se em uma ocupação que lhe garantisse estabilidade econômica.

O outro, por sua vez, destinava-se a aqueles que eram postos em migração na busca de novas terras nas fronteiras agrícolas do Maranhão, Norte e Centro-Oeste, constituindo milhares de minifúndios, numa sensível redução da concentração de terras no Brasil, que, sofridamente, durou pouco mais de vinte anos (da década de 40 até início da década de 70). Conforme Sorj:

54 Nesse livro, Josué de Castro explica que, partindo de uma escala local de ocorrência da fome e chegando a regiões industrializadas do Brasil e do exterior, verificou-se ser esse um problema comum a todas, modificando apenas sua forma e a intensidade.

55 Com a criação da SUDENE, a política pública pontual de ataque contra as secas via construção de açudes é deixada em segundo plano diante do melhor aproveitamento dos espaços na Zona da Mata e das áreas úmidas da Amazônia e Pré-Amazônia (Maranhão, principalmente, Goiás e Mato Grosso), que eram de aporte mais global para o conjunto do problema. Essa orientação, entretanto, só perdura até a tomada do poder pelos militares, que retomam o pacto com as oligarquias e rearticulam a construção de açudes.

[...] o tamanho médio da grande propriedade agrícola no Brasil tende a diminuir no período que vai de 1940 a 1970, e de ser concentrador entre 1970 e 1975. Contudo, nenhuma dessas modificações significou uma transformação básica das relações de poder determinadas pela propriedade fundiária, mantendo-se o predomínio da grande propriedade na maioria dos Estados (SORJ, op. cit.: 138).

Sem romper com a estrutura fundiária vigente, planejava-se industrializar o país sem incomodar excessivamente a classe dominante, então baseada no latifúndio, e representada nas administrações públicas, ainda que viesse perdendo espaço para aqueles ligados ao setor industrial, no nível federal, mantendo-se praticamente sem fraquejamentos nos níveis estadual e municipal, em que os proprietários de terras ainda controlavam o poder nas pequenas e médias cidades, articulando-se, por vezes, para garantir o controle os governos estaduais.

Para que pudesse ser levada adiante a industrialização, concessões foram trocadas entre industrialistas e latifundiários, numa atitude que tinha como objetivo criar as condições para que o inevitável processo de industrialização do país não cerceasse o espaço dos latifundiários, nem que estes atrapalhassem a aprovação de medidas importantes para essa fase inicial de industrialização, resultando na chamada “modernização conservadora”⁵⁶.

Tal processo mudou uma série de elementos da estrutura econômica e política do país sem romper com as oligarquias estaduais e sem tocar nos pontos cruciais da relação entre as classes dominantes agrárias com a massa de trabalhadores rurais sem direito a terra⁵⁷.

No tocante a criação da mais importante instituição de atuação no Nordeste, a SUDENE, Sorj (op. cit.: 98) relatou que o projeto que realmente a implantou refletia estreitamente os interesses industriais do Centro-sul, que pretendia controlar e limitar os ânimos sociais no Nordeste desejoso de mudanças⁵⁸, o que é reforçado por OLIVEIRA (1978).

56 Modernização que objetivou a extinção do latifúndio tradicional, transformando-o em empresa rural, e os minifúndios em pequenas unidades camponesas produtoras mercantis, sem no entanto promover alterações na estrutura da ocupação e uso da terra no Brasil.

57 Exemplos disso são fartos na literatura sobre a intervenção governamental no campo, destacando o papel dissimulado e dúbio das políticas públicas ditas modernizantes (MARANHÃO, 1984: 86).

58 Tendo se consolidado como centro industrial do país, já na primeira metade do século XX requeria a ampliação do mercado consumidor interno e a maior oferta de matéria-prima e mão-de-obra, o que o Nordeste oferecia em abundância (MINC, 1985: 33).

Essa concepção foi contraposta por Andrade (1984: 51) na defesa da nobreza da fundação da SUDENE, afirmando que seu projeto inicial, fruto do relatório do GTDN⁵⁹ (1959), tinha caráter reformista e desenhava propostas políticas com impactos diretos na estrutura fundiária, mas que devido à interferência política dos grupos do Sudeste, aliados às transnacionais, o projeto converteu-se num instrumento de reforço da diferenciação regional no Brasil (ANDRADE, 1984: 52; refletido também em MARANHÃO, op. cit.: 100). Essa opinião do autor era decorrente do fato de ter participado da equipe capitaneada por Celso Furtado, então movido por sua recente participação na CEPAL, de onde teve acesso privilegiado aos dados para o conjunto dos países da América Latina.

O embate de forças entre os que defendiam as idéias originais de criação da SUDENE e os que defendiam aquelas ligadas ao Centro-Sul determinou não só a mudança na atuação da instituição como a colisão de práticas com outras instituições regionais, a exemplo do caso do Banco do Nordeste, inspirado declaradamente na *Cassa per il Mezzogiorno*, instituição de desenvolvimento da região do Mezzogiorno na Itália⁶⁰, mas que, entretanto, segundo Andrade (op. cit.: 51), não apresentou um caráter renovador apenas fortalecendo os médios e grandes proprietários de terras, especialmente os pecuaristas.

Esse banco era orientado para a maximização do seu lucro emprestando dinheiro àqueles que poderiam pagar os empréstimos, e não àqueles que apenas encareceriam e aumentariam o trabalho das suas agências.

Assim sendo, teve que atender dualisticamente os anseios gerais da sociedade, garantindo a manutenção da estrutura de poder e dominação, o que, em suma, significa agir como um Estado Classista (MARANHÃO, op. cit.: 84)⁶¹.

59 Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

60 Otamar de Carvalho (1979) faz um detalhamento a partir de anotações e observações de sua visita técnica a Itália e à *Cassa per il Mezzogiorno*, no sul desse país, das suas características e suas semelhanças com o Nordeste brasileiro, além das estratégias de ação adotadas pela instituição. No mesmo trabalho, tece avaliação sobre a SUDENE, apontando detalhes muito particulares da cada um dos pontos focais de atuação, numa estrutura de texto ora de relatório, ora de uma dissertação.

61 Então, desde que surgiu o Estado Moderno na aurora do sistema capitalista o Estado sempre esteve em questão. Na medida em que ele organiza a dominação de classes sobre classes (ALMEIDA, 1997: 114).

Efetivamente, a mudança na política para o Nordeste refletia o interesse do Estado em dispersar as tensões existentes nos estratos inferiores da sociedade nordestina, de onde pipocavam tensões e conflitos por terra e trabalho nas áreas de mais elevada concentração populacional (Zona da Mata, Agreste e Recôncavo Baiano), ao mesmo tempo em que criava o ambiente para a entrada do capital industrial do Centro-Sul, que visava aproveitar as facilidades dessa região (particularmente a proximidade dos mercados consumidores do Nordeste e a isenção do pagamento de impostos).

Associado, o encontramos favorecendo a expansão da fronteira e realizando investimentos e concedendo financiamentos a juros reduzidos ou até negativos (SORJ, op. cit.: 116), com o objetivo de transformar as terras da fronteira amazônica e do cerrado em objeto de troca, constituindo um cadastro de terras juridicamente reconhecidas e demarcadas, disciplinando a sua apropriação via mercado, considerando comerciantes de terras (especuladores e até grileiros) como os legítimos demandadores desse recurso. Conforme Almeida:

A intervenção governamental objetiva incorporar ao mercado nacional de terras essas extensões consideradas à margem das transações comerciais tidas como legítimas. [...] Pela chamada 'regularização fundiária' intenta ordenar a demanda e disciplinar as formas de apropriação, atendendo, principalmente, à expectativa daqueles que mantêm uma relação mercantil com a terra (ALMEIDA, 1986: 268).

A explicação de tal processo de reforço das estruturas do latifúndio pode ser estendida à região amazônica, grande fronteira de recursos (BECKER, 1986) do século XXI, mas local em que as formas de apropriação da terra com reconhecimento jurídico são incompatíveis com a concepção de terra para os povos indígenas e quilombolas existentes na região (FERREIRA, 1993: 65), também agroextrativistas, bem como com a forma em que se realiza o trabalho dessas populações via utilização economicamente irracional da terra pela baixíssima produtividade do trabalho.

A Amazônia passou a receber cuidadosa atenção de grupos econômicos mundialmente poderosos que têm adquirido terras sob o argumento de proteção ambiental – inclusive as das nações indígenas – ou para a implantação de culturas

de exportação (soja, dendê, palmiste, etc.), seguindo quase sempre o trajeto das obras de infra-estrutura públicas que incluíam toda a Amazônia Oriental (Rodovia Belém-Brasília, 1960) e centrais (Transamazônica, em 1970), conforme encontrado em Sorj (op. cit.: 107) e Costa (2005: 135).

Um relato interessante sobre esse trajeto é o que nos mostra que a maior parte dos recursos cambiados pela SUDAM para a região amazônica foram direcionados para os mesmos locais onde se implantaram complexos madeireiros, programas de mineração e as infra-estruturas básicas de energia, transportes, abastecimento, comunicações e núcleos urbanos (ALMEIDA, 1986: 265).

Apesar dessas essas atividades mais avultadas em valor do que em número de projetos, há uma não desprezível quantidade de recursos alocados em projetos agropecuários – pecuária bovina – que têm como função primordial servir de portal de acesso aos recursos públicos. É o que

temos visto no caso da fronteira, a ação do Estado tem sido fundamental e tem gerado como dominante um tipo de capitalismo rentista-especulativo. A existência de uma porção de terras no Brasil não integradas – ou integradas marginalmente – ao mercado nacional, se bem que geralmente povoadas, transforma-se potencialmente em geradoras de renda capitalista. Para que isso aconteça, essas terras devem ser integradas através de algum meio de transporte ao mercado. O Estado tem assumido essa tarefa através da criação de estradas, transformando as terras de fronteira em geradoras de renda diferencial. 1. A procura de propriedade dessas terras adquiriu em geral um sentido fundamentalmente especulativo. O capital que buscou apropriar-se delas (independentemente de ser de origem industrial ou financeira, paulista ou nordestina, nacional ou estrangeira), objetivava não a sua utilização produtiva, mas sim a sua valorização potencial, integrando-as no mercado (SORJ, op. cit.: 136).

Então, é o Estado que tem gerado um “novo” capitalista agrário que tem na agropecuária a fonte de uma super renda conquistada ao Estado por meio dos incentivos econômicos e fiscais e dos investimentos públicos (COSTA, op. cit.: 135).

Essa afirmação contraria aqueles que, observando isoladamente para o latifúndio, têm uma apreensão equivocada a respeito da sua forma de exploração, visto que seu "motor" é o lucro capitalista que serve como instrumento de apropriação de mais-valia social, diretamente do trabalhador ou via Estado. Assim,

[...] não se trata de um traço 'feudal' da estrutura fundiária brasileira, pois entre esses latifundiários estão os grandes grupos empresariais do Centro-Sul do país. O que essa realidade revela é o caráter rentista presente no capitalismo que se desenvolve no Brasil (OLIVEIRA, 1998: 489).

Assim, com a consolidação do mercado de terras e a “padronização” da terra como instrumento de especulação surgiu um mercado complementar de projetos de financiamento (ALMEIDA, 1995: 261), que eram aprovados para uma espécie de “empresários de projetos”. Essas pessoas tinham a tarefa de elaborar projetos aprováveis pelos órgãos de financiamento para que, depois, eles fossem revendidos a latifundiários que, por sua vez, recebiam os recursos e se utilizavam das enormes vantagens oferecidas sem a necessidade de desfazer-se dos recursos, já que os trabalhos eram feitos sem custo ou a custo muito reduzido pelos posseiros e arrendatários de suas terras.

Incrivelmente, há dissensão entre o total de recursos efetivamente alocados para o campo, considerando-se estratos de área, e o total da produção agrícola produzida pelos diferentes estratos. Enquanto o valor total de recursos financiados cresce à medida que aumenta o tamanho da propriedade, a produção diminui progressivamente quanto maior seja a área.

Em 1985, 3,5% do montante emprestado pelo governo naquele ano chegou até os estabelecimentos com no máximo 10 hectares, pouco mais de 24% do total de estabelecimentos financiados naquela data entre todos os estratos de área e situação da terra e do produtor. Simetricamente, os imóveis com maior quantidade de hectares (acima de 1.000) produziram 16% do valor total da produção da agropecuária, embora tenham sido beneficiados com 27% dos financiamentos públicos (IBGE, 1985).

A contradição das políticas orientadas para a colonização da Amazônia brasileira, estimulando a migração para as regiões de fronteira agrícola ao mesmo tempo em que outros órgãos do estado concediam facilidades e vantagens para que grande capitais se instalassem nas mesmas áreas, criou uma situação desorientadora para aqueles que migraram pela promessa de terra farta.

De fato, no mesmo passo em que os contingentes humanos chegavam ao Maranhão, grandes áreas eram vendidas ou apropriadas por grandes grupos do centro-sul do país que haviam adquirido áreas desabitadas para seus objetivos. A grande quantidade de trabalhadores acabou servindo como mão-de-obra para os grandes capitais na derrubada da floresta e em trabalhos temporários e permanentes que vieram em seguida (SORJ, op. cit.).

2.1 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO FUNDIÁRIA DO MARANHÃO E DO MÉDIO MEARIM

Essas afirmações acima servem para mostrar que para resolução das tensões no Semi-árido nordestino a principal política adotada foi a transferência do contingente “excedente” da população rural para áreas esparsamente povoadas do Maranhão⁶². Tal política só veio corroborar que não estava na pauta governamental alterar a ocupação do território pela modificação da estrutura fundiária, visando torná-la menos concentrada (MARANHÃO, op. Cit.: 91), apesar de ter sido ineficiente na sua execução e no alcance de metas. Como revela Sorj:

O processo de ocupação da Amazônia, ao colocar o Estado como promotor e viabilizador central das formas que irá assumir a colonização, determinou que este aparecesse pela primeira vez de forma ‘visível’ como o responsável pelas características que assume a conformação da estrutura fundiária (SORJ, op. cit.: 110).

Essa conformação foi materializada, no Brasil, em políticas que não visavam atingir a estrutura concentrada da terra. O que se viu foram projetos e programas públicos de financiamento que em todos os estados nordestinos fortaleceu os médios e grandes proprietários, levando ainda à valorização e à maior concentração da terra (SORJ, op. cit.: 105; BECKER, op. cit.: 212).

Então, sendo central em todo o desenrolar desse processo, já que independente de se tratar das áreas de ocupação antiga do Nordeste ou dos “vazios” do Meio-Norte, os recursos públicos têm se destinado aos grandes

⁶² Entretanto, essa política não surtiu o efeito planejado. Em parte por que logo após o anúncio do programa milhares de trabalhadores desprovidos de terras migraram antecipadamente para a região que iria recebê-lo, a de Barra do Corda no Maranhão.

proprietários de terras e às atividades que, embora ligadas às metas iniciais do processo de industrialização, foram implantadas de forma a manifestar um custo social muito elevado pela quantidade de trabalhadores rurais que foram impedidos de ter acesso a terra ou foram forçados a dela migrarem.

Sorj (op. cit.: 100) sistematizou os dados oficiais acerca do financiamento público durante a década de 1960⁶³ e concluiu que:

De 1963 a 1976 foram aprovados 1.035 projetos industriais e 34 agropecuários, dos quais 64,4% eram dedicados à pecuária, 21,46% mistos, 6,5% avícolas e 4,9% agrícolas [...] Portanto, os efeitos da SUDENE fortalecem a tendência à pecuarização, à concentração fundiária e à geração de grandes empresas capitalistas.

O que levou Mesquita a também considerar que,

Se por um lado fracassam os projetos de colonização idealizados neste período para assistir pequenos produtores, as agências governamentais voltadas ao desenvolvimento regional subsidiam recursos para a instalação de dezenas de projetos pecuários visando à implantação de pastagens. Como resultado, a área plantada com pastagens, que era de apenas 150 mil hectares em 1960, atinge 2,8 milhões de hectares em 1985, equivalente a mais do que o dobro da área destinada à agricultura naquele ano (MESQUITA, 2004: 19).

Nesses termos, o país viu crescer o número de posseiros nos trinta anos contados desde a década de 1960, não só, mas principalmente, nas regiões de fronteira (OLIVEIRA, op. cit.: 496), devido a política de estímulo às migrações e de algumas outras isoladas de socialização fundiária.

Mesmo assim, conforme Almeida (1986: 270)⁶⁴, o crescimento dessa categoria é inconstante. Em 1980, o Maranhão abrigava mais de 20% de todos os posseiros recenseados naquele ano, num total de 184.044 estabelecimentos. Valores que apresentam crescimento negativo nos últimos cinco anos imediatamente anteriores à pesquisa.

63 Em 1971, apenas 10% de todos os recursos investidos pelo Bando do Nordeste do Brasil não se destinavam a pecuária (SORJ, op. cit.: 105).

64 O termo “ocupante” é usado pela população rural maranhense com relação à figura do posseiro. Também podemos incluir o alerta dado por SILVA (1978: 97) de que “o que aparece nas estatísticas como ‘trabalhador assalariado permanente’ pode designar qualquer relação de livre compra e venda de força de trabalho e, possivelmente em grande medida, qualquer forma de submissão do trabalho ao capital que não implicam na expropriação completa do trabalhador, como seria o caso, por exemplo, do colonato, dos moradores agregados, etc.”.

A ação do Estado serviu então para livrar o latifúndio nordestino de parte de seus “opositores” e para criar as condições para o seu fortalecimento econômico com a concessão de recursos públicos fartos e a reduzido custo. Ademais, permitiu que as milhares de famílias que migraram para áreas fracamente povoadas pudessem ocupar espaços de terreno nas matas da fronteira agrícola e trabalhá-los.

Ainda que sendo um efetivo resultado dos projetos de colonização, a fixação de substancial contingente na fronteira fracassou enquanto proposta de fomentar o surgimento de unidades relativamente autônomas de produção pela desarticulação das políticas públicas de crédito, assistência técnica e infra-estrutura, que quando existiram não concorreram ao sucesso dos empreendimentos e endividaram ou desorganizaram os grupos locais.

Na prática, as execuções das políticas de ocupação da fronteira se apresentaram no sentido de desenvolver as atividades agropecuárias ao mesmo tempo que reduziam as pressões demográficas no Nordeste, confirmando o que já foi dito acima (MARANHÃO, op. cit.: 96).

À medida que iam surgindo e se consolidando grupamentos humanos nas Zonas de Fronteira o posseiro se tornava um personagem com importância cada vez mais dilatada, sendo ele quem abria a mata e implantava as primeiras lavouras que domesticavam o solo que era utilizado durante poucas safras seguidas, levando-os a estarem em migração intra-estadual freqüente em virtude da fartura de terras livres e de boa qualidade (SILVA, 2005).

Essa característica minimizava a necessidade de fixação do posseiro em uma única área e a conseqüente criação de laços afetivos com a mesma, sendo comum seu abandono quando a produtividade da terra decaía ou um pretense proprietário a reivindicava e exigia a saída dos “invasores” (SORJ, op. cit.: 132).

Esses “invasores” poderiam ser desde posseiros e colonos com propriedade legal das terras até trabalhadores assalariados, ambos com diferentes níveis de submissão ao mercado e com trânsito freqüente de trabalhadores de uma condição para outra.

Diante do exposto, pode-se perceber que a realidade que se apresentou aos migrantes quando eles se instalaram na fronteira agrícola não era tão semelhante assim à “redenção” propagandeada pelo governo na época do início do programa de incentivo a migração (BECKER, op. Cit.: 218), como podemos observar no relato abaixo proferido em resposta à pergunta do porquê que esses trabalhadores foram para a região:

Toinha - Porque era a busca da terra prometida. Eu acho que era isso.

Dada - A exploração lá ainda era maior do que para cá. Lá o fazendeiro num botava não era o rendeiro, era o próprio fazendeiro mesmo... e tinha muito conflito, sabe. Titio conte aí essa história...

Tio - Porque corria a história que aqui era muito bom... E lá a gente vivia assim até com medo do dono da terra, que era muito agressivo. Aí a gente mudou para ali para o Tucunzal.

Toinha - Na verdade eles vieram do Ceará em busca de terra melhor, que aqui chovia muito e tudo o que se plantava dava. E Santa Maria [outro povoado na região] era uma área muito povoada, lá tinha muitas e muitas famílias. Eu acho que foi ficando difícil o acesso a roça, o mato ... colocar roça era muito competitivo. Para cá era mais farta, tinha mais terra, com mais facilidade (DONA DADA, 2005).

A fartura de terras livres foi reduzindo durante as décadas de 1960 e 1970, em parte pela grande quantidade de migrantes que se instalaram em um mesmo lugar e pelo latifúndio que já acenava sua força nas primeiras iniciativas de apropriação ilegal de terras.

Os trabalhadores cada vez mais se convertiam em mão-de-obra direta e indireta para o latifúndio (atividades de desmatamento e implantação de pastagens), numa relação onde o trabalho do posseiro se pagava com o fruto do seu labor na lavoura, no extrativismo e na criação de animais (BECKER, op. cit.: 72). A implantação das pastagens pela conversão das lavouras em áreas de pecuária se fez a custo da força do trabalhador, sem quase nenhum dispêndio monetário por parte do latifundiário⁶⁵, num sistema em que:

65 ABRAMOVAY, op. cit.: 15.

a pecuária desloca e/ou assalaria o pequeno possessor, transformando-o em 'peão' - para a derrubada da mata e plantio do capim, ou 'vaqueiro' - para a lida com o rebanho. Formam-se grandes propriedades, ligadas na maioria das vezes a companhias agropastoris que se beneficiam dos incentivos e das 'vistas grossas' do Estado para a expropriação desses pequenos produtores, processo esse onde não falta a violência característica do nascimento do capitalismo (SILVA, 1978: 91).

Isso faz com que a fronteira seja um local diferenciado, já que nela a incipiência das relações econômicas caracterizada pela ausência de empresas, indústrias, serviços, etc., limita a migração para as cidades que nada têm a oferecer em termos de ocupação e renda. Em outros termos, os agricultores submetem-se a viver com poucos recursos no campo a carecer completamente na cidade, por isso, quando acontecia migração, era para lugares distantes como garimpos do Norte, a região industrializada do Sudeste, ou novas áreas de fronteira como Roraima.

Esse "estímulo" a permanência no campo acabou gerando um duplo efeito: por um lado tornava desinteressante ao latifundiário o investimento na imobilização de bens de capital (máquinas e implementos agrícolas), e por outro garantia a ocupação temporária de grande quantidade de pessoas pelo baixíssimo custo da mão-de-obra (SORJ, op. cit.: 116).

Desse modo, a grande propriedade no Brasil não se orientou fundamentalmente para a intensificação do uso de implementos e maquinarias agrícolas, ao contrário, manteve a terra como principal origem da riqueza e da produção. Tendo como exceção São Paulo e Rio Grande do Sul⁶⁶, o restante do país aproveitou a farta oferta de mão-de-obra liberada da terra durante o processo de concentração da propriedade e pouco incluiu modernizações, ainda mais quando se aproximou o povoamento da região amazônica, como podemos constatar na tabela 6 abaixo, com relação ao número de tratores empregados no campo.

Nesse sentimento, a produção da agropecuária no país – independentemente do tamanho da propriedade – tem sido executada fundamentalmente de maneira

⁶⁶ Mais recentemente, década de 1980, outras regiões do Brasil se tornaram o destino dos grandes produtores rurais utilizadores de tecnologia intensiva no uso máquinas e implementos agrícolas, caso da região Centro-Oeste.

extensiva, exigindo em sua expansão maior quantidade de terras e mão-de-obra⁶⁷ (SILVA, 1978).

O pequeno produtor, rotulado sempre pelo uso de técnicas antiquadas, pelo arredo a novidades e pelo uso de implementos agrícolas rudimentares (ainda a enxada, a foice, a semeadeira manual e, muito eventualmente, um arado movido a força animal), não tinha capital para investir, além de ser visto sempre como um péssimo solicitador de financiamentos bancários pelas fracas garantias que podia oferecer, muitas vezes não possuindo sequer o título de propriedade da terra – casos em que a lavoura representava a quase totalidade de sua renda e os animais eram a única "poupança" para os tempos de infortúnio.

Mesmo o que poderia representar para ele um excedente da produção era apropriado pelos latifundiários e comerciantes na cobrança de dívidas anuais e na renda sobre a produção (SILVA, 2005: 178).

No Brasil, a idéia de modernização da agricultura sempre esteve muito associada à figura da grande propriedade: uma só bem existiria com a outra. A princípio, não por sua capacidade produtiva, mas pela simples possibilidade de ser reserva de valor⁶⁸ (SORJ, op. cit.: 138) em que se constituem e pelo fato da terra ser incluída no mercado nacional de terras, passando a ser mercadoria (SANTOS, 1980: 66).

Em verdade, uma associação pode ser erigida com os dados sobre o nível de utilização da terra que revelam que quanto maior o tamanho da propriedade menor a área explorada. Segundo dados levantados por Silva (1978: 81), só 40% das terras cadastradas em 1972 são exploradas, e a maior parte dessas terras está localizada nos estabelecimentos de menor área declarada. Quanto maior a área do

67 Nos anos 60 se difundiu muito o termo "Revolução Verde" para designar a introdução de maquinarias modernas de alta produtividade e poupadoras de mão-de-obra, mas este modelo se materializou contundentemente no Sudeste e no Sul do Brasil. Apenas recentemente passaram a ser localizadas propriedades com intensivo uso de tecnologias nas regiões de fronteira agrícola do Cerrado, com cultivo de soja para exportação.

68 Segundo Ladislav Dowbor (1986), o Brasil é um dos únicos países no mundo onde isso acontece, pois não há registros em outros lugares do mundo de multinacionais investindo na compra de grandes áreas de terras antes de isso ser narrado no Brasil.

estabelecimento, menor a área explorada, principalmente entre os de área igual ou superior a vinte mil hectares (ALMEIDA, 1986: 281).

O que dirime todas as dúvidas acerca disso é que, quando se observa as propriedades no tocante a renda bruta anual, observamos que as propriedades até 10ha têm a mesma renda bruta média de consideráveis quantidades de propriedades com mais de 1.000ha (SILVA, 1978: 72 e 74), isto é, ambos têm uma renda média anual da ordem de 33% do total da renda gerada no setor agropecuário.

No Brasil, e na fronteira agrícola, a terra é tão concentrada que metade do total de imóveis cadastrados não concentram nem 4% da área do total de imóveis do país. No outro vértice encontramos os imóveis de maior área cadastrada (5% do total), que controlam nada menos do que 70% da área registrada (SILVA, 1978: 62), caracterizando-se como os maiores latifúndios registrados na história da humanidade em todos os tempos (OLIVEIRA, op. cit.: 489).

Tomados isoladamente esses dados não revelam nada além de comparações e proporções de área, renda e produção, valores por si só vazios. Quando tomados conjuntamente nos permitem fazer inferências valorativas. Um bom exemplo da agregação de valor analítico aos dados é o Índice de Gini, que, a partir de diversos critérios, exhibe o quão desigual é um país. Graziano da Silva agregou ao cálculo o nível de concentração da terra no país e obteve o resultado de que os três Estados com maior Índice de Gini⁶⁹ são o Acre (0,994), o Amapá (0,983) e o Maranhão (0,968), concentrações consideradas “tendentes a absoluto”, a mais alta classificação antes da “concentração total” da propriedade (SILVA, 1978: 68-69).

Tamanho concentração resultava que mais de 60% das famílias residentes no campo em 1972 não apresentassem qualquer relação de propriedade com a terra (SILVA, 1978: 67), elevando a situação de pobreza das famílias que, quanto mais acentuada, mais subordinadas ao latifúndio essas famílias se encontravam e mais

69 Segundo o PNUD, o Índice de Gini “mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula)” (PNUD, 2007).

membros da família precisavam trabalhar para complementar o trabalho do chefe da família ou compensar sua ausência enquanto vendia sua força de trabalho (SORJ, op. cit.: 120; MAY: op. cit.: 117).

Essa concentração não foi apenas relativa, foi também absoluta, indicando que a política de migrações durante o século XX, associada aos investimentos de abertura da fronteira amazônica para a agropecuária, não teve o efeito socializador da terra prometido no período de sua idealização.

Dispondo os dados sobre a evolução da estrutura fundiária dos municípios mais diretamente envolvidos com a economia do babaçu e os conflitos de terras da década de 1980 vemos um efeito curioso e claro de concentração da terra nos estratos de menor área para os de maior.

Os gráficos 1, 2, 3 e 4 exibem como a grande parte da terra estava utilizada em estabelecimentos com no máximo 10 hectares, que se esvaziaram ao longo dos anos para, no censo de 1980, formar um gráfico onde a ampla maioria da terra está localizada em estabelecimentos de no mínimo 100 hectares.

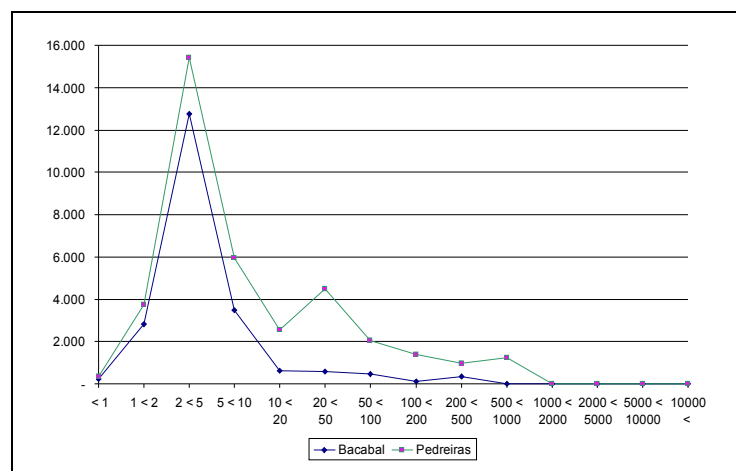


GRÁFICO 1: Total de área dos estabelecimentos em cada estrato de área - 1950

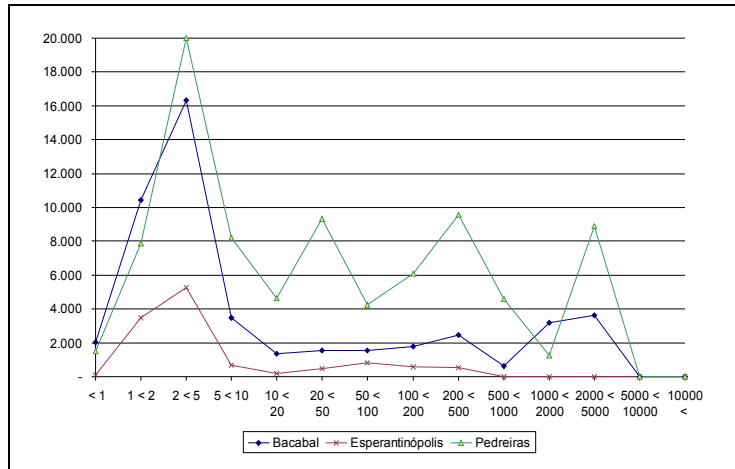


GRÁFICO 2: Total de área dos estabelecimentos por estrato de área - 1960

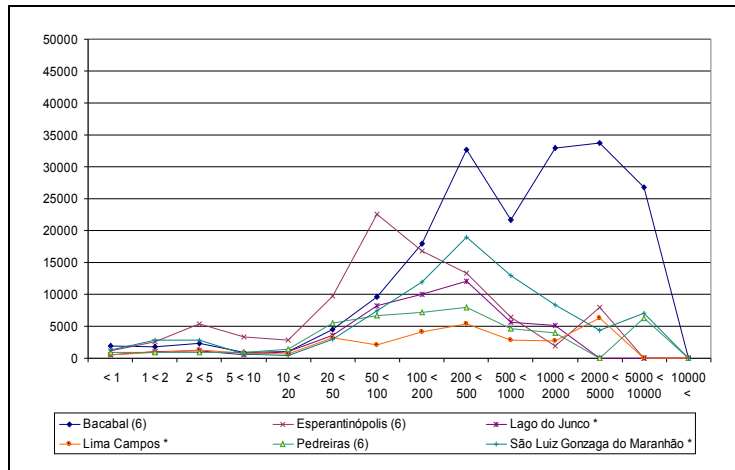


GRÁFICO 3: Total de área dos estabelecimentos por estrato de área - 1980

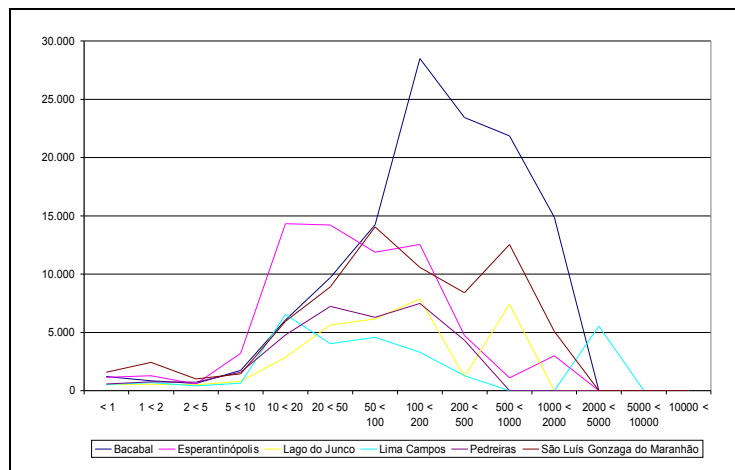


GRÁFICO 4: Total de área dos estabelecimentos por estrato de área - 1996

Essa transferência deixa de existir quando vista sob a observação da quantidade de hectares utilizados em lavouras em cada grupo de área dos

estabelecimentos. Nos quatro censos analisados nos gráficos, podemos ilustrar que os estabelecimentos até 10ha são responsáveis pela quase totalidade da área utilizada para lavouras nesses municípios. Para o Estado não deixa de ser assim, dos 92.240ha existentes com lavoura em 1950, 89.258ha (96,7%) correspondiam a esse intervalo de área. Em 1980 eram 96,7% (470.451ha), de um total de 487.142ha (a fim de verificar a evolução a que nos referimos, consultar os gráficos 5, 6, 7 e 8 abaixo e as tabelas 25, 26, 27 e 28).

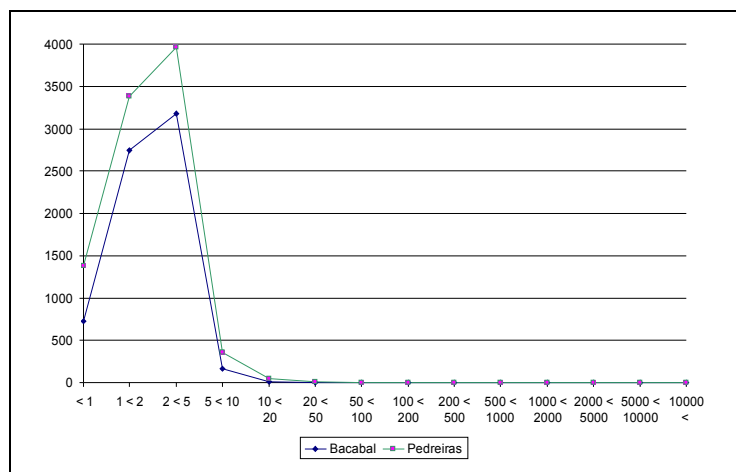


GRÁFICO 5: Total de áreas de lavoura dos estabelecimentos por estratos de área - 1950

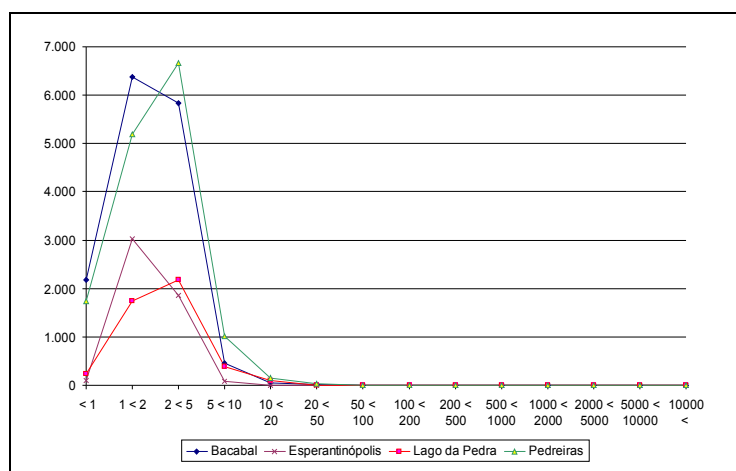


GRÁFICO 6: Total de áreas de lavoura dos estabelecimentos por estratos de área - 1960

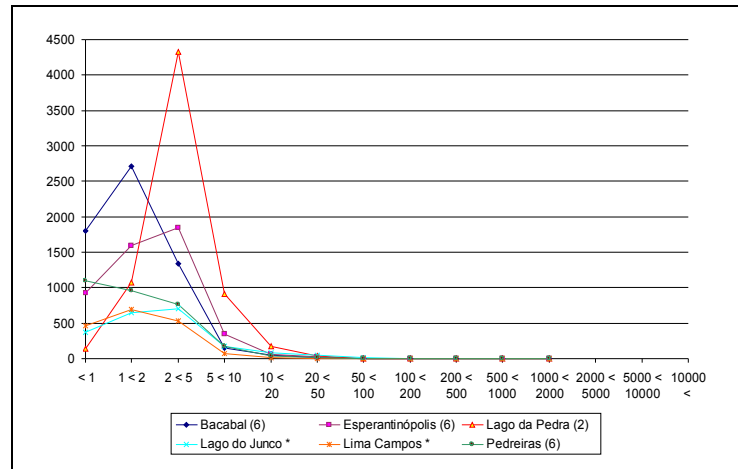


GRÁFICO 7: Total de áreas de lavoura dos estabelecimentos por estratos de área - 1970

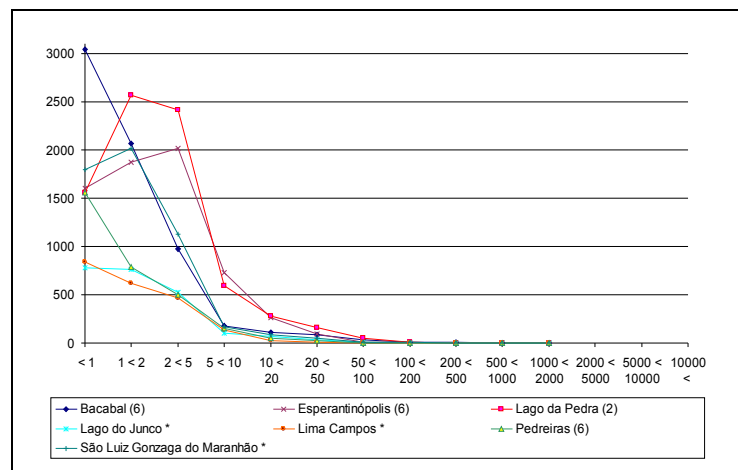


GRÁFICO 8: Total de área de lavoura dos estabelecimentos por estrato de área - 1980

São a esses estabelecimentos que têm recaído a responsabilidade de produzir a pouca variedade de alimentos que são consumidos pela população pobre do Estado. Mesmo sob todos os embates com o latifúndio a área alocada com dois desses produtos cresceu em um ritmo maior que o da população total do Estado, caracterizando que haviam sete habitantes para cada hectare plantado com arroz em 1950 e eram 5,64 hab./hectares em 1980. O milho reduziu de doze para dez habitantes por hectare plantado.

Contudo, a mandioca, segunda principal cultura do Estado, atrás apenas do arroz, apresentou redução relativa ante a população, passando de 23 habitantes por

hectare para 37 hab./hectare plantado entre 1950 e 1980. A do feijão passou de 36 para 45 hab./hectare plantado, ou seja, há mais população por hectare plantado entre os dois censos.

Tais dados demonstram que embora o arroz e o milho tenham experimentado um crescimento da área em relação a população, as duas outras culturas decaíram mais que proporcionalmente.

Talvez por requisitar terras mais úmidas, o arroz tenha sido de certa forma protegido contra o avanço das pastagens, já que o gado não tem nesses solos um bom ambiente de permanência. Os demais produtos, que exigem solos mais enxutos, concorreram com a pecuária e foram quase sempre prejudicados.

Em nenhum dos estudos registrou-se qualquer estabelecimento com mais de cem hectares de lavoura, denotando o que temos afirmado no presente texto de que a terra tem sido concentrada para servir de reserva de valor, mesmo se considerando que as terras nesses estratos de área concentram a maior parte das áreas de pastagens em expansão (como é evidente nos estratos de maior área dos estabelecimentos, como na Tabela 6 abaixo, verifica-se que a maior parte da terra está nos estabelecimentos da agropecuária com maior área).

Tabela 6: Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectare)					
Ano	Grupos de área total				
	Menos de 10 ha	10 a menos de 100 ha	Menos de 100 ha	100 a menos de 1000 ha	1000 ha e mais
1970	603.227	1.105.287	1.708.514	4.581.388	4.505.011
1980	723.199	1.978.884	2.702.083	5.799.029	6.633.117
1996	389.795	2.404.123	2.793.918	5.201.157	4.565.617

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1973, 1983 e 1996

Nota: A categoria Total para Grupos de área total inclui os estabelecimentos agropecuários sem declaração de área.

Essa redução na quantidade de terras que possuem atividade agrícola nos estratos de área em cada censo agropecuário complementa um outro dado que deve ser levado em consideração: é cada vez menor a destinação de áreas para agricultura em detrimento do crescimento das reservadas a pastagens (Gráficos 9 e 10), que diferentemente das primeiras, não se apresentaram estagnadas, mas visivelmente em tendência ascendente.

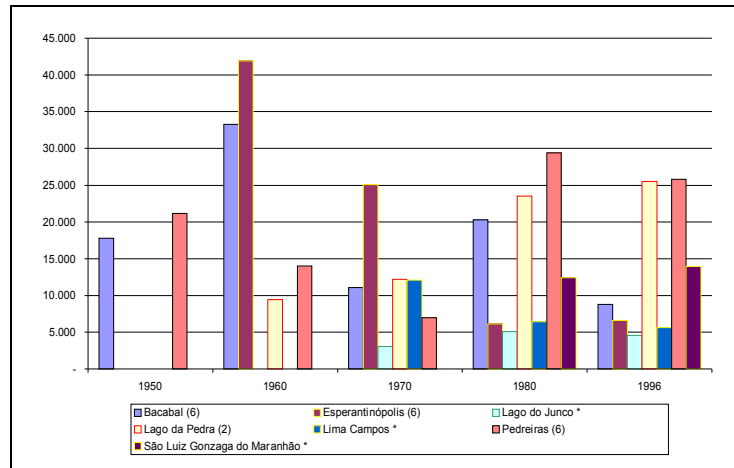


GRÁFICO 9: Evolução da área de terras com lavouras - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996

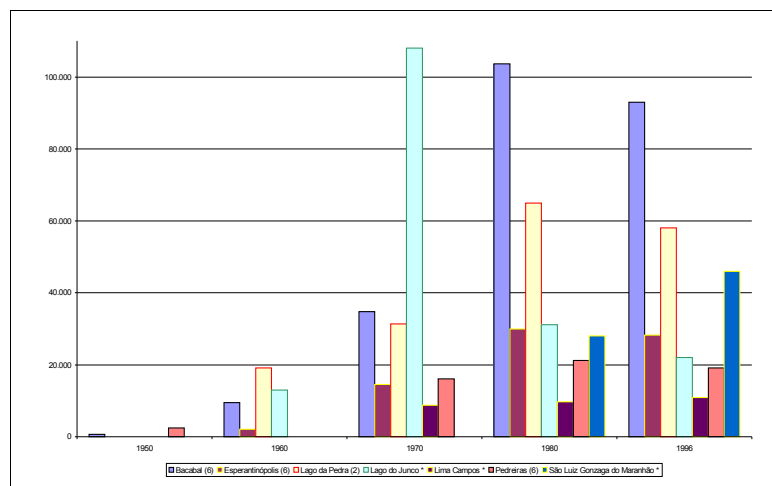


GRÁFICO 10: Evolução das áreas com pastagens - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996

No âmbito estadual, essa desproporção das pastagens é amenizada pela redução na área total de pastagens naturais (mais típicas na Baixada Maranhense e nos campos do Oeste) e pela absurda elevação da área de pastagens plantadas nas outras regiões do estado (ver Tabelas 16, 17, 18 e 19), de apenas 40.000 hectares para mais de dois milhões no curso dos quarenta anos em foco.

É a ampliação dessa classe de pastagens que tem se apresentado desde então como o principal instrumento nas mãos dos latifundiários para disfarçar a propriedade ociosa da terra e expulsar os posseiros que ameaçam a propriedade com o usucapião.

É ela também a responsável mais palpável pela redução na área plantada dos gêneros agrícolas produzidos nos municípios de nosso interesse, conforme se pode observar nos Gráficos 11, 12 e 13. O feijão foi o único que apresentou comportamento mais diferenciado com crescimento em alguns municípios, mas nada que aparente reverter o sentido da nossa idéia, pois o arroz e a mandioca são distantes os gêneros mais importantes da mesa maranhense e apresentaram queda ou estagnação nesses municípios no período em questão.

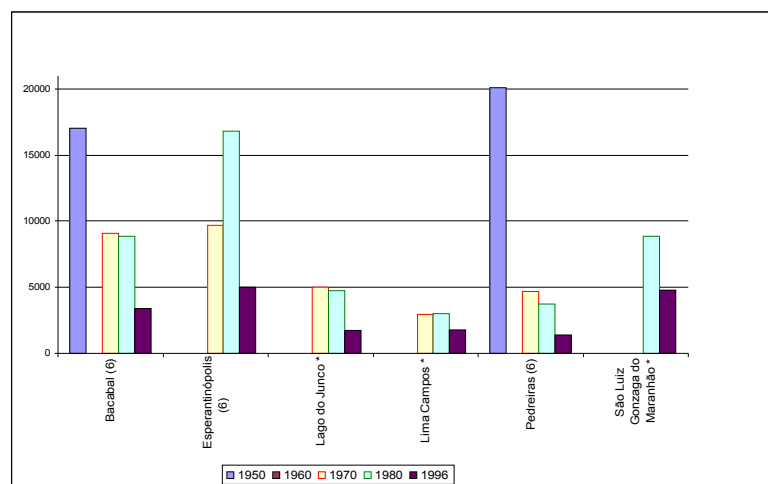


GRÁFICO 11: Evolução da área plantada com arroz - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996

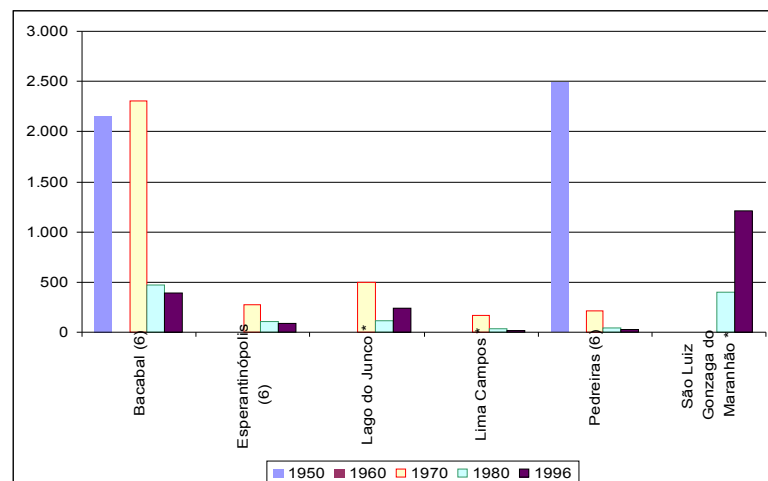


GRÁFICO 12: Evolução da área plantada com mandioca - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996

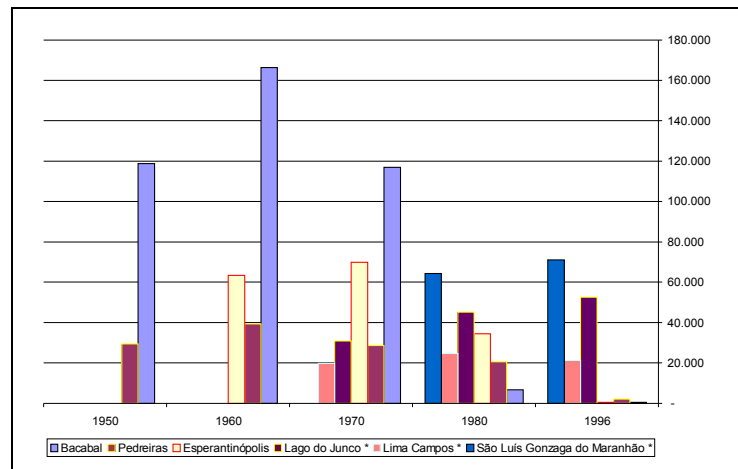


GRÁFICO 13: Evolução da área plantada com milho - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996

Esse quadro municipal novamente destoa do quadro apresentado pelo estado do Maranhão, que apresenta crescimento em todos os quatro produtos, respectivamente 365%, 159%, 326% e 206%, devido à expansão do povoamento ao longo dos anos e ao crescimento da população do estado (Tabela 7) no intervalo, caracterizando um crescimento horizontal, extensivo, da quantidade produzida, isto é, não foi a incorporação de novas tecnologias que causou esse crescimento, mas o aumento do número de estabelecimentos rurais (Tabelas 12, 13, 14 e 15 e da 20 a 28).

Essa produção por ser executada predominantemente em estabelecimentos de até 10ha. Sendo o Maranhão, segundo o IBGE (1996), ainda o estado que apresenta o maior índice de ocupantes/posseiros na estrutura fundiária (41,8%), vemos a fragilidade do sistema produtor de alimentos nesse estado em que a maior quantidade de estabelecimentos se encontra nos estratos de menor área, por dedução, em condições de relação com a terra não garantidas por títulos de propriedade.

Observando-se a evolução da condição do produtor em relação a terra, vê-se três situações distintas para o Estado do Maranhão: Com relação às terras em mãos de proprietários, os dados possibilitam ver que se expandiram entre 1950 e 1980, a uma taxa de 287% e de 152%, respectivamente, o número de estabelecimentos e o total da área, mostrando que o intento de incluir as terras no mercado obteve êxito

mais que duplicando a área de terras proprietadas (ver série nas Tabelas 11, 12, 13 e 14).

Nas duas outras categorias de relação com a terra temos um quadro de inversão de tendências. As terras arrendadas, embora tenham crescido a área da ordem de 419%, o número de estabelecimentos diminuiu 96% em 1980 em relação ao que havia no primeiro ano da série. Essa mudança pode indicar alteração no perfil do arrendatário e na destinação da terra arrendada.

Em 1950, a razão entre a área arrendada e o número de estabelecimentos, igual a 0,02 hectares por estabelecimento, sugere um tipo de arrendamento de pequenas proporções voltado ou para a agricultura de subsistência ou para o extrativismo de babaçu, de maneira complementar à terra do trabalhador, recurso escolhido apenas em situações excepcionais de redução da área de lavoura por condições climáticas adversas ou esgotamento temporário do solo.

No último ano da série (1980), essa razão se altera para 2,17 hec./estab., o que pode ser sinônimo de que o arrendamento deixou de ser uma alternativa produtiva para ser a opção de mais fácil acesso à terra, mesmo implicando despesas com o pagamento desse arrendamento. Espelha, na prática, um empobrecimento relativo, já que a renda paga ao proprietário da terra é equivalente à mesma renda indisponibilizada à família.

Elevação da fragilidade do acesso a terra, também expresso na tendência desempenhada pelas terras ocupadas, as quais experimentam uma redução de 83% no número de estabelecimentos, com uma redução de 66% na área da categoria.

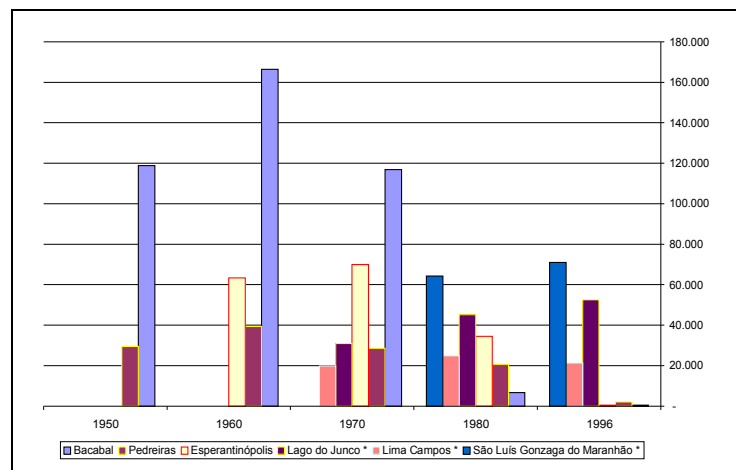
Essa eliminação de estabelecimentos ocupados, não significando o deixar de existir de seus trabalhadores, denota que tenham se concentrado nas áreas restantes ou migrado para as cidades ou novas regiões de fronteira (na Tabela 7 pode-se verificar a mudança progressiva de população rural para as áreas urbanas).

TABELA 7: POPULAÇÃO (DISTRIBUIÇÃO ENTRE URBANA E RURAL) - MARANHÃO

População (distribuição entre urbana e rural) - Maranhão								
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Maranhão	1.235.169	1.583.248	2.492.139	3.036.935	3.996.444	4.930.303	5.222.565	5.651.475
Urbana	185.552	274.288	448.509	771.790	1.254.830	1.972.471	2.711.557	3.364.070
	15,02%	17,32%	18,00%	25,41%	31,40%	40,01%	51,92%	59,53%
Rural	1.049.617	1.308.960	2.043.630	2.265.145	2.741.614	2.957.832	2.511.008	2.287.405
	84,98%	82,68%	82,00%	74,59%	68,60%	59,99%	48,08%	40,47%

Fontes: Para nos anos de 1940, 1950 e 1960 utilizamos o Anuário Estatístico do Estado do Maranhão. Para o ano de 1996 a base dos dados foi a Contagem da População, IBGE (1996) e 2000 o Censo Populacional, IBGE (2000).

Observando-se apenas os municípios de interesse, percebemos que os estabelecimentos proprietados (Gráfico 14) reduziram substancialmente suas áreas no período, exercitando uma estabilização da ordem de vinte a quarenta mil hectares. A principal causa de redução na área desta categoria se deve ao desmembramento de municípios a partir de Pedreiras, Grajaú e Lago da Pedra.

**GRÁFICO 14: Evolução das áreas proprietadas - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996**

No Gráfico 15 confirma-se a tendência de elevação da área arrendada no estado, embora não possibilite inferir em quais condições e situações tem se dado esse crescimento.

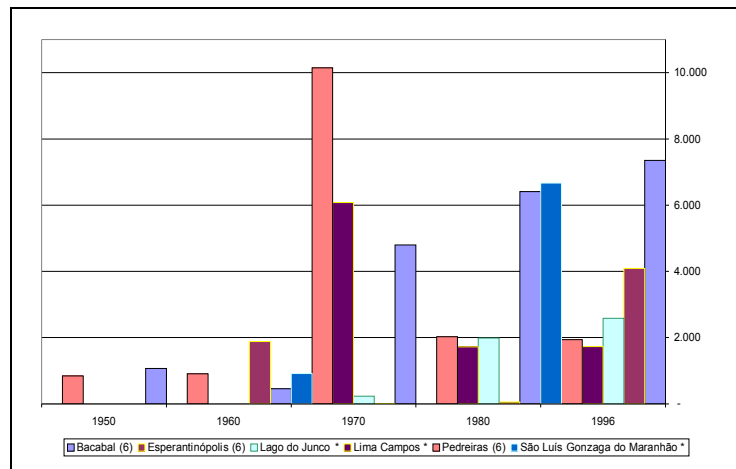


GRÁFICO 15: Evolução das áreas arrendadas - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996

Mais uma vez a última categoria não apresentou discrepâncias entre os municípios observados e o estado. As terras ocupadas apresentaram linha descendente na área (Gráfico 16) ao longo dos quarenta anos.

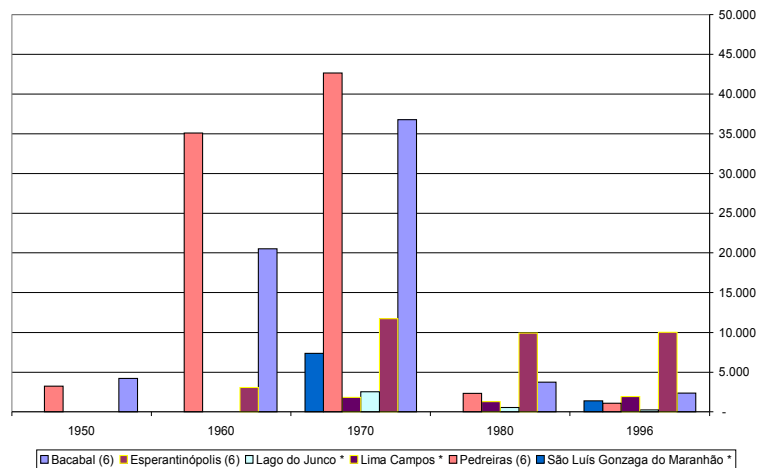


GRÁFICO 16: Evolução das áreas ocupadas - 1950, 1960, 1970, 1980, 1996

São essas tendências da relação dos trabalhadores com a terra que geraram progressivamente a partir da década de 70 animosidades entre trabalhadores rurais agroextrativistas e latifundiários.

2.2 A GRILAGEM NO BRASIL

O grileiro não é um resquício do passado, é o fruto dos novos tempos e das múltiplas determinações do mercado. É o empresário da terra, por excelência. Aquele a quem se recorre quando se deseja muita terra. É o grande intermediador entre os poderosos grupos econômicos do Sul-Sudeste e dos políticos com inserção nacional e estadual com a terra das regiões de fronteira.

Para localizar as grilagens de terras das décadas de 1970 e 1980, a maneira mais fácil é seguir o trajeto das obras públicas de criação de infra-estrutura nas regiões de fronteira agrícola ou de povoamento, já que nelas o Estado não só as permitiu como produziu os atrativos de infra-estruturais que ataçaram a sanha dos grileiros.

Segundo Sorj (op. cit.: 109), o capitalista (empresário ou grileiro) busca terras nas regiões de fronteira agrícola basicamente por três motivos. Por que se beneficia da valorização sofrida pela terra pelo simples fato de haver sido incorporada ao mercado, seguida da valorização subsequente quando o Estado dirige para a região investimentos em infra-estrutura que agregam valor a todas as propriedades que margeiam ou que são beneficiadas pelo investimento (uma espécie de transferência de mais-valia do Estado a esses capitalistas), complementada, por fim, pelo costume no país de usar a terra como reserva de valor contra as situações de perda de valor real da moeda.

Como se vê, o capital se antecipa ao povoamento, frustrando as expectativas dos milhares de trabalhadores sem terra que viam nessas novas áreas a possibilidade de desenvolvimento de uma vida de paz e de trabalho (SORJ, op. cit.: 109). E mais, o Estado participou não só da criação do ambiente político-institucional favorável ao desenvolvimento da grilagem, como também criou instrumentos que potencializaram sua materialização. O incentivo a pecuária, o crédito subsidiado, rodovias, comunicações, colônias de povoamento mal localizadas e sem o devido acompanhamento técnico, o que só favoreceu o fracasso da totalidade delas, a ausência de um mapeamento de todas as terras devolutas e públicas do país, a

omissão e ausência institucional do Estado de Direito, tudo isso contribuiu, no seu devido tempo, para o bom sucesso dos empreendimentos dos grileiros⁷⁰.

A esse respeito, Sorj (op. cit.: 110) nos alerta que

Sem dúvida o Estado esteve presente em todos os processos de ocupação de fronteira, em forma de uma estrutura jurídica dada ou como 'ausência' que permitia a imposição direta do latifúndio pelo uso da força ou do poder econômico. Sem dúvida a 'ausência' da ação imediata do aparelho institucional do Estado na Amazônia volta a apresentar-se na medida em que foi permitida a repetida violação da legislação e o uso direto da força por grileiros.

Nesse sentido, Almeida afirma que, ao contrário do que deveria acontecer,

Constata-se um amplo desconhecimento das realidades localizadas e a não-atualização de informações elementares, pelas instituições públicas e pelos organismos de planejamento. Verifica-se ademais superposições de áreas-programa, colisão de competências e uma certa hipertrofia de centros de poder voltados para a execução do zoneamento econômico-ecológico.

E, mesmo que se considere como verdadeira a exposição de motivos do Governo sobre a expansão da fronteira, não se pode desconsiderar que a falta de sincronia e de objetivos comuns entre os ministérios e autarquias federais agiu decisivamente contra os objetivos do governo central.

Essa diacronia estatal foi o ambiente perfeitamente propício aos interesses dos grileiros e de seus colaboradores (proprietários ou escrivães de cartórios, delegados de polícia, juízes de direito, funcionários dos órgãos fundiários, lavradores pobres utilizados como "laranjas", entre outros), possibilitando que pudessem mais eficazmente preparar a terra para a grilagem (ASSELIN, 1980).

Tais associações eram a regra nos processos de grilagem, cooptando diferentes indivíduos nas variadas instâncias de poder como forma de literalmente forjar documentos de propriedades com vistas a legalização de terras e incluindo artificialmente tais terras no mercado nacional de terras sem terem de dispor enormes quantidades de recursos na aquisição de milhares de hectares em um único processo, inclusive terras que na prática dificilmente poderiam ser

⁷⁰ "Quando novas idéias entram na Formação Econômico-Social, sugerindo mudanças que venham a ameaçar a ordem das forças produtivas, o Estado é chamado a intervir, através de seu poder, na defesa da classe dominante, a qual representa" (MIORIM, BEZZI & ZIBORDI, 1988: 545).

apropriadas, dada a quantidade de minifúndios existentes em algumas regiões. Por conta disso, a prática da "[...] manipulação fraudulenta das regras jurídicas significa a precondição da manipulação das leis de mercado" (ALMEIDA, 1986: 268).

Essa manipulação dava-se desde a falsificação de antigos documentos de propriedades, às vezes até forjando termos de concessão de sesmarias, construindo toda a sua cadeia dominial, com assinaturas de falsas testemunhas, de falsos laudos técnicos, etc. (SANTOS, 1980: 55)⁷¹; passando pela apropriação forçada da terra de pequenos proprietários e posseiros, desarticulando pequenos povoados rurais, etc. (SORJ, op. cit.: 106); culminando na expulsão violenta de posseiros, muitas vezes com registro de mortes⁷².

A gana pela apropriação desmedida de terras na fronteira de recursos (BECKER, op. cit.), favorecida pela valorização da terra e a incipiente capacidade organizativa dos trabalhadores rurais muito desarticulados entre si no contexto de transformações pelas quais passava o campo no país, mostrou-se nada alvissareiro para esse grupo, e isso foi mais evidente nos lugares onde o Estado atuou de maneira mais incisiva na criação de infra-estruturas e demais políticas de modernização (DINIZ, op. cit.: 87).

Isso se repete em todos os casos de expansão de fronteira com maior ou menor intensidade à medida que as rodovias, principal elemento consolidador da ocupação e da apropriação da fronteira, cortam o interior dos estados, interligando as capitais ou as regiões produtoras com as consumidoras, ou ainda, como no caso da transamazônica, as regiões que se pretendia que fossem colonizadas.

2.3 CONFLITOS PELA TERRA

Todas as ações humanas acontecendo no espaço comum de todas as coisas deixam em evidência a importância do território, por ser a porção mais perceptível do espaço, sendo o local-instância em que diferentes grupos coexistem e interagem.

71 Os "10 Atos da grilagem" que encontramos em Minc (1985: 36) também nos oferecem detalhes sobre as estratégias dos grileiros para atingirem seus objetivos.

72 Para maiores aprofundamentos sobre a violência dos conflitos: OLIVEIRA, 1998; ALMEIDA, 1995; ASSELIM, 1990; MARTINS, 1982 e 1984; OLIVEIRA, 1978).

Assim,

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (SANTOS, 2005: 09).

Tal assertiva associa indissolúvelmente o homem de sua porção do espaço; o homem passa a ser reconhecido pelo seu território e este, pelos homens e mulheres que o dão existência (SANTOS, 1996: 08).

Por tal razão é que

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentido de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundando do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2005: 10).

Pensando-se nas incontáveis frações espaciais da ação individual dos homens dentro do espaço da sociedade humana, pensamos também na interação entre cada um deles, pois os eventos de um determinado lugar podem ter significado, importância e repercussão apenas em sua circunscrição.

Mas dependendo dos fluxos de informação, cultura, valores, etc., existentes entre ambos e que os identificam ou distanciam, eventos deflagrados em um podem repercutir nos outros tanto quanto mais fluido seja esse fluxo.

Ora, “[...] as escalas não existem *a priori*, elas são construídas nos processos sociais, políticos, econômicos e culturais” (DIAS & SANTOS, 2003: 49) dos que são influenciados pelos diferentes eventos possíveis. Essa é a característica da propagação dos conflitos pela terra no Médio Mearim maranhense.

A Formação Sócio-Espacial (SANTOS, 1980) dá a conhecer que a Formação Econômico-Social (MARX, op. cit.) é realizada no espaço das vivências e das relações sociais, o espaço do homem não é uma unidade, um recipiente ou um “lugar”. O espaço, geograficamente, é um espaço produzido (MOREIRA, 1979) em uma fração do espaço humano por suas relações, que atualmente são regidas pela formação econômico-social capitalista.

As estatísticas sobre os conflitos de terra e, principalmente, sobre a violência no campo, só apresentam dados mais precisos em uma série de bom número de anos, quando, historicamente, produzidas não por instituições do Estado, mas por organizações da sociedade civil organizada, especialmente as associadas a Igreja Católica como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA) e a Ação Católica Rural (ACR).

As instituições ligadas a igreja possuíam uma característica crucial para a obtenção de sucesso nessas regiões em que o poder local controla e/ou barra quaisquer iniciativas de organizações de atuação local ou regional, além de possuírem uma capacidade de penetração local muito grande, em virtude da própria Igreja estar “espalhada” pelos mais distantes rincões e por difundir uma ideologia de vida a partir da vivência de religiosidade dos trabalhadores rurais, associando questões como o direito à vida, à terra, à liberdade, à dignidade, etc., aos dons concedidos por Deus a seus filhos⁷³.

Os sindicatos ainda estavam sendo formados, ou existiam há pouco tempo, aproveitando-se de lacunas abertas pelo próprio Governo Militar com objetivo de sindicalização rural para controle social e recurso de acesso a alguns direitos instituídos para o trabalhador rural (FUNRURAL, etc.) (MINC, op. cit.: 14). Era, então, de existência mais formal que real, carecendo de capacidade de combatividade, ou como é muito prolapado hoje em dia, "sem empoderamento".

No Médio Mearim, uma outra instituição que teve conjuntamente um papel importante para o avanço bem sucedido dos conflitos foi a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), que atuou vivamente através de: i)

73 “[...] é uma força capaz de fazer com que uma certa mensagem política se traduza de certa forma em ação, em organização[...]” (ABRAMOVAY, op. cit.: 38).

Uma abordagem muito bem desenvolvida num sentido contrário ao da visão heróica do papel da igreja é a de Otávio Guilherme Velho (1982), que escreveu no capítulo nono do seu trabalho que a atuação da Igreja Católica nas lutas dos trabalhadores rurais era sustentada numa ótica populista e romantizada da terra, do trabalhador rural e das relações estabelecidas entre este e o mercado capitalista.

Nessa abordagem, o trabalhador rural trabalha não movido pela busca de lucro e nem pelo assalariamento familiar, expressão das noções de “Modo de Produção Camponês” e da “Lógica Camponesa” fundamentadas por lógica não-capitalista de uma terra não tomada como mercadoria, mas como *locus* de seu trabalho. Essa visão se coaduna com diversos teóricos da sociologia, antropologia e economia, dentre os quais Alexander Chayanov se destaca por ser um autor referência em muitas organizações de trabalhadores rurais, como é o caso das quebradeiras de coco e dos trabalhadores agroextrativistas.

aporte jurídico, por intermédio de seus advogados; ii) político, articulando audiências dos trabalhadores com o Governo do Estado, com o INCRA⁷⁴ e com o Ministério da Agricultura; iii) e informacional, divulgando os conflitos a nível nacional e internacional, como forma de pressão por diferentes atores sociais sobre o Estado de Direito no Brasil – o que pode ser confirmado em Garcia (2003: 178) e Santos (2003).

A evolução dos conflitos pela terra foi tal que o país viu seu número ascender substancialmente durante a década de 80. Segundo Oliveira (op. cit.: 532-533), as ocorrências registradas saltaram de 467 eventos, em 1980, para 712, cinco anos depois, reduzindo a partir de então até atingir 448 no primeiro ano da década de 90.

O crescimento no número de casos de conflito pela terra também foi acompanhado de uma maior violência (SADER, 1989: 69) por parte dos latifundiários e do Estado, resultando num total de mortes no país da ordem de 302 em 1986, contra "apenas" 96 três anos antes.

Somente observando os registros de violência do Maranhão e Pará percebe-se o registro de mais de 900 assassinatos em litígios pela terra entre 1960 e 1990, e que apenas no Maranhão ocorreram 111 mortes no período 1964-1984; 43 em 1985 e 58 entre 1986 e 1990 (ALMEIDA, 1995: 285).

E mesmo com a amplitude desses conflitos, que tiveram pouca repercussão no centro político do país (SANTOS, 2003: 48), durante a década de 1980 pouco aconteceu efetivamente no sentido de contribuir para a mudança na estrutura fundiária (OLIVEIRA, op. cit.: 533). Ao se olhar para o Estado do Maranhão, vê-se que no período de 1985 a 1999 foram emitidos 394 decretos de desapropriação que culminaram em Projetos de Assentamento, considerando-se o órgão federal – INCRA –, o estadual – ITERMA⁷⁵ – (MESQUITA, 2004: 22) e que a maior concentração desses projetos é no Médio Mearim. Neste local se destaca o município de Santa Luzia, com 33 decretos que beneficiam mais de trinta mil famílias (A Tabela 8 abaixo nos apresenta os dados da década de 80).

74 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

75 Instituto de Terras do Maranhão.

Tabela 8: Total de Projetos de Assentamento no Estado do Maranhão criados durante a década de 1980

Município	Área (ha)	Capacidade de assentamento	Qde. Áreas
Santa Luzia	428.684,95	392	12
Pinheiro	245.000,00	1	
Turiaçu	143.643,23	700	3
Cândido Mendes	100.518,17	423	2
Coroatá	96.572,00	1	4
Esperantinópolis	59.455,00	1	2
Pio XII	50.000,00	1	
Lima Campos	48.602,64	117	4
Carutapera	48.440,93	600	
Grajaú	45.906,50	65	2
Lago da Pedra	30.955,00	1.000	
Gov. Eugênio Barros	30.942,00	1	
Bacabal	28.162,38	1	3
São Luís Gonzaga do Maranhão	25.846,48	1	3
Itapecuru Mirim	24.376,07	235	2
Tuntum	23.033,07	462	2
Lago do Junco	953,01	79	1
TOTAL	1.431.091,42	4.080	40

Fonte: INCRA, 2001

Mas se essas resistências obtiveram sucesso nas suas reivindicações é por que, em boa medida, receberam o crucial apoio de instituições, entidades e personalidades que motivaram a continuação da luta e forneceram apoio político, jurídico, financeiro e a divulgação fora dos circuitos de comunicação atrelados ao poder local. Assim,

Essas organizações e seus profissionais – como foi o caso da Cáritas – atraíram o necessário apoio financeiro e estratégico para o surgimento de novos movimentos sociais com perfil autônomo e capacidade de agir de forma independente, não somente em relação ao mandonismo político local, como também às próprias organizações sindicais atuantes na região. Foi o que ocorreu, por certo, com o movimento das quebradeiras, em relação ao qual brotou um processo pedagógico dinâmico, de duas mãos, entre os atores envolvidos – quebradeiras e organizações não-governamentais (SANTOS, 2003: 48).

De fato, em todo o país aconteceram conflitos pela terra centrados na luta contra a ampliação do capitalismo no campo durante os anos 80 (OLIVEIRA, op. cit.: 524), o que se reflete na região do Médio Mearim, em que a maior parte dos conflitos teve sua gênese com a crise da economia do babaçu⁷⁶, como consequência pela busca de alternativas de lucro por parte dos latifundiários junto à pecuária bovina de corte que implicava na derrubada dos babaçuais e na limitação e/ou restrição de acesso aos mesmos pelas quebradeiras de coco babaçu, situação agravada pelo medo que sentiam de terem desapropriadas suas terras em favor dos posseiros que nela habitavam.

A luta dos trabalhadores agroextrativistas não foi movida por ideais políticos ou revolucionários (REYDON, 1986: 39), foi movida, isso sim, pelas condições materiais de existência e de reprodução. Se por um lado, o menor favor em relação às áreas de lavouras era compensado pela possibilidade de coleta do coco babaçu nas fazendas, por outro, o desmatamento e a proibição da coleta que se seguiu significou o cerceamento do canal de obtenção de renda que restava ao trabalhador e à sua família.

E assim, não sendo uma revolução no sentido “tradicional” do termo, de ruptura com o paradigma capitalista, busca-se construir uma sociedade baseada em valores e estruturas de coesão social diferentes às atualmente predominantes; atua-se no sentido de subordinar a economia à sociedade, de forma que a solidariedade, a equidade social e a igualdade humana, contextualizados e em sinergia com a preservação do ambiente natural, sejam estreitamente identificados com a sustentabilidade da própria humanidade (BAVA, 2004: 104).

Ausentando-se parcial⁷⁷ ou totalmente⁷⁸ do ambiente familiar, cabia à mulher garantir a manutenção da prole durante sua ausência, organizando os filhos mais velhos para algum trabalho na roça ou em pequenos serviços de empreitada. Ela e as filhas normalmente ocupavam-se da coleta e da quebra do babaçu, de onde podiam retirar o azeite para o preparo dos alimentos e outros ingredientes para a

76 Evento profundamente estudado por Amaral Filho (1990) e May (1990).

77 Para cuidar da lavoura instalada longe de casa alternava turnos de dias em casa e na roça.

78 Quando se dirigia para o garimpo ou para outras cidades onde pudesse vender sua força de trabalho.

culinária familiar. Uma parte das amêndoas era vendida com o objetivo de obter alimentos e combustíveis para as necessidades mais imediatas.

A luta mais atemorizadora travada no início dos conflitos não foi contra o latifúndio, mas contra a supressão das condições materiais de sobrevivência, pois todos os espaços de produção estavam sendo perdidos.

Embora a migração fosse possível – e de fato muitos migraram –, alguns já haviam migrado tantas vezes que não estavam dispostos a abandonar tudo o que construíram em anos morando e trabalhando na área (SADER, op. cit.: 65); já outros não queriam deixar para trás seus cemitérios, seus bosques e pomares, o lugar da infância, a história de seus pais e avós. Era o sistema de objetos manifestado na organização territorial da paisagem influenciando os caminhos e as decisões do homem (SANTOS, 2004).

Em sua idéia, lutariam apenas pelo acesso ao coco babaçu e não contra a propriedade do latifundiário. Entre os trabalhadores rurais há grande respeito e cuidado pela idéia da propriedade já que ela está associada à idéia do trabalho justificador da pessoa humana. Sua luta inicia-se então por uma liberdade, não por uma propriedade.

Esse pensamento diferenciou claramente a reação de muitas famílias agroextrativistas, os que migraram tão logo o latifundiário iniciou as primeiras pressões, outros que aguardaram até onde essas pressões chegassem e tomaram as mais variadas decisões, e os que permaneceram lutando ou não pela terra.

Tanto é verdade que a existência de diferentes níveis de percepção acerca da propriedade pode ser comprovada pela opinião daqueles que, embora tenham convivido com o momento histórico dos conflitos, mantiveram-se à margem (idosos, desgostosos do conflito, etc.). Além disso, tinham a opinião de que lutar pela terra é “roubar” a propriedade de outrem, diferindo dos que foram ativos no conflito e tinham a visão de que estavam apenas reavendo a terra que por direito era deles⁷⁹.

79 A observação do processo de acontecimento dos conflitos pela posse da terra desvela uma brutal mudança nas três dimensões do homem abordadas por Milton Santos (1996).

Da completa inferioridade, da submissão social natural aos fazendeiros e às pessoas ditas “da cidade”, da não necessidade de desenvolver muito os estudos para se dedicar mais ao trabalho “que põe o alimento na mesa”, e da certeza histórica de que “o pobre nada é”, verifica-se que a participação nos conflitos desencadeou um processo de 1) descobrimento do mundo além do local em que viviam e 2) de descobrimento deles mesmos, enquanto possibilidade de serem algo mais que o “nada”, o “nível mais baixo do ser humano”.

Ressalta-se que diversos fatores ampliaram a percepção do indivíduo sobre si mesmo e sobre tudo que o cerca, a saber: a descoberta de outros lugares com paisagens, histórias, níveis de riqueza ou de pobreza diferentes, da capital do estado, que muitas vezes se assemelha a um mito, de outros estados dentro do mesmo país e da capital do país e suas “diversas” sedes (congresso, ministérios, tribunais, autarquias); a surpresa de descobrir que um simples trabalhador rural pode vir a falar com alguém “importante” e reivindicar seus direitos, que ele nem sabe muito bem quais são; a descoberta de que as pessoas que lutam na cidade lutam por aquilo que acreditam ser o melhor para si e, às vezes, para todos.

Conseqüentemente, sua sociabilidade, ou sua transindividualidade, a inter-relação entre as várias individualidades no interior do espaço, é a expressão do seu lugar na sociedade, e por que não dizer, na divisão social do trabalho e na luta de classes, acrescentando ao “eu sou” ou “acredito ser” enquanto indivíduo, o que eu pretendo e posso efetivamente vir a ser.

Obviamente, essa realidade se intensificou com a participação nos eventos sociais, políticos e econômicos que definiram o ponto de partida da tomada de consciência, do desenrolar dos conflitos pela posse da terra.

O presente, o passado e o futuro dessas pessoas era o trabalho para manutenção e reprodução da família. Não haviam projetos de vida, porque de nada adiantaria existirem, dada a situação de pobreza e de inferioridade que sofriam. Contudo, os conflitos significaram uma quebra radical na forma de encarar o mundo e as possibilidades de existência como ser humano e como trabalhador, acrescentando a perspectiva histórica do futuro e do que poderiam vir a ser através

da conquista da terra, da infra-estrutura, do financiamento à produção, à saúde e à educação.

Muito mais que aguardar a benevolência dos políticos que “santamente” disponibilizam um trator para raspar a estrada de chão que acessa o povoado, não só passam a ter consciência de que têm o direito a isso, como exigem melhoras na qualidade desse acesso, no atendimento de saúde, na melhoria do sistema de comunicações, com a instalação de telefones públicos, etc.

As trocas culturais e econômicas entre a população rural e a identidade relacionada a fatores étnicos eram tais que bastou uma única comunidade, a de São José dos Mouras, no município de Lima Campos, conseguir êxito na conquista da terra, que o ímpeto de justiça para o acesso à terra na microrregião aflorou de tal maneira que em todos os municípios vizinhos registrou-se eventos de litígios por terra.

Nesse tópico tratou-se dos conflitos pela terra no Médio Mearim maranhense, apontando a participação de diferentes instituições da sociedade na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais agroextrativistas. Nosso foco constituiu-se na apresentação de dados oficiais e da Comissão Pastoral da Terra sobre os eventos que aconteciam em toda a Pré-Amazônia.

2.3.1 A formação do Movimento das quebradeiras de coco babaçu

No presente item, abordaremos o processo direto que ocasionou a formação do movimento das quebradeiras de coco babaçu e dos trabalhadores agroextrativistas do Médio Mearim, no Estado do Maranhão. O ponto de partida são os eventos dos conflitos pelo acesso ao coco babaçu e/ou à terra que geraram um clima em que todas as visões de mundo e as barreiras morais e sociais que continham essas populações no padrão histórico de submissão aos latifundiários foram rompidas a partir da negação do direito à dignidade das famílias, então baseada no acesso às condições de subsistência e de moradia.

A partir da década de 1950, pela forma extensiva com que se distribuíam as áreas de lavoura, as famílias mais antigas presenciaram a expansão territorial do

babaçu a partir das capoeiras das áreas de roças abandonadas, resultado do trabalho familiar dos agricultores e das formas antiquadas de produção agrícola que incluíam o abandono das áreas mais antigas de lavoura.

Assim sendo, quando os latifundiários começaram a chegar, na segunda metade dos anos 1960, não encontraram um vazão que necessitava ser desbravado, pois é certo que, não só essa vegetação estava estabelecida, como também muitos povoados, pomares e áreas comuns, cada qual com suas características e formas próprias de organização, estavam delineadas pela colonização antiga e pelos novos migrantes.

Apenas por volta dos anos 1970 é que o interesse de pecuarização ganha renovado impulso no Mearim a partir da disponibilidade de recursos públicos para projetos agropecuários de médios e grandes portes.

Além disso, a crise pela qual passava a economia do babaçu nessa década intensificou a expansão das pastagens de tal forma que os trabalhadores agroextrativistas⁸⁰, agora proporcionalmente em maior número, não conseguiam fazer o rodízio das terras⁸¹ com tempo hábil para que estas recuperassem seu vigor. A densidade demográfica acentuara-se e as áreas disponíveis foram restringidas, implicando em terras com produtividade decadente ano após ano.

Os trabalhadores rurais agroextrativistas concordavam que o latifundiário estava no seu direito quando plantava capim na sua propriedade, obtida, em seu pensamento, a partir do trabalho árduo de sua vida e da sua “inteligência” para os negócios. Ademais, a terra já não vinha apresentando boas safras havia alguns anos, levando-os a mal pagar os empréstimos de víveres do ano anterior⁸². Abaixo

80 Embora nesses anos ainda não houvesse sido forjado esse termo, aqui o utilizamos por se tratar, de fato, de populações agroextrativistas pré-existentes enquanto tais desde antes da existência de sua conceituação.

81 Na forma antiquada de produção agrícola familiar vigente no Mearim, como a todo o Estado do Maranhão, a terra era explorada durante alguns anos, três ou quatro anos no máximo, e depois abandonada. Isso permaneceu até a década de 50 do último século, quando o povoamento intensificou e levou a uma nova racionalidade no uso da terra através do seu rodízio, como contrapartida à escassez relativa de terras, ou seja, cada trabalhador adquire através do trabalho algumas áreas de lavoura, que podem permanecer aparentemente abandonadas por anos sem que essa prioridade seja questionada, por se reconhecer que esse tempo é necessário para a recuperação da capacidade produtiva da terra.

82 No Maranhão como um todo havia uma forma muito comum de empréstimo aos produtores rurais, que era o pagamento antecipado da produção da lavoura que ainda estava na roça, feita por um

reproduzimos um trecho de entrevista onde as entrevistadas se referem à educação transmitida pelos pais com relação ao direito de propriedade:

Eles achavam que a gente não podia lutar por esta terra, esta terra tinha dono. "O que eu ensinei pra vocês é o que é nosso é o que nós compramos, o que nós adquirimos com nosso trabalho, porque o que é dos outros ninguém pode meter a mão". Isso pra eles era sagrado, o direito da posse da terra ser do grileiro... e o pior é que naquela época nem eu, nem ela, tínhamos argumento de que - nós também não compreendíamos de que - por instinto a gente conseguiu permanecer, resistir, mas na verdade a gente não tinha o conhecimento que aquela terra não era dele também não, era nossa (DONA TOINHA, Povoado São José dos Mouras, município de Lima Campos-MA, 2005).

e mais:

A visão que a gente tinha era de que ele era uma pessoa muito boa. De deixar a gente viver na terra dele, pagando renda... pra gente nós já devíamos consideração. Naquela época era isso.

Que nós éramos umas Maria Ninguém e uns João Ninguém e que tinha encontrado alguém muito boa que nos deu terra boa e fértil, de onde a gente tirava nosso sustento e da nossa família. Era assim que a gente via (DONA TOINHA, Povoado São José dos Mouras, município de Lima Campos-MA, 2005).

Tal fato não acontecia com as palmeiras de babaçu, que além de não concorrerem por nutrientes com os produtos da lavoura, tinham produtividade dependente quase exclusivamente da densidade de palmeiras por hectare, não sendo significativas as eventuais ocorrências climáticas anuais que poderiam interferir na produção das palmeiras ao longo dos anos.

Por esse raciocínio, lutar pela terra não era tão interessante quanto lutar pelo coco, como reforçado pelas palavras das quebradeiras de coco e dos próprios industriais, de que a palmeira manejada adequadamente pode ser mantida em meio ao pasto sem atrapalhar-lhes, além de fornecer sombra para os animais nas horas mais tórridas do dia:

[...] levantadas as informações com relação às pastagens e ao babaçu, o uso do solo, das terras que tem palmeira de babaçu já é comprovado isso, e

cálculo que levava basicamente em conta a quantidade de área plantada, a produtividade histórica de cada região e a invernada do ano, de forma que nunca o agricultor recebia empréstimo equivalente a mais de 50% do que sua roça pudesse pagar, ou como se dizia comumente "do tanto que ele havia vendido na folha".

os próprios fazendeiros já reconhecem que a presença de palmeira não atrapalha a pastagem, desde que ela tenha um adensamento correto (ARISVALTER, op. Cit.).

Lutar pelo coco era politicamente correto: não atentava contra a propriedade, contra o estado de direito, contra o trabalho. Era um apelo a permanência das alternativas de exploração da natureza pelos agricultores através da possibilidade de coexistência do babaçu em meio a pastagem, algo incompatível com a agricultura.

As quebradeiras de coco sempre deixaram isso bem claro, como no recorte abaixo:

"[...] em todas as comunidades que houve os conflitos lá na nossa região, foi tudo através do babaçu, de ser liberto o babaçu, aí quando você ia atrás do babaçu que não achava, que tava derrubando, que tava fazendo devastação, aí não tinha mais babaçu pra você sobreviver, aí o que se vai fazer? Agora vai se lutar pela terra, aí como nasceu, como surgiu todo esse conflito de lá, através do babaçu" (D. Sebastiana. in: RÉGO, 2004: 58).

No povoado Ludovico, em Lago do Junco, as greves (como eram chamados os conflitos) começaram a partir do coco babaçu: "que aí os dono de fazenda não deixava a nação pobre que são os morador que ajunta o coco pra quebrar pra sobreviver do coco. Aí eles começaram a derrubar as palmeiras e empataram as pessoas de entrar e ajuntar o coco, quebrar" (Jesus Alves da Silva, Povoado Ludovico).

A resistência em abandonar mais uma vez a terra e migrar justificava-se na disponibilidade de um produto que poderia garantir, ainda que limitadamente, as condições mais elementares de subsistência dos seus exploradores sem comprometer o direito do detentor da propriedade legal das terras, de forma que ambos poderiam explorá-la satisfatoriamente.

Entretanto, a reação dos proprietários foi no sentido contrário dessa co-exploração. Quanto mais as mulheres lutavam pelo coco, mais os latifundiários intensificavam as restrições de acesso aos babaçuais e ao seu desmatamento, elevando a pressão sobre as famílias que se viam cada vez mais coagidas.

Tornaram-se cada vez mais freqüentes os casos de violência contra as quebradeiras de coco que coletavam e quebravam coco sem autorização nas fazendas, o que incluía humilhações, espancamentos, confisco da produção, ameaças de morte e força policial.

Os relatos coletados nos dão conta de que:

Elas estão sempre sendo impedidas e às vezes expulsas violentamente pela jagunçada do fazendeiro. O fazendeiro não só proíbe as quebradeiras de tirarem o coco, alegando que ele é o dono das terras (muito embora essas quebradeiras e seus antepassados tenham nascido e se criado nessas terras), o fazendeiro também manda derrubar as palmeiras indiscriminadamente [...] (EIQCB, 1991: 15).

O depoimento abaixo comprova essa denúncia do Primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

Quando ameacei de enfrentar os homens (os vaqueiros), me fizeram jogar as amêndoas para cima, montar num talo e sair galopando pela solta, debaixo de risos e tiro. De medo de taca, as outras (quebradeiras) pegaram seus machados e fugiram correndo, deixando as amêndoas (D. Raimunda do Chico Oliveira, ASSEMA, 1990: 09)

Na medida em que o trato com as quebradeiras de coco enrijecia, essas mulheres passaram a recorrer a estratégias que iam desde a coleta do coco às escondidas, para evitar a violência dos jagunços, até a quebra nas terras onde ainda era permitida a atividade sob elevadas exigências com relação à renda, mas com a venda no fim da madrugada a algum comerciante da cidade, como abaixo:

Era a época do coronelismo. Os donos da terra nos obrigavam a vender tudo pra eles. Eles ameaçavam nos proibir de entrar pra catar o coco. Alguns fazendeiros até botavam uma corrente na saída da fazenda e um capanga pra tomar de conta de tudo. Pra fugir disso, a gente levantava meia-noite, botava o coco no saco, aproveitava a hora em que o capanga estava dormindo e ia amanhecer o dia na calçada em Lima Campos. A gente batia na porta do comerciante pra ele comprar o coco antes do dia amanhecer pra ninguém passar e ver (BRINGELO, 2004: 42).

Essa não foi a única, nem a primeira estratégia utilizada para tentar obter um ganho melhor na comercialização da amêndoa de babaçu pelas quebradeiras. Elas relatam a adição de água, chuva, urina e cascas de coco nas amêndoas para elevar o peso na hora da venda ao atravessador.

Tal estratégia não prejudicava em nada o intermediário, que apressava-se em repassar a produção aos industriais, os quais, estes sim, tinham que suportar cada vez mais maiores níveis de impurezas na matéria-prima.

É o caso da Saponólio Garoto, em Trizidela do Vale, que segundo cálculo próprio (ARISVALTER, op. cit.) incorre em 27% de impurezas em seus insumos, significando na prática que cerca de 40.000 quilos de matéria-prima sejam descartados. Proporção bem superior aos 2% da COPPALJ (nas Figuras 7 e 6 pode-se comparar a diferença na capacidade de armazenamento entre a COPPALJ e a Saponólio Garoto).

Tamanha diferença é explicada pelo fato de que as famílias, ao venderem a produção para a cooperativa, sabem que quanto mais ela apresentar sobras mais eles também serão beneficiados. De um lado, porque o preço pago é sempre superior ao dos atravessadores locais – razão pela qual nas localidades onde há postos de compra da cooperativa todos os atravessadores faliram –, e de outro, porque no fim do ano fiscal, se houver sobras, estas são distribuídas entre os cooperados, como pode ser constatado abaixo:

Eu acho que dá diferença porque pra cooperativa hoje a gente... Assim, os cantineiros têm a capacitação para eles e passam pros associados. A gente tem outra noção diferente, assim, porque a COOPPALJ a estrutura lá é nossa, é dos associados e a gente tem um maior cuidado pra não dá pobreza. Porque a gente sabe que se vender o coco muito sujo aí quebra demais. E quando a gente diz assim: é da gente, o movimento que a gente faz parte, a gente se sente dono a gente não quer dar esse prejuízo. E quando é dos outro aí que era a gente botava de qualquer jeito, porque não tinha ninguém. Assim, eles tinham o grupo deles e ninguém nem sabia e hoje é uma coisa assim simples, porque a cada lucro que tem, e cada assembléia de seis em seis meses a gente sabe o que foi que rendeu naquele movimento da gente, né (Dona Ivete, Lago dos Rodrigues, 2005).

E Dona Emília (2005), de São Manoel, município de Lago do Junco, reforça que:

[...] é por causa que a gente conversa, né. Todos os associados tá sabendo que não compra coco com casca, mas tem deles que ainda cobra, sabe. E também a gente não vende muito coco sujo, né. Não bota água, não bota terra. Essas outras pessoas compra coco de todo jeito, né. Mas da cooperativa eles sempre avisa.

Tal identificação não existe entre as quebradeiras de coco e as unidades industriais. Na opinião das quebradeiras, as indústrias também fazem parte

daqueles que as exploram e lucram por causa do trabalho delas. De fato, não só os industriais constituem esse grupo de exploradores, como nos casos em que o industrial é também um latifundiário que sistematicamente desmatou e impediu o acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais.



FIGURA 7: Tonéis para armazenamento de óleo da COPPALJ em Lago do Junco/MA

FONTE: Foto do autor, 2005

Há relatos em jornais de circulação estadual em que se verifica que, por exemplo, o proprietário de uma grande fábrica de óleo de babaçu situada em São Luís (Raimundo Gaspar) anunciava que iria desativar suas instalações devido às dificuldades na obtenção de amêndoas e à redução das áreas nativas (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 24-12-1989), sendo, contudo, ele mesmo um grande devastador de mais de 1.000ha de babaçuais, conforme o mesmo jornal (20-01/1990), cerceando o acesso aos recursos extrativos a mais de 400 famílias que dependiam desse recurso.

Essa violência⁸³ não tem por objetivo apenas a apropriação da terra, mas também a apropriação da produção agrícola das famílias dependentes da terra (ALMEIDA, 1987: 22), por meio da renda dessa terra e do sistema usurário de crédito. Ressalta-se que essa situação é intensificada ao passo que esses pretensos proprietários e comerciantes se deram conta de que até mesmo a exploração do babaçu pode constituir um argumento a favor da cessão dos direitos da terra aos agricultores, possibilitado pela Lei de Usucapião Especial vigente durante a primeira metade da década de 1980 (EIQCB, 1991: 15).



FIGURA 8: Tonéis para armazenamento de óleo da empresa Saponólio Garoto em Trizidela do Vale/MA

FONTE: Foto do autor, 2005

A violência cometida até por quem teria a função de protegê-los os deixava sem qualquer amparo diante dos seus opressores, sendo acusados indevidamente do sacrifício de animais, depredação de benfeitorias e roubos diversos, motivos pelos quais eram presos e “repreendidos” duramente, como mostrado no relato abaixo:

⁸³ Suas feições atingiram graus variados em cada região do estado, culminando até com mortes em alguns lugares, como é o caso de Cajari, onde dois trabalhadores foram mortos dentro do babaçual devido à proibição de coleta do babaçu, e, em Coroatá, três quebradeiras foram assassinadas e três trabalhadores feridos durante a quebra do coco na fazenda de um deputado de nome José Lamar Alves da Costa, que não sofreu qualquer penalidade (EIQCB, 1991).

Foi uma das comunidades que teve todo esse conflito, mas com muita ética, sabe. Eles tinham era rebanho de ovelha, morreu uma por uma de aftosa, porque o vaqueiro ficou com medo de entrar, aí a gente também não ia cuidar das coisas dele. Mas nós nunca pegamos uma ovelha. Nós ainda fomos denunciados que tínhamos matado gado, ovelhas... a polícia ainda veio levantar a tampa das nossas panelas... Quando chegou estávamos cozinhando feijão preto que o governo tinha doado pra nós. Eles é que passaram vergonha, viram que era mentira... e a gente passou muita fome, principalmente os homens. Os homens sofreram demais, sabe, de chegar momento de eles comerem milho seco sapecado no mato (DONA DADA, 2005).

E sobre os jagunços que trabalhavam para o latifundiário:

Aí, roubaram porco, roubaram o arroz, derrubavam as portas das casas... Na casa do papai derrubaram a porta e quebraram uma cristaleira que era de guardar louça... É... os sacos de milho que estavam todos cheios perto da parede eles cortavam ao meio e abriam as portas que era para os bichos comerem... não sei se era uma estratégia pra eles pegarem os animais... Roubavam disco... Tudo! E isso com o apoio da polícia militar de Lima Campos. Primeiro porque o fazendeiro tinha grande apoio do prefeito municipal que na época era o José de Sousa. Ele tinha todo o apoio (DONA DADA, 2005).

Essa violência é semelhante à registrada no Povoado Monte Alegre, Município de São Luíz Gonzaga. Esse local em que reside Dona Dijé foi inteiramente incendiado: “[Queimaram] Todas as casas. E fizeram isso também em outros povoados da região. O povo ficou sem eira nem beira” (BRINGELO, 2004: 44).

Nem idosos eram poupados de humilhações e violências, como se observa abaixo:

Aí, nós fomos pra um congresso da CUT, em Brasília... Tava eu, o Chico de Paula e essa comadre Teresa do Enoque... E quando nós descemos aqui o Tucunzal, que era estrada... como já te disse a gente só andava se fosse altas horas da noite, e a mamãe morava na entrada, a Toinha também e... participava do conflito, né, à distância, e acompanhando nas informações essa coisa toda. Que quando a gente bateu na porta dela a mamãe já levantou chorando, "quê que tinha acontecido? Que os pistoleiros tinham vindo aqui e que tinham mandado mulher tirar a roupa [...] e avisaram "amanhã a gente volta" (DONA DADA, 2005).

Até mesmo as crianças não eram isentadas, acumulando traumas que as acompanhariam por muitos anos:

E se a gente ouvisse barulho de carro já era motivo pra uma tensão tão grande[...]. Tinha criança... as meninas daquela mulher que nós demos garapa de açúcar ontem ficaram traumatizadas, que quando ouvia barulho

de carro elas começavam a suar, dava uma coceira e [...] precisava ver (DONA DADA, 2005).

As estreitas relações com os aparatos de poder do Estado são manifestados na publicidade devotada aos atos de violência, inclusive assassinatos, cometidos muitas vezes à luz do dia e em locais de forte circulação de pessoas, numa política de intimidação social dos envolvidos nos litígios e de inibição dos que desejassem ingressar nos conflitos (ALMEIDA, 1987: 23).

Essas mostras públicas de poder eram cometidas, não raras ocasiões, com a participação de policiais militares reforçando a ação dos jagunços dos latifundiários⁸⁴, sob as garantias de juízes e promotores de direito:

Ela [a juíza de direito] dizia que não tinha autorizado queimar aquele monte de casas, que ela não sabia que isso poderia acontecer e que só tinha dado autorização de despejo de três casas. As mulheres foram se encostando na égua [a juíza], e ela entrou no carro de costas. Teve medo. O nome dela não esqueço: Maria das Graças Mendes Corrêa, era juíza da Comarca de São Luíz Gonzaga, em 1979 (BRINGELO, 2004: 44).

A forma desmesurada com que os funcionários públicos (policiais, juízes, etc.) se colocaram na repressão e na tentativa de expulsão dos moradores das terras elevou-se a tal nível que se tornou impossível disfarçá-los nos dispositivos legais como reintegração de posse e outros, de tal maneira que suas ações contribuíram para que a própria lei recaísse sobre eles, como aponta Almeida:

Os latifundiários ao gastarem suas forças até quase o limite do esgotamento, com a adoção desenfreada de instrumentos de violência os mais extremados, condenam ao fracasso a manutenção de sua própria dominação. Tornam-se cada vez mais vulneráveis às sanções legais, a despeito da impunidade do presente, às penalizações da justiça, ao transgredirem as leis de maneira flagrante e declarada, implementando choques brutais e violências diversas (ALMEIDA, 1987: 26).

No Médio Mearim, diferentes instituições prontificaram-se desde as primeiras animosidades expondo sua presença e sua capacidade de ação, de mobilização e de abrangência em diferentes instâncias de poder nacional e internacional, como é o

84 “[...] a fazenda ali enchia de pistoleiro, e aqui de vez em quando a polícia passava num carro blindado aqui. Só que ela nunca correu atrás de ninguém, mas já pegou gente aqui ainda. O rapaz morava bem ali e de noite pegaram ele, não foi nem a polícia, foi uns pistoleiro. Levaram ele pra matar. [...]valência ele escapuliu, pulou do carro dentro de uma solta [...] capinzeiro e se livrou de noite” (SILVA, 2005).

caso da Comissão Maranhense de Direitos Humanos, da Comissão Pastoral da Terra, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço e, em menor escala, dos sindicatos rurais.

As ações dessas instituições de amparo centraram-se em três escalas de atuação. A primeira, de caráter pontual, focava o atendimento das necessidades imediatas de alimentos, de vestuário e de moradia, assim como as situações de restrições ou destruição dos povoados, por meio de campanhas de coletas de donativos. A segunda, atuava através da interferência política nos centros locais e estaduais de poder, com o objetivo de inibir abusos por parte dos aparelhos do Estado. Para isso, disponibilizavam advogados para a defesa dos agricultores injustamente presos, ofereciam cobertura nas situações de violência (até com registros fotográficos, como é o caso de São Manoel, em Lago do Junco) e exigiam que a polícia, os juízes, etc., obedecessem às leis vigentes.

Ação complementada pela publicização dos conflitos, por meio da imprensa e de cartas-denúncia enviadas para: jornais de circulação nacional; ministério da Justiça e ministérios ligados às questões fundiárias; ONU; e organizações internacionais de defesa dos direitos humanos.

Desse modo, essas instituições de amparo ativaram instâncias variadas de poder extra-locais. Em função disso, tinham a capacidade de constranger as esferas do poder nacional, levando-as a não mais se omitirem na defesa dos trabalhadores.

Tais instituições não apenas contribuía mitigando os conflitos, mas também formaram, capacitaram e protegeram as lideranças dos conflitos para que o entendimento das famílias se transferisse da ordem das ações emocionais e impulsivas para as ações pensadas estrategicamente⁸⁵, como podemos ver na declaração abaixo:

O padre foi proibido na área, ele ainda sofreu atentado, era o padre Almecir [...] A Igreja nos deu muito apoio, sabe. A diocese, na verdade, Dom Pascásio [...] gente! aquele bispo era dez! Aquele bispo no Maranhão foi o aliado da reforma agrária. Ah que a gente tivesse pelo mundo inteiro pelo

85 Verificar o depoimento de Maria Adelina (Dada) e Dona Antônia (Toinha) acerca da atuação das diferentes organizações no conflito em São José dos Mouras, que se encontra na página 103. acima

menos dez daquele jeito. Ele nos forneceu, com a queima da casa, das roupas, de tudo, eles faziam coleta de roupa, de alimento, de dinheiro pra gente viajar. Quantas vezes eu saí daqui só com a cara porque não dava tempo nem o Herre vender um alqueire de arroz e chegava lá o padre Almecir me dava o dinheiro pra eu ir pra São Luís. Então, a gente teve muito apoio da Diocese mesmo, de Bacabal, que era Dom Pascasio[...] E entidades[...] Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, Cáritas. Fetaema foi a menos; o sindicato era contra (DONA DADA, 2005).

Atente-se para essa afirmação acima de que o sindicato dos trabalhadores rurais se posicionou contrário às lutas pela terra em alguns municípios, como é o caso de Lima Campos. Para compreender isso, deve-se recordar que a disseminação desses sindicatos ao longo das décadas de 1970 e 1980 é atribuída às determinações constitucionais da Lei de terras de 1965, e que, portanto, nem sempre era dirigido por trabalhadores rurais sinérgicos às causas e às necessidades do grupo representado.

3 AS RELAÇÕES ORGÂNICAS NAS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

Tendo por marco o processo dos conflitos no Médio Mearim tratado no último item do capítulo anterior, discorreremos neste ponto sobre a ordem das coisas na organização do movimento das quebradeiras de coco babaçu. A materialidade nos mostra que o primeiro *locus* de organização das quebradeiras foram as suas companheiras de atividade, com quem conviviam boa parte do dia coletando e quebrando cocos no babaçual ou nos quintais das casas. Essa era a oportunidade em que conversavam não só para se distraírem e as horas passarem mais rapidamente, mas também para desabafarem suas mazelas, humilhações, repressões, a condição da família e a sua própria, na condição de mulheres donas de casa e mães de família.

Diante das restrições e impedimentos de acesso aos babaçuais, sua primeira iniciativa foi se juntarem e combinarem ("vamos ir juntas"), estratégia que sempre surtiu efeito minimizador da violência dos jagunços⁸⁶.

Dos vários pequenos grupos de mulheres surgiram muitos clubes de mães que tencionavam não só a luta pelo coco, mas também a busca de alternativas de subsistência. Eram espaços onde elas discutiam as dificuldades do momento e as ações e os caminhos seguidos por muitos maridos que, para elas, não estavam contribuindo para a melhoria das condições de vida da família, a exemplo dos homens contratados para derrubar os palmeirais para os latifundiários.

Quando a gente começou a colocar os capatazes para correr, eles começaram a derrubar as palmeiras. Os próprios maridos iam derrubar para ganhar dinheiro. Aí a gente começou a batalha em casa. Fazer os maridos entenderem que o dinheiro que eles ganhavam derrubando palmeira era inferior ao que nós ganhávamos quebrando coco (DONA TOINHA, 2005).

86 "A gente ficou com medo de ir só, aí ficou aquela coisa de comadre: Vamos ir juntas? E aí começamos a andar juntas. No mato começou a conversa. Os homens iam para o garimpo, voltavam doentes, mulher apanhava. Aí a gente resolveu trabalhar para a gente mesmo. O coco é nativo, é uma dádiva de Deus, por que esses homens [os latifundiários] dizem que o coco é deles?" Dona Dió (Diocina Lopes dos reis, 52 anos) - In.: ASSEMA, 2004: 23).

Juntas, elas se encorajaram para iniciar o primeiro de todos os conflitos, talvez o maior de todos: mostrar aos maridos que eles estavam errados e que o pouco dinheiro recebido como pagamento pelo desmatamento era inferior ao que elas conseguiam obter com um dia de quebra de coco, além de não possibilitar uma futura e permanente alternativa de subsistência, pois quando os babaçuais fossem desmatados, ambos não teriam renda – eles não teriam serviço e elas não teriam onde obter coco para vender.

Diz-se que esse pode ter sido o maior dos conflitos, porque os maridos não eram inimigos, muito embora agissem em favor dos fazendeiros quando plantavam capim nas áreas de lavoura e devastavam os babaçuais para ampliar a área de pecuária em troca de uma remuneração extemporânea.

Alie-se a isso a limitação social a que estava submetida a mulher que era subordinada ao marido, estando atrelada à casa e às tarefas domésticas identificadas como função inerente à mulher, como bem expresso abaixo:

[...] eu quero dizer que essa luta é uma das iniciativas das próprias trabalhadoras rurais, uma iniciativa das quebradeiras que vivem lá no mato, como se fossem bicho sem valor para a sociedade. A gente não era reconhecida como pessoa. Só tinha direito de trabalhar, de cuidar da casa, de filho, de marido e nada mais [...] (SANTOS, 2004: 160).

Essa situação levou algumas mulheres a desenvolverem sentimentos de baixa auto-estima e elevada indignação, a ponto de algumas dizerem:

Eu cheguei a ter ódio de ser mulher. Abaixo de Deus os homens, dos homens os cachorros, dos cachorros as mulheres. Só que os homens não vivem sem mulher. Os homens querem só passar a perna em cima dela, mas as mulheres precisam é de carinho (autoria não registrada, EIQCB, 1991: 01).

A mulher na família tinha um papel equivalente ao de uma servente, tanto as filhas quanto a esposa deveriam zelar pelos irmãos, filhos e marido que viviam a dura lida da lavoura. Isto denuncia que o trabalho doméstico não era percebido enquanto um trabalho e como tal não era desgastante. Daí justificar-se que a mulher além de cuidar das tarefas domésticas deveria quebrar coco para contribuir com a despesa familiar e ainda atender aos homens quando chegassem da roça.

Essa condição inferior da mulher chegou a tal ponto que, até mais que seus maridos, elas tinham uma visão muito restrita do mundo que as cercava⁸⁷ e dos fatos mais gerais da sociedade, como se vê abaixo:

Eu, na verdade, achava que meu mundo era minha casa e o mato onde eu quebrava coco, e uma vez no ano ir dançar nas festas... Aí eu não via esse outro mundo lá fora...Mas tinha uma coisa que eu acho que era muito positivo, eu acho que a gente era mais feliz porque não tinha essa preocupação, sabe, da gente querer mudar uma coisa que está enraizada. Essa conjuntura maldita que nos atrapalha tanto. Na época a gente sofria os reflexos, mas achava que era normal... como não tinha conhecimento nenhum [...] (DONA DADA, 2005).

A repressão e a inferiorização fica bem evidente no trecho da entrevista recortado abaixo, em que a criação de um movimento voltado diretamente às quebradeiras de coco babaçu tinha o objetivo de reverter a auto-identidade que as quebradeiras tinham acerca delas mesmas e de sua atividade. Nesse sentido, Dada continua:

[...] Surge com essa especificidade de trabalhar a auto-estima da mulher, pra gente ter o movimento a gente tinha uma dificuldade de se identificar enquanto quebradeira de coco, a gente achava que era trabalho que não era bem vindo, se envergonhava porque [tinha] uma grande discriminação [...] porque a maioria era analfabeta, e com isso criava um preconceito com o trabalho, e a gente tinha dificuldade, e hoje, não (CHAGAS, 2004: 69).

Como podemos perceber, a afirmação de Dada é ratificada quando contraposta a esta abaixo, de outra quebradeira/proferida em outro momento:

Antes, quebrar coco não era uma coisa digna. As mulheres tinham vergonha, não consideravam uma profissão. Hoje, somos quebradeiras assumidas. Construímos nossa identidade. Aonde quer que uma de nós vá - São Luís, Brasília ou outra cidade - agora ela pode dizer com orgulho: "sou uma quebradeira de coco, tenho uma vida digna, uma profissão digna" (BRINGELO, 2004: 46).

Essas mulheres e suas famílias eram inferiores por que eram pobres, pretas, lavradoras, quebradeiras de coco, analfabetas, sem terra. Posicionavam-se, não apenas socialmente, mas humanamente abaixo dos coronéis, dos proprietários, dos

87 É como Durkheim (1985) afirma a respeito das trocas entre a sociedade e os indivíduos, que desde a infância são moldados ao seu "normal". Assim, tomam "consciência" de sua condição de classe, dos costumes que deverão ter, das tradições, das crenças e dos valores que defenderão. Sendo educados desde cedo, tais imposições sociais deixam de ser estranhas e pouco a pouco passam a fazer parte da rotina e das práticas cotidianas do indivíduo, sem que ele se dê conta disso.

"patrões"⁸⁸, dos "dotôres". Assim sendo, não tinham opinião sobre nada que não fosse o cuidado da roça e dos animais.

Além disso, essas pessoas se conformaram com essa situação, porque sabiam que "o pobre nunca tem vez". Embora se ressentissem das humilhações sofridas, nada podiam fazer contra, pelo menos até a ocasião dos eventos dos conflitos, que se constituíram como um ambiente favorável para que todos os sentimentos reprimidos viessem à tona.

E se isso não aparece explicitamente no diálogo com os entrevistados, perpassa as entrelinhas de algumas frases de motivação utilizadas na época, que afirmavam:

Nós temos que lutar para que essa terra volte para nós, porque sem terra e sem as palmeiras como vamos passar? [e] Lutar pela conquista e liberdade da terra e lutar também pela preservação das florestas, principalmente das palmeiras, que é nossa única fonte de subsistência [e] Tomar a terra na marra dos grandes latifúndios que roubaram de nossas mãos, porque Deus deixou a terra pra todos [e] nos organizar, pedir a terra como meio de produção, e direito ao trabalho e moradia na terra [o que foi sintetizado nos principais problemas que enfrentam: doenças, violências, discriminações; enfrentam conflitos para poder conseguir o coco, desvalorização do produto (coco), falta de condições pra industrializar o produto para ter preferência no mercado; conflitos com dono da terra, arrendatário de meia, quando o preço está bom (no verão); doenças de mulher, fome, desânimo, vergonha de ser quebradeira, falta de transporte para levar o coco para quebrar em casa; exploração no preço e peso das mercadorias enfrentado com os atravessadores na compra do coco, da casca do coco e do carvão (EIQCB, 1991: 22).

A participação nos conflitos forneceu a elas novos espaços de atuação e direitos outrora inerentes apenas aos homens, recebidos na educação transmitida na casa dos pais desde a infância:

Como mães estas mulheres sabem que precisam mudar a educação que transmitem para seus filhos, porque muitas ainda fazem como seus pais: a mulher é só para o fogão, cuidar da casa, enquanto o homem é para estar a frente das lutas (EIQCB, 1991: 16).

Justamente quando obtiveram essa conquista junto a muitos maridos foi que o patamar e a força da luta ganharam renovado ânimo: eles "não iriam mais passar

⁸⁸ "Patrão" é qualquer pessoa proprietária rural ou residente na cidade, com melhores condições financeiras, estando, portanto, em situação de potencialmente poder contratá-los, embora eventualmente nunca venha a fazê-lo.

por debaixo das cercas", como antes; ao contrário, engajaram-se ativamente em defesa dos babaçuais e dos direitos que começavam a acreditar que possuíam⁸⁹. Nas palavras de Dona Maria Alaídes, quebradeira de coco do Povoado Ludovico (município de Lago do Junco) e vereadora reeleita:

Nesse processo, a gente ganhou campo quando os homens sentiram também na pele a necessidade de lutar pela terra. Os homens foram nas fazendas e disseram que não iam mais passar debaixo do arame e que queriam terra para plantar (ASSEMA, 2004: 08).

Com o despontar dos conflitos, a atuação masculina foi decisiva para o êxito do empreendimento da luta pela terra. Primeiro, pela consonância de objetivos dentro das famílias, que se tornaram espaço de debate entre homens, mulheres, filhos jovens e seus vizinhos. Segundo, porque os homens eram os alvos principais dos pistoleiros e jagunços, estando sempre de sobreaviso para qualquer situação suspeita no povoado, através de escalas de vigília noturna na entrada do povoado.

Complementarmente, eles passaram a acompanhar as mulheres durante suas andanças pela mata em busca do babaçu, numa atitude de defesa contra os excessos e humilhações que tinham se tornado comuns.

A sintonia de objetivos no interior da família agroextrativista proporcionou maiores avanços na sua causa, devido, não só, à divisão de tarefas nas ações dos eventos (vigilância, proteção das moradias e dos filhos, visitas a autoridades, etc.), mas também à manutenção e à aceitação das decisões tomadas nos grupos pelos seus componentes, como é o caso do fim do desmatamento dos babaçuais por muitos maridos.

⁸⁹ Sobre a atuação dos maridos na fase preliminar dos conflitos pela terra, não se deve erroneamente pensar que a dificuldade inicial que tiveram para abraçar a causa se deva a um senso autofágico. Ela ocorreu em função da forma local de divisão social e familiar do trabalho. Enquanto as mulheres só tinham como alternativa produtiva a quebra do coco babaçu, os homens tinham um leque mais variado, incluindo a venda de trabalho em alguma lavoura, o garimpo, a caça e a pesca.

3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS NO MÉDIO MEARIM

Considerando-se que a vitória nos conflitos foi em destacada medida favorecida pelas instituições que apoiaram a causa, essas mesmas instituições também trouxeram idéias e formas de organização exóticas à experiência dos grupos assessorados, ou seja, formas de organização sob o título de democráticas, por eleições e assembléias, nem sempre condizentes com a tradição das comunidades descendentes de quilombolas e das com fortes laços de parentesco e compadrio.

Nessas comunidades o surgimento de lideranças sempre foi associado à conquista, por um indivíduo, de respeito e respaldo da comunidade através de uma sucessão de acontecimentos onde suas decisões e idéias foram decisivas para a conquista de êxito. Esse tipo de liderança não diferenciava sexos e dedicava aos mais velhos e experientes a primazia da liderança.

Essas “novidades” contribuíram para elevar a consciência e a racionalidade com que esses indivíduos se percebiam e percebiam também os eventos dos conflitos, porque, para que fossem introduzidas na nascente organização institucional, as lideranças locais necessitavam receber formações políticas e organizativas orientadas a partir da experiência das instituições que estivessem lhes assessorando.

A tomada de consciência criou as condições para que as lideranças percebessem e entendessem os acontecimentos históricos que os levaram à situação de pobreza em que se encontravam e confirmassem a suspeita reprimida de que muitos dos latifundiários na verdade eram grileiros das terras onde as comunidades estavam estabelecidas havia décadas.

A substituição da forma historicamente utilizada de organização popular dessa formação social particular por formas não necessariamente estranhas, mas que se demonstraram defrontadoras das relações sociais não tão burocratizadas, como as experimentadas nas áreas urbanas, vieram favorecer diretamente os homens em detrimento das mulheres na direção das associações e cooperativas.

Ora, os homens podiam se ausentar do ambiente doméstico durante vários dias sem comprometer a ordem do lar. Eles tinham mais "presença", mais força, e eram mais respeitados, "até falavam melhor".



FIGURA 9: Vista frontal da COPPALJ em Lago do Junco/MA

FONTE: Foto do autor, 2005

Foi o que se viu até bem pouco tempo atrás nas duas principais organizações surgidas a partir dos conflitos, a ASSEMA⁹⁰ e a COPPALJ (ver Figura 9), que fomentaram novas discussões e assembléias nas comunidades, com o objetivo de estudar alternativas que concorressem para a inclusão de uma quantidade mais equilibrada de mulheres e de homens nas suas diretorias, segundo conversas informais mantidas com quebradeiras de coco e assessorias, em 2003, na sede do MIQCB em São Luís⁹¹.

Tendo começado imediatamente após as primeiras conquistas de terras, por ocasião das inúmeras reuniões e assembléias para constituição dos Projetos de Assentamento do INCRA e do ITERMA, essa predominância masculina na ASSEMA e na COPPALJ garantia a participação em todas as discussões e uma maior força nas opiniões geradoras de decisões tidas como mais acertadas do que as apresentadas pelas mulheres, que freqüentemente só compunham os grupos,

90 Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão. Sua área de atuação é nos municípios do Médio Mearim, em que há áreas de assentamento do INCRA ou do ITERMA.

91 Em 2002, dos 12 diretores da ASSEMA, sete eram mulheres e 5 eram homens; em 2004 essa participação se inverteu.

“faziam número”, como se diz na região, isto é, não participavam da direção do movimento e nem das decisões mais importantes (EIQCB, 1991: 16). No início, ficaram com a tarefa de cozinhar para o contingente de homens e umas poucas mulheres em assembléia, como bem demonstra o próximo relato:

Por volta de 1987, era uma febre de reuniões e grandes assembléias entre as mais diferentes organizações de trabalhadores. Juntava muita gente, e o papel das mulheres acabou sendo o de fazer comida pra aquele povão. Eu participava, mas tinha mesmo era que cuidar da lida. Além de ter uma casa, tinha os filhos pra dar de comer. E, se não fosse trabalhar, eles não comiam, era um monte de problema... Chegou um momento em que as mulheres decidiram: 'Não vamos mais cozinhar pra ninguém, porque, agora, vamos lá pra discussão. Os homens estão fazendo a coisa errada e, se não formos pra lá, vão continuar fazendo' (BRINGELO, 2004: 45).

É interessante verificar uma tentativa de restabelecimento da divisão familiar do trabalho antes dos conflitos, com o homem “da sala para fora” e a mulher “da sala para dentro de casa” (CONCEIÇÃO, 1980). Foi, é certo, um movimento inconsciente de ambas as partes, como se a nova organização familiar do momento dos conflitos não fosse mais requerida e se pudesse retornar àquilo que era considerado o normal nessa região do Estado do Maranhão.

Entretanto, isso não se efetivou, e a razão para isso foi a oportunidade que as mulheres que atuaram em tais eventos no Médio Mearim tiveram para descobrir sua capacidade organizativa, reivindicatória, combativa e de, no contato com as instituições e autoridades, encontrar-se em situação de igualdade com seus companheiros do sexo oposto.

Esse momento da organização dos projetos de assentamento conquistados era também o momento delas reafirmarem que o seu mundo havia mudado, que tinha se ampliado, solidificado, e era muito maior que o povoado de moradia e a casa da família. Não havia como negar sua atuação nas lutas pela terra, como comprova a declaração abaixo:

É uma coisa muito interessante quando se diz que as mulheres vão ajudar os homens, principalmente na reforma agrária. Na nossa região, foram as mulheres que enfrentaram essa luta, que começaram essa história (SOUSA, RAMOS & SANTOS, 2004: 158).

Embora não existam registros disso, e tampouco as entrevistas clarearam a questão, tanto as discussões como as decisões tomadas nas assembléias não

estavam agindo no sentido de fortalecer o movimento pós-conquista da terra, no tocante a dar-lhes a segura base de sustentação para as novas demandas que então se aventuravam.

Por isso, a decisão de abandonar a cozinha nas assembléias e efetivamente construí-las com seu debate e opiniões foi tomada. Nesse processo surge a idéia entre as mulheres de criação de um movimento de mulheres que atuasse no sentido de empoderar, ou seja, conscientizar e dar autonomia às mulheres para que elas possam ser agentes de transformação das suas realidades em toda a área de babaçuais.

Paralelamente a esses acontecimentos, outras instituições passaram a apoiar a luta dos trabalhadores agroextrativistas do Médio Mearim, tentando garantir-lhes uma estrutura de trabalho e de ação que conseguisse contratar profissionais e realizar eventos de formação política e econômica para os integrantes dos grupos e suas lideranças. É assim que instituições européias, dentre elas Misereor (Alemanha), Pão para o Mundo (Alemanha), DFID (Inglaterra), Terres des Hommes (Suíça), War on Want (Inglaterra), com políticas voltadas para organizações de caráter local, às vezes regional, que apresentem um histórico de ações efetivas nos campos social, político e econômico em suas áreas de atuação, defendem uma filosofia onde o processo de autonomia de uma comunidade não se assenta apenas na resolução do problema econômico das famílias, mas também nos problemas sociais e políticos.

Toda a participação nos conflitos, a intromissão nos sindicatos, os muitos encontros com autoridades, cultivou, sem que fosse percebido, um ritual de auto-conhecimento com efeitos diretos sobre a auto-estima e a auto-percepção de cada uma acerca delas mesmas. Elas descobriram que tinham direitos a reivindicar enquanto cidadãs, e, como tais, eram merecedoras do olhar e da ação do Estado, não como benesse, mas como direito inerente a todo cidadão. Podemos perceber isso na declaração de Dona Dijé, abaixo:

[...] o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) fez a desapropriação das terras, em 1985. Foram anos de incertezas e muita luta, mas nunca saímos da nossa terra. No fundo, minha opinião é de que não foi o governo que desapropriou nossa terra, nós é que lutamos por ela. Foi ao

longo desse tempo que conseguimos nos organizar, criar uma associação para Monte Alegre. Esse foi um lado positivo do conflito: aprendemos a nos organizar. Se não tivéssemos tido esses grandiosos conflitos, ainda viveríamos na ignorância dos nossos direitos (BRINGELO, 2004: 45).

No mesmo sentido, o relato abaixo, referente aos eventos no povoado Ludovico, mostra a importância das mulheres nessa região:

Para nossa área, lá em Lago do Junco, o babaçu é livre, mas não porque ninguém deu. Foi por nossa força, nossa luta. A força das mulheres junto com os homens. Era proibido, mas nós libertamos (autoria não registrada, EIQCB, 1993: 15).

E à medida que os trabalhadores avançavam no processo organizacional, novos colaboradores eram agregados, de forma a ampliar o número de organizações parceiras. São eles: pessoas dos grupos de trabalhadores ainda em organização; pessoas dos grupos com estágios semelhantes de amadurecimento, que se inseriam em redes de organizações sociais, como o Fórum Carajás – organização que inclui diversas entidades representativas dos atingidos pela estrada de ferro Carajás; o CNPT, que atua nas comunidades tradicionais; a SMDH, que milita fortemente em defesa dos direitos humanos; o GTA, Grupo de Trabalho Amazônico, composto por entidades que atuam na defesa da Amazônia e suas populações; etc.

Todas essas organizações e instâncias de organização e reivindicação atuam na forma de redes de organizações sociais articuladas com o intuito de discutir demandas em comum e de dispor de maior poder de pressão no momento de reivindicar do Estado sob suas diferentes feições (Município, Estado e União).

Tais articulações "entre semelhantes" possibilitam a cada membro, principalmente os novatos, uma propensão ao desafio de mudança nas raízes de dinâmica social, no sentido de romper com as bases patriarcais, raciais, religiosas, sociais, de submissão (seja pela ótica classista ou não) e limitações tidas como "inerentes" a um grupo ou categoria social (agricultores, analfabetos, nordestinos, etc.).

Esses são os "novos movimentos sociais", instâncias de intervenção social que se diferenciam dos tradicionais movimentos sociais de base política e de setores

urbanos mais específicos, como a classe média, que mantinham suas lutas e reivindicações baseadas em causas teóricas que levariam a impactos materiais múltiplos, como os movimentos socialistas e comunistas predominantes até a década de 1980 que eram centrados na luta de classes.

Vasconcelos (2003) explica que os "novos movimentos sociais" são aqueles que surgem motivados por ideais diretamente relacionados à materialidade de cada grupo específico.

Assim, despontam os movimentos anti-racistas, pacifistas, em defesa dos animais e de opções sexuais; em defesa dos deficientes físicos, de grupos excluídos social e/ou economicamente, que têm suas reivindicações motivadas por aquilo que mais lhes aflige ou oprime. Buscam, portanto, a satisfação de suas demandas diretas e imediatas.

Nessa categoria, os movimentos ambientalistas associados a grupos populacionais específicos são os que nos interessam, em consonância com o que discutimos no decorrer deste trabalho:

Os novos movimentos sociais vêm desafiando o pensamento convencional de esquerda centrado nas macro-estruturas societárias, nas classes sociais, na exploração econômica e nos ideais de revolução, e nas estratégias mais convencionais de representação e unificação política muito focadas nos partidos ou na atividade parlamentar (VASCONCELOS, op. cit.: 100).

A instância mais imediata das pautas de reivindicações da quebradeiras de coco delineadas no 2º Encontro Interestadual da Quebradeiras de Coco Babaçu (1993) indica justamente a direção apontada por Vasconcelos. O MIQCB tem, desde então, como um de seus objetivos ser instrumento articulador das quebradeiras de coco, reconhecendo que são mulheres, quebradeiras de coco, trabalhadoras agroextrativistas e cidadãs lutando pelo Babaçu Livre e por reforma agrária, ao mesmo tempo em que buscam alternativas econômicas, sociais, políticas e ambientais para a exploração econômica dos babaçuais.

Para tanto, o MIQCB propõe sistematizar e documentar as experiências em suas diferentes formas de organização, o que favorece o acesso dessas informações aos demais interessados. Por fim, pela sua atuação política, essa

organização busca abrir canais através dos quais as reivindicações do seu grupo sejam atendidas.

Como delineamos acima, pela sua diversidade de motivações e de causas, o MIQCB apresenta objetivos muito precisos. Seu ideal não é mudar a totalidade da sociedade, mas apenas aquilo que lhe diz respeito. Diretamente, as quebradeiras de coco babaçu lutam pelo babaçu livre⁹², assim como os negros por igualdade racial e social, as mulheres por igualdade no mercado de trabalho, e assim por diante.

Não é que se tenha deixado de lado conceitos como luta de classes, apenas deixaram de figurar como os pontos nodais motivadores das lutas e das reivindicações dos atuais movimentos sociais.

3.2 A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS - AMTR

A primeira de todas as organizações, a AMTR foi criada em 03 de maio de 1989, no processo de luta e de organização dos trabalhadores. Essa associação surgiu dos Clubes de Mães que existiam em cada povoado e tinham o objetivo de tentar encontrar alternativas econômicas que melhorassem as condições de vida das famílias. De fato, poucos anos após o surgimento do Povoado Ludovico, fundado em 10 de setembro de 1983, as mulheres dessa região se juntaram para constituir uma só associação que representasse os interesses de todas as comunidades envolvidas nos conflitos mencionados anteriormente.

Suas primeiras ações foram no sentido de obter melhorias no acesso a educação e a saúde para as crianças dos povoados. Depois, incorporaram questões como a conscientização política e o treinamento para a produção com babaçu. Assim, da fabricação de roupas e da lavoura se consolidaram na fabricação de sabão de coco babaçu (SOUZA, 1998: 172), que era comercializado no próprio povoado, mas que acabou ganhando mercado também na zona urbana do município de Lago do Junco, sob o rótulo “sabão mulher”.

⁹² Essa luta é travada no âmbito das administrações municipais e do Governo Federal, no tocante a aprovação de uma lei com abrangência nacional que desvincule a propriedade da terra à propriedade do babaçu nela encontrado, cedendo livre acesso para os que dele dependam como alternativa direta de sobrevivência. Essa Lei do Babaçu Livre já se encontra aprovada nos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, São Luís Gonzaga do Maranhão, Esperantinópolis e Capinzal do Norte, todas no Médio Mearim Maranhense.

Essa experiência serviu de base para a idealização da atual fábrica de sabonetes de óleo de coco babaçu, instalada no povoado Ludovico, município de Lago do Junco. Essa iniciativa, apoiada por uma organização estrangeira (1993), a Misereor (Alemanha), forneceu os recursos necessários para o começo da fabricação de sabonetes. No início, era feita de maneira artesanal e executada em cinco núcleos no município de Lago do Junco (Ludovico, Centrinho, São Manoel, Três Poços e São João da Mata). O UNICEF também aportou recursos, e em 1997 aconteceu a primeira exportação⁹³ (SOUZA, 1998: 173)⁹⁴.

Dessas duas primeiras iniciativas, agregaram-se outras com o amadurecer dos trabalhos e o desejo de incorporação de outras mulheres em alternativas produtivas para a geração de renda. Como fruto desse desejo, efetuou-se uma prospecção nos povoados da área de atuação da AMTR para conhecer as demandas de projetos produtivos e verificar quais teriam maior viabilidade de implantação e de sobrevivência no mercado.

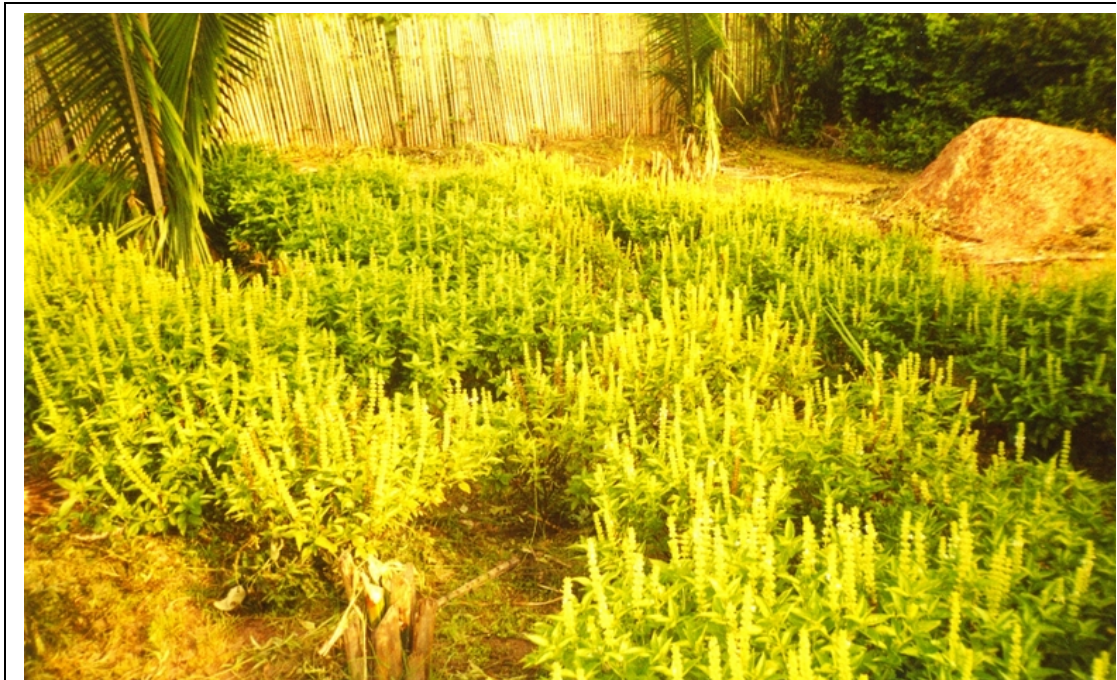


FIGURA 10: Plantação de Ervas aromáticas para extração de essências para o sabonete Babaçu Livre da AMTR, Povoado São Manoel, Lago dos Rodrigues/MA
 FONTE: Foto do autor, 2005

93 1.000 unidades de sabonetes para uma empresa norte-americana, a Pacific Sensuals.

94 “[...] os contatos ampliaram-se e as quebradeiras receberam seu primeiro apoio financeiro, de R\$ 80 mil, do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF), para montar a fábrica de sabonetes no povoado de Ludovico, município de Lago do Junco” (ASSEMA, 2004: 31).

Então, foi dado início à implantação planejada de projetos de fabricação de papel reciclado artesanal com fibras da casca do coco babaçu (Lago dos Rodrigues), da unidade de fabricação de mesocarpo de babaçu (Esperantinópolis), de frutas desidratadas (Povoado São José dos Mouras, município de Lima Campos) e, mais recentemente, de extração de essências para o sabonete Babaçu Livre (Povoado São Manoel e Centrinho, município de Lago do Junco, ver ilustração na Figura 9).

O movimento das quebradeiras de coco babaçu e o dos trabalhadores agroextrativistas só conseguiu alcançar o grau de avanço econômico⁹⁵ por conta de um bem sustentado nível de organização política e de coesão em sua base, além de suas lideranças, que exprimia as vontades e os interesses dessa mesma base. Por sua vez, a elevação ao grau atual de conscientização política das lideranças e de boa parte dos integrantes só foi possibilitada pelos resultados materiais que o movimento das quebradeiras de coco conseguiu. Isso é a síntese histórica do que está expresso pela ASSEMA quando se diz que "as quebradeiras de coco babaçu são portadoras de uma identidade coletiva que as diferencia dos demais indivíduos e dos grupos sociais no interior do Estado brasileiro" (ASSEMA, 2004: 27).

Em outros termos, o patamar de conscientização política dos integrantes do movimento só aconteceu por que um aporte econômico, fruto da organização anterior, permitiu conciliar o trabalho de subsistência e de produção para o mercado com os momentos de organização e formação política.

Por isso, não se pode descartar que as organizações estrangeiras "publicitavam" ideais de auxílio a grupos sociais organizados, de diminuição da pobreza rural, etc., assim como concederam a chance de materializar esse esforço político na forma mais direta de percepção de resultados, a renda monetária.

Essas organizações disponibilizaram recursos a fundo perdido que permitiram criar uma estrutura mínima de trabalho que pôde sustentar uma massa pensante de técnicos e voluntários que produziram a maior parte da informação e do

95 Por exemplo, materializado em uma cooperativa que exporta e que oferece melhores preços do que os atravessadores pelas amêndoas de babaçu, pelos gêneros alimentícios secos e molhados. São associações que atuam na introdução de novas formas de produção e acesso a crédito, trazendo melhoria nas lavouras e beneficiamento de parte da produção local, etc.

conhecimento sobre os grupos sociais em questão, além de produzirem melhorias na produção agrícola, nas moradias e na infra-estrutura dos povoados.

3.3 A ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO - ASSEMA

No contexto das novas necessidades que as lutas pela terra estavam delineando, surgiu a ASSEMA, especificamente onde os assentamentos de reforma agrária já estavam oficializados, alguns com algumas infra-estrutura, mas todos sofrendo de diferentes carências e restrições de acesso a bens e a serviços públicos como educação, saúde, comunicação, eletrificação, água encanada e assistência técnica. De acordo Figueireido, podemos constatar que:

A ASSEMA, Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, criada em maio de 1989, surge como uma alternativa de espaço político e de assessoramento técnico, onde os trabalhadores e trabalhadoras de povoados e ou comunidades rurais, buscavam saídas políticas, econômicas e ambientais para obterem a sustentabilidade da terra reconquistada do latifundiário (FIGUEIREIDO, 1998: 191).

Essa associação, além de centralizar a luta e a organização dos grupos dos assentamentos, iria buscar, sugerir e implantar projetos de organização, de melhora das condições de renda e de vida dos povoados. Por isso, "praticamente nos dois primeiros anos, 1989 a 1991, têm-se os trabalhos da entidade e conseqüentemente de sua assessoria técnica voltados para o que chamamos de 'organização interna das famílias'" (id. Ibid.). E só a partir desse trabalho na base de associados que assumiu-se também a tarefa de granjeadora de recursos para as áreas desapropriadas (ASSEMA, 2004: 13).

Para alcançar esses objetivos, a associação se funcionaliza como elo de uma complexa rede de instituições que trocam informações e atuam conjuntamente para ampliar a força de suas ações e reivindicações

A título de exemplificação da atuação das mulheres na ampliação da força dessa associação, tomemos o caso da Sra. Maria Adelina, ou Dona Dada. Ela é membro da associação do Povoado São José dos Mouras; é diretora da ASSEMA; é

Coordenadora Geral do MIQCB; externamente, é sindicalizada no STTR e integrante do GTA Babaçu do Ministério do Meio ambiente.

Isso acontece desde os primeiros anos de organização do Movimento, como se pode verificar abaixo:

Muitas das quebradeiras encontram-se participando em mais de um tipo de organização. A maioria iniciou a participação organizativa em movimentos da Igreja Católica; muitas das quebradeiras ainda encontram-se vinculadas a esses tipos de movimentos, mesmo estando nos partidos políticos, STR's, etc. (EIQCB, 1991: 17).

Em seu quadro de sócios encontram-se 28 organizações, representando cerca de 2.500 famílias residentes em 43 comunidades⁹⁶. Entre as pessoas que fundaram a ASSEMA, também se encontram aquelas que fundaram a COPPALJ e outras associações e cooperativas no Médio Mearim, como é o caso das quebradeiras de coco que fundaram a AMTR e o MIQCB.

Não são essas as únicas organizações com que a ASSEMA se relaciona, devido a dois motivos: primeiro, seu objetivo é o de manter parceria de trabalho com diversas outras entidades⁹⁷; segundo, alguns de seus dirigentes são também diretores de sindicatos rurais, vereadores, secretários municipais, etc.

96 Escola Família Agrícola de Lago do Junco; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco, de Esperantinópolis, de Lima Campos, de São Luís Gonzaga do Maranhão e de Lago dos Rodrigues; Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues; Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco; Associações de Moradores de: Ludovico, São Manoel, Bertulino, em Esperantinópolis; Associações de Moradores do Centro do Coroatá, Palmeiral, Bom Princípio, Serraria, Potó, Sumaúma e Centro do Pedrão, Esperantinópolis; Associações de Moradores de São Pedro, Mangueira, Nova Salvação, Gleba Riachuelo e Lago Salvador, em Lima Campos; Associações de Moradores de Veloso e Monte Alegre, Secretaria Municipal da Mulher, em São Luís Gonzaga do Maranhão; e, por fim, a Associação de Moradores de Três Poços e mais 48 sócios individuais, em Lago dos Rodrigues (ASSEMA, 2004: 21).

97 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lima Campos, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, São Luís Gonzaga do Maranhão e Esperantinópolis; Escola Família Agrícola de São Luís Gonzaga do Maranhão e Capinzal; Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), Associação Agroecológica Tijupá, ACR, Fórum Carajás, Ação Educativa (SP), ACESA, APA – TO, CTI, Centro Sabiá, CEPES, ASPTA, MIQCB, MST Maranhão, GTA, CNS, FETAEMA, ASMUBIP, CENTRU/ PAD, FAOR, RAMA, PCTA, RIPP, Fórum de Economia Solidária, Recopa. Além de: UFMA, UEMA, Faculdade São Luís, UFC, Centro Educacional Colméia, Banco do Nordeste do Brasil, Fundação Banco do Brasil, Banco do Brasil – Pedreiras, SEBRAE – Bacabal/São Luís, Paróquias locais, MMA/PDA, MMA/SCA/PNS, MDA (ASSEMA, 2004: 21).

Contudo, a ASSEMA tem se proposto a organizar os trabalhadores agroextrativistas para que eles encontrem alternativas produtivas que lhes garantam elevação no seu padrão de vida.

Para tanto, ela emprega técnicos agrícolas especializados na produção em pequenas propriedades e que estimulam práticas ambientalmente corretas, a exemplo da iniciativa das chamadas roças cruas das quebradeiras de coco babaçu, que contrariam todas as regras de manejo de solo tradicionalmente difundidas, como a roça no toco ou queimada (ilustrada na Figura 11), na ponta inferior de produtividade, e a mecanizada e com uso de produtos químicos, na superior em produtividade (WADDINGTON, 2004).



FIGURA 11: Roça tradicional (no toco) do Maranhão com palmeiras de babaçu queimadas. Pedreiras/MA

FONTE: Foto do autor, 2005

3.4 O MOVIMENTO INTERESTADUAL DE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU – MIQCB

As articulações e as incitações para as primeiras lutas foram encabeçadas – ou abraçadas – pelas quebradeiras de coco babaçu, posteriormente seguidas pelos maridos. Esses homens passaram a ser designados como “Trabalhadores Agroextrativistas”. É dessa forma que a ASSEMA e a COPPALJ foram fundadas, isto é, como fruto das lutas comuns das famílias dos trabalhadores rurais agroextrativistas, onde se incluem as quebradeiras de coco babaçu.

A fundação de entidades como a ASSEMA – voltadas para todos os assentados da microrregião – deve-se ao formato da organização dos trabalhadores agroextrativistas no final dos conflitos: possui homens e mulheres defendendo um só objetivo e assessores discutindo conjuntamente e indicando possibilidades de estratégias econômicas a serem executadas nitidamente sob a luz da visão shayanoviana do mundo rural⁹⁸.

A ASSEMA não apresentava espaço suficiente nos primeiros anos para a nova mentalidade das mulheres que lideraram ou participaram ativamente dos conflitos pela terra. Seu público-base eram os assentados do Médio Mearim, o que fazia com que ela se dedicasse às questões mais gerais do grupo e não a particularidades relativas apenas às mulheres. Entre as questões mais específicas das mulheres, havia a de congregar o maior número possível de quebradeiras de coco babaçu da área dos babaçuais, conhecendo suas realidades e demandas.

Algumas mulheres tiveram contato com quebradeiras de coco de outras áreas do Maranhão, do Pará, do Piauí e do Tocantins, participando de encontros sindicais, oportunidade em que perceberam que as demandas, necessidades e reivindicações eram comuns a todas elas.

Semelhanças sensivelmente mais visíveis, a princípio, nas escalas menores da sua organização dos clubes de mães e dos grupos de quebradeiras de coco contra a proibição do acesso aos babaçuais. Como fica bem claro abaixo:

⁹⁸ Onde o trabalhador rural familiar possui lógica de existência diferente da lógica dos grandes produtores rurais, isto é, do lucro. Sua forma de sobrevivência seria superior àquela porque apenas eventualmente recorre ao mercado para escoar suas mercadorias excedentes produzidas num estabelecimento rural policultor e multi-tarefado.

Muito antes de 1990, em Lago do Junco, as mulheres já tinham experiência de fazer empates contra as derrubadas de palmeiras. Estas ações tinham dois eixos: um contra as devastações provocadas pelos fazendeiros; o outro no controle dos desbastes realizados pelos maridos para fazer as roças. Estas experiências eram repassadas para o grupo intermunicipal e todas acharam muito importante e daí todos os outros municípios começaram a discutir em suas comunidades. Não era muito aceito por parte dos homens pois eles queriam fazer derrubadas justificando que a escassez de terra para produzir já não permitia a manutenção do consórcio palmeiras e plantio de arroz, mandioca, milho e feijão (CHAGAS & SOUSA, 1998: 227).

O conhecimento da sua realidade e da sua condição social, associado à expectativa de superação dessa condição trouxe a tona o questionamento sobre as condições de vida das quebradeiras de coco em outros lugares, e se estariam dispostas das condições de seu desenvolvimento, como se vê abaixo:

Nesta discussão do grupo de estudos da ASSEMA, a companheira Rosa de Ludovico, fez uma proposta de buscarmos realizar uma grande reunião com quebradeiras de coco babaçu de outras regiões, para sabermos se a vida delas era a mesma vida sofrida que levávamos aqui no Médio Mearim. Decidimos trabalhar para organizar um encontro de quebradeiras de coco babaçu, pois já estava bem espalhada a discussão [e] a pessoa que nos assessorava era a Noemi⁹⁹ e ela já tinha feito contatos com outros grupos nos outros estados (CHAGAS & SOUSA, 1998: 228).

Dessas especulações iniciais, mulheres de quatro estados da federação se reuniram no I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco babaçu, na cidade de São Luís, de 25 a 27 de setembro de 1991 (EIQCB, 1991: 9). Nesse encontro, as mulheres optaram pela criação do movimento das quebradeiras de coco babaçu, como vemos abaixo:

A partir da década de 90, essas chamadas quebradeiras de coco babaçu iniciam processo de articulação entre essas diversas regiões, propiciando o avanço no nível das organizações de Associações de Mulheres, Cooperativas de Pequenos Produtores, Grupos de Estudos do babaçu e constituindo enfim o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Nesse período, mobilizaram-se organizando encontros interestaduais; audiências públicas com governadores, parlamentares, Ministério Público instituições da sociedade civil; no plano organizativo promoveram também cursos de formação e capacitação para as coordenadoras do movimento, seminários, encontros, oficinas; propostas de políticas públicas, projetos de Lei [...] (EIQCB, 2005: 5).

99 Noemi Porro é engenheira agrônoma que juntamente com seu esposo, o também agrônomo Roberto Porro assessoraram os trabalhadores nas primeiras iniciativas de organização dos assentamentos e criação das associações e cooperativas do Médio Mearim.

Por sua maior extensão e preponderância na história do babaçu, o Maranhão necessitou organizar-se em seis regionais: no Mearim, uma na Baixada Maranhense, uma em Imperatriz; no Piauí, na cidade de Esperantina; no Pará, em São Domingos do Araguaia; e no Tocantins, em São Miguel do Tocantins.

Sua área de atuação engloba cerca de 300.000 famílias de trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas que têm o coco babaçu como eixo norteador, mas incorpora atividades terceiras que fazem parte da pauta produtiva desses trabalhadores, como a produção de mel, a criação de pequenos animais e de plantas medicamentosas. Incorpora também culturas que foram agregadas a esse rol, como a produção de frutas desidratadas e a extração de essências vegetais aromáticas para a utilização na fabricação de sabonetes.

Conseguir ampliar sua base de legitimação é uma das principais lutas que o MIQCB trava neste momento. Suas lideranças têm consciência de que com o quadro atual não poderão reivindicar políticas e executar ações além de um determinado limite. Assim, têm buscado projetos de financiamento para os seus objetivos políticos nas instituições nacionais e internacionais que possibilitem a consolidação da presença do MIQCB em locais em que essa presença já possui alguma ação ou naqueles locais em que o movimento ainda não penetrou.

Atualmente, essa associação conta com ações do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Reforma Agrária, das organizações internacionais, como a Comissão Européia (que atualmente financia o maior projeto já executado pelo MIQCB, no valor de R\$ 3,5 milhões), do DFID¹⁰⁰, da Pão Para o Mundo, da Misereor e da War on Want. Esses projetos têm viabilizado a manutenção da sede do MIQCB em São Luís, capital do Estado do Maranhão, especialmente no tocante ao quadro de funcionários, que inclui uma secretária, um contador, um administrador financeiro e sete assessorias, sendo que duas ficam na sede e as demais estão uma em cada regional.

Ficou evidente nas entrevistas efetuadas na região do Médio Mearim que há substancial diferenciação política de um grupo em relação ao outro, e as famílias

100 Department for International Development. Órgão do Governo Inglês voltado à promoção do desenvolvimento de regiões pobres nos países do terceiro mundo.

que não são integrantes do movimento tem ainda seu círculo de acesso à informação restrito a poucos canais, como televisão, rádio e círculo de convivência. Essa situação proporciona a esses indivíduos reduzida visão do mundo que os cerca, não conseguindo acompanhar o ritmo da informação em nosso tempo.

Como prova disso, verificamos que praticamente não há introdução de novos métodos produtivos, que a renda é basicamente formada pelos mesmos elementos de décadas a fio, que a cesta de bens produzidos e comercializados não se alterou sensivelmente nas últimas décadas, que a dependência de políticos e dos próprios fazendeiros é ainda determinante das escolhas políticas.

A própria visão de mundo não ultrapassa muito mais que o perímetro da fazenda, chegando até a sede do município, local que funciona como uma alternativa de lazer e de acesso a mercadorias da cesta de bens da ração mais baratos. Embora algumas famílias possuem uma televisão em suas residências, elas se interessam bem mais por programações para distração do que jornais, fato causado, em parte, por que muitas notícias são apresentadas com um formato nem sempre compreensível, especialmente a sessão de economia, tema que tem recebido bastante destaque das fontes jornalísticas e que para esses grupos em nada interfere diretamente em suas vidas.

As famílias têm, na verdade, conhecimento dos acontecimentos históricos que marcaram a vida dos povoamentos, entretanto, nem sempre conseguem transmiti-los de forma clara, ordenada e concisa. Em geral, são pessoas que não participaram dos conflitos dos anos 80, ou o fizeram de maneira superficial, abandonando a luta assim que a situação apresentava sinais de arrefecimento.

A realidade dos grupos que desencadearam o processo de lutas ou dele participaram de maneira ativa é outra. Para esses grupos, percebemos duas realidades próximas, mas também distintas. Aqueles que conclamaram os povoados a lutarem pelo que acreditavam ser os seus direitos tiveram desde cedo que se acostumar a viajar dias e dias para reuniões e encontros em locais muito variados, desde a capital do Estado à capital do país.

Essas lideranças "originais" se beneficiaram do suporte político e econômico da Igreja Católica, se integraram a sindicatos, se reuniram com representantes do INCRA, do Ministério do Meio Ambiente, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, da Sociedade dos Direitos Humanos, etc., e assim assimilaram uma vastidão de informações acerca de leis, direitos, questões fundiárias, etc.

Além disso, aprenderam a interagir nos fóruns de decisão em situação de igualdade com outros grupos que possuíam reivindicações diversas. Tornaram-se conhecidos muito além dos círculos locais, como é o caso de Manoel da Conceição, trabalhador agroextrativista da região de Imperatriz que foi exilado na França e que lá tornou conhecida a luta contra a grilagem de terras nessa porção do Brasil. Também é o caso de Dona Maria Adelina (Dada), de Dona Dijé, de Dona Cledineuza, e de Dona Nice, que frequentemente dão entrevistas a profissionais de periódicos especializados nacionais, de jornais e de revistas, além de serem personagens indispensáveis em qualquer trabalho de qualidade sobre a história das quebradeiras de coco babaçu, seja do Mearim, seja de qualquer um dos quatro estados onde esse movimento imprime sua marca.

Há também as famílias que constituem a base do movimento. São sócias de pelo menos umas das associações e cooperativas da região e participam com frequência de assembléias e reuniões em que são informadas do andamento das atividades, discutindo e votando quando surgem questões importantes. Para esse grupo, não há diferença perceptível entre a ASSEMA e o MIQCB, conforme já afirmado anteriormente.

Essas pessoas estão em um nível de envolvimento tal que elas introduzem novas formas de produção e tecnologias à medida que os primeiros resultados produtivos e organizacionais vão surgindo e sendo divulgados, de forma que, com o tempo, esses fluxos de informação irrompem as "paredes" do movimento e atingem os grupos desarticulados mais próximos.

Assim está acontecendo com as roças cruas, e já se deu com a campanha pela não derrubada indiscriminada de palmeiras pelas famílias, pela preferência de

venda da produção de amêndoas para as cantinas do movimento, e não para os atravessadores, entre outras ações de sucesso.

Participando de reuniões, encontros, grupos de estudo e recebendo assessoria e assistência técnica pela ASSEMA, esses trabalhadores vão ampliando o rol de opções de escolha das práticas de vida e trabalho.

A esse respeito, ao me referir às opções de escolha, o objetivo é desobstruir a mente contra as visões estilizadas que julgam que a situação estacionária técnica, social e econômica das populações rurais maranhenses é provocada pela "preguiça" do povo desse Estado. Nada mais infundado.

A formação sócio-espacial do Maranhão criou um modelo no qual os posseiros foram "isolados" do mundo exterior e tiveram, de certa forma, como único canal de comunicação, a figura do fazendeiro.

Então isolados e sem perspectivas de verem suas condições de vida melhoradas pelo aumento da produção, eles preferiram garantir apenas o necessário ao seu sustento e ao pagamento das rendas ao fazendeiro. Contraditoriamente à idéia da preguiça, essa era a única forma de resistência de que dispunham para evitar o risco de represálias.

Com a liberdade da terra ocasionada pelos projetos de reforma agrária, as populações interessaram-se mais e mais por melhorarem as formas de trabalho, pois agora se apropriariam dos frutos do seu trabalho, não existindo a imposição da renda ou da sujeição.

Ao menos é o que se acreditava, pois, contraditoriamente, a produção agrícola se reduziu desde o período dos conflitos¹⁰¹, podendo indicar que, mesmo

101 As conquistas vão se ampliando de forma que os conflitos também. Do conflito pelo coco e pela terra, disseminou-se para o campo da política, economia, gênero, justiça. As demandas das famílias são ao mesmo tempo conflitos potenciais que se efetivam na ação de alcance dos objetivos.

Diferentemente de outros movimentos que se limitam ao ambiente de lutas institucionais, as quebradeiras de coco babaçu inserem-se em campos pouco usuais, minando a capacidade de reação dos oponentes. A eleição de vereadoras significa capacidade de interferir na gestão das leis que regem os municípios de ação; comercializar, industrializar e re-comercializar garante que maior de riqueza circule mais tempo dentro de suas estruturas; as mulheres encabeçaram as lutas e continuam ainda hoje a serem o canal atrator de recursos e de destaques na mídia; etc.

com a conquista da terra, os trabalhadores não aumentaram a quantidade produzida em proporção superior à intensificação da concentração fundiária da região, mascarando, portanto, quaisquer êxitos produtivos dos assentamentos.

A Lei Babaçu Livre¹⁰² parte da idéia de que a terra, embora apropriada por um dono (por vezes grileiro), este já a "recebeu" com os palmeirais, não tendo plantado uma única árvore. Os palmeirais são, portanto, "dádivas de Deus".

Além disso, essa lei determina que todas as pessoas podem entrar em qualquer propriedade para coletar cocos para as suas necessidades, não podendo interferir nas eventuais lavouras e nas criações possuídas pelo proprietário. Ela estabelece, também, a proibição da derrubada das palmeiras, bem como o uso de produtos químicos para limpar as áreas.

Ressalta-se que a Lei do Babaçu Livre encontra-se aprovada em diversos municípios, a saber: Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga e Imperatriz, no Maranhão; Axixá, Praia Norte e Buriti, no Estado do Tocantins; e São Domingos do Araguaia, no Estado do Pará.

Em tempo: está em tramitação no Congresso Federal uma lei com abrangência nacional que se assemelha a do Babaçu Livre.

102 Nos anexos (páginas) encontram-se, respectivamente, a primeira e a mais recente versão desta lei. Na versão do ano de 2002 aprovada no município de Lago do Junco-MA, há a correção de algumas lacunas existentes no primeiro projeto, tais como, que a liberdade para a coleta livre do coco babaçu diz respeito às quebradeiras de coco babaçu e suas famílias que desenvolvem um regime de economia familiar e comunitária. Esta especificação veio defrontar-se com o surgimento dos "catadores de coco babaçu", pessoas que coletam os cocos na mata para vendê-los integralmente às indústrias guseiras instaladas no estado, significando cerceamento do acesso a este recurso àqueles que dele dependem parte importante das estratégias de sobrevivência. A presente versão também versa sobre a proibição da aplicação de venenos e herbicidas nas palmeiras, prática bastante utilizada por fazendeiros para disfarçar a devastação dos babaçuais em suas terras.

4 CONCLUSÃO

Diante do que foi discutido no presente trabalho, chegamos a algumas considerações que, longe de encerrarem o estudo do tema, auxiliam uma maior compreensão acerca dos eventos sócio-espaciais ocorridos na área de estudo e que culminaram em formas muito particulares de organização e enfrentamento do latifúndio.

A primeira delas, como exposto ao longo do texto, foi a de que o próprio latifúndio criou o ambiente propício para a reação dos trabalhadores agroextrativistas, especialmente no tocante às quebradeiras de coco babaçu, personagens quase sempre responsáveis pelas primeiras iniciativas de enfrentamento das restrições de acesso a terra e aos babaçuais.

Dentre os grupos que se lançaram na luta pela terra, destacou-se dois em particular: os que já se submeteram a sucessivas migrações, e que, por conseguinte, encontravam-se desgostosos de uma nova migração, caso do Povoado São José dos Mouras, no município de Lima Campos e o de Ludovico, município de Lago do Junco; e o grupo que, ao contrário do anterior, tinha fortes laços com a terra em virtude dos anos de residência, exemplo marcante do Povoado Monte Alegre, no município de São Luiz Gonzaga – os moradores possuíam até o título de propriedade coletivo da terra dado pelo antigo senhor de escravos.

Diante da tentativa de expulsão, o grupo do Povoado Monte Alegre reagiu imediatamente na intenção de não perder a terra para o latifundiário. Já o grupo do Povoado São José dos Mouras reivindicou inicialmente o acesso às palmeiras de babaçu e a seus frutos, que constituíam a principal alternativa econômica quando a agricultura não conseguia suprir todas as suas necessidades de subsistência.

A terra era local de trabalho e de vivência. Isto é, era um recurso de acesso às condições materiais de sobrevivência e de reprodução dessas populações, e, portanto, sua privação implicava no impedimento do direito à vida e à dignidade humana, acessadas pelo trabalho que “dignifica o homem”.

Embora as primeiras iniciativas de resistência contra o latifúndio tenham partido das quebradeiras de coco babaçu, elas logo se tornaram uma resistência dos trabalhadores agroextrativistas como um todo, nucleada na luta pela terra e pelo livre acesso aos babaçuais.

Essa característica determinou que, após a obtenção da terra nos municípios do Médio Mearim, as iniciativas de organização dos trabalhadores levaram à formação de associações e cooperativas de trabalhadores rurais agroextrativistas, como é o caso da ASSEMA e da COPPALJ. A AMTR constitui uma exceção, porque é resultado da organização dos antigos clubes de mães existentes nos municípios da região.

Por sua vez, o MIQCB surge, de um lado, do desejo das quebradeiras de coco de congregar todas as quebradeiras em toda a área de babaçuais, dado ser essa sua característica marcante dentro do conjunto dos trabalhadores do campo no Maranhão. Essa diferenciação, por outro lado, constituía-se como uma lacuna não preenchida pelas organizações supra citadas, de caráter amplo que não conseguiram atender às demandas específicas dessas mulheres.

Nos últimos anos, particularmente a partir de 2001, com a consolidação do MIQCB, vê-se uma coincidência de políticas e práticas de ação entre o MIQCB e a ASSEMA, fazendo com que não se consiga diferenciar – aos olhos das quebradeiras de coco dos povoados – uma e outra instituição, particularmente por que muitas integrantes e diretoras de uma são também coordenadoras de outra.

As mulheres que fundaram o MIQCB se diferenciam da maioria das quebradeiras de coco que constituem a sua base por terem sido personagens destacados e ativos nos conflitos pela terra e pela sua atuação nos sindicatos de trabalhadores rurais, fato que se revela num gritante desnível de visão de mundo, de formação política e de conhecimento acerca do funcionamento dos aparelhos de Estado.

Um fato que merece nota, não só com respeito às quebradeiras de coco, mas também a todos os trabalhadores agroextrativistas associados a alguma das

organizações citadas, é o fato de que todos são filiados aos sindicatos de trabalhadores rurais, resultado do ambiente institucional dos conflitos pela terra.

As bases institucionais do MIQCB foram firmadas no primeiro encontro interestadual de quebradeiras de coco babaçu, acontecido em 1991, de onde resultou a Articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu. Somente na terceira edição do encontro (1995) é que passou a ser chamado de Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco babaçu, recebendo o registro jurídico em 2001. Durante esse intervalo, a ASSEMA deu aval jurídico ao MIQCB nas situações em que era exigido tal formalidade, como o recebimento de fundos de projetos.

Até 2001, os projetos executados pelo MIQCB tiveram caráter organizacional (de consolidação institucional) e formativo (para formação de lideranças). Somente a partir daí é que projetos de cunho produtivo passam a ser obtidos e executados.

Transitando desde o momento dos conflitos pela terra até a fase atual, esse grupo de pessoas foi determinante tanto do sucesso da luta pela terra como das estratégias de atendimento das demandas detectadas a partir da criação das organizações e das instituições da sociedade civil, como a Comissão Maranhense de Direitos Humanos, a Comissão Pastoral da Terra, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão (FETAEMA), o Unicef, a CESE, entre outras.

Durante os conflitos e a fase imediatamente posterior, as instituições nacionais recebem destaque. Em um segundo momento, quando a continuidade da organização exige aporte de recursos financeiros, as instituições internacionais passam a fazer parte do rol de colaboradores.

A consolidação dessa organização das quebradeiras de coco tem por alvo a reivindicação de políticas públicas para a totalidade das famílias das mulheres que executam a mesma atividade. Dentre essas reivindicações, hoje se destaca o Projeto de Lei Babaçu Livre.

Esse projeto surgiu das discussões dos grupos de base da ASSEMA e depois foi incorporado ao MIQCB. Ele tem inspiração na mesma idéia defendida na aurora

dos conflitos: o latifundiário não plantou as palmeiras, portanto, quem tem direito a elas é quem depende delas para a subsistência.

Novamente retorna-se à idéia da justificação do ser social através do trabalho. Nesse pensar, a terra é um direito do latifundiário, já que ele “trabalhou para comprá-la” (DONA TOINHA, 2005). O babaçual, por sua vez, sendo “dádiva da natureza”, nascido espontaneamente, deve ser daqueles que precisam do coco babaçu para sobreviver. Isto é uma relativização não só da propriedade da terra – já prevista em lei –, mas também daquilo que ela encerra, seja o babaçual, um rio ou uma chapada.

Contraditoriamente, à medida que relativiza-se o conceito de propriedade privada, busca-se reproduzir o mecanismo do mercado de consumo, produzindo mercadorias de baixo custo econômico e alto valor cultural, comercializado por empresas “verdes”, de cosméticos, em sua maioria.

Um último ponto a considerar sobre o movimento das quebradeiras de coco no Médio Mearim maranhense é que elas têm se constituído como pólos de poder com escala local e regional, com capacidade de dialogar, de reivindicar e, por vezes, de até exigir a obediência às leis que lhes beneficiem, fazendo pressão para que leis sejam aprovadas (caso de mobilizações nos municípios para aprovação das leis municipais de livre acesso aos babaçuais), impedindo o desmatamento dos babaçuais, etc.

Por fim, conclui-se este trabalho com um paralelo com outras iniciativas de quebradeiras de coco de outras áreas de atuação do MIQCB no Maranhão, no Piauí, no Pará e no Tocantins. As características sócio-espaciais do Médio Mearim produziram eventos com facetas muito particulares – o que é próprio do espaço geográfico – a essa porção espacial do território das quebradeiras de coco babaçu.

Cada um desses grupos tem reivindicações próprias dentro dos objetivos mais amplos do MIQCB. Uns ainda lutam pelo acesso a terra, outros sequer precisaram dessa luta, e outros têm as reservas extrativistas como foco mais importante do que o Babaçu Livre.

Confiando na contribuição deste trabalho para o conhecimento da história das lutas das quebradeiras de coco babaçu e dos trabalhadores agroextrativistas do Médio Mearim maranhense. Temos ciência de que poderíamos ter-nos ainda aprofundado e melhor detalhado alguns dados e algumas conexões entre informações e acontecimentos apresentados, entretanto, a acumulação de atividades e a atividade profissional consumiram muito do tempo que teríamos à disposição para esta revisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Reforma agrária, desenvolvimento capitalista e democracia. In.: LEAL, Laurindo (org.). **Reforma agrária na nova república: contradições e alternativas**. São Paulo: Cortez/Educ. 1986.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Estrutura fundiária e expansão camponesa. In.: GONÇALVES JÚNIOR, José Maria (org.). **Carajás: Desafio político, ecologia e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense; Brasília-DF: CNPq. 1986. p. 265-293.

_____. Cidadania e conflitos sociais no campo. In.: **Humanidades**. Brasília-DF. Nº 12; fev./abril de 1987, ano IV. p. 22-29.

_____. **Carajás: A guerra dos mapas: repertório de fontes documentais e comentários para apoiar a leitura do mapa temático do Seminário-consulta "Carajás: Desenvolvimento ou destruição"**. Belém. Falângola, 1995.

_____. Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização. São Luís: **III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**. 1995.

_____. Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais. In.: **TIPITI**. jul./2002, São Luís-MA. p. 6-7

_____. **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Série; Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e conflitos. Fascículo 2. Quebradeiras de Coco Babaçu do Médio Mearim. São Luís, 2005.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **O Estado em questão: reordenamento do poder**. In.: Globalização, metropolização e políticas neoliberais. São Paulo, Educ, 1997. p. 111-124

ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste, espaço e tempo**.. Petrópolis: Vozes, 1970.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências**. São Luís, Sioge, 1990.

_____. A questão Regional: O caso do Nordeste brasileiro. In.: MARANHÃO, Sílvio. **A questão Nordeste**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1984.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**.. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ARRUDA, José Jobson de A. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**, Petrópolis, 1980.

ASSEMA. **O genocídio das quebradeiras de coco babaçu**. ASSEMA. Pedreiras, 1990.

_____. Governo prioriza grandes produtores. In.: **TIPITI**. jul./2002, São Luís-MA. p. 6-7. In.: **TIPITI**. jul./2002, São Luís-MA. p. 15-17.

_____. **ASSEMA em revista**. Edição especial dos 15 anos da ASSEMA. São Luís-MA, dez./2004.

AZÊVEDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BABAÇU: Alternativas Políticas, Sociais e Tecnológicas para o Desenvolvimento Sustentado. workshop. São Luís-MA, 10 de abril de 1992 (documento final). In.: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização**. São Luís-MA. Estação Publicidade & Marketing. 1995.

BARATA, Lauro E. S. Produtos da biodiversidade amazônica. in.: **Amazônia: Interesses e conflitos**. <http://www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz22.htm>, acesso em 15 de junho de 2006.

BAVA, S. C. . Tecnologia social e desenvolvimento local. In: Antonio De Paulo. (Org.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, v. , p. 1-216.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

BRANDÃO, J. R. L. Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural. **Estudos CEBRAP**, 6, 1973. p. 142-152.

BRINGELO, Maria de Jesus Ferreira. Dona Dijé. Entrevista concedida a Iracema Dantas. In.: **Democracia viva**, nº 23, ago./set. 2004. p. 38-47

CAMPOS, Nazareno José de; SADER, Maria Regina Cunha de Toledo. **Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas /**. São Paulo, 2000. 258 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia.

CANEDO, Eneida Vieira da Silva Ostria de. **Organização do espaço agrário maranhense dos anos 80: a distribuição da terra e atividades agrícolas**. São Luís/MA: 1993.

CÁRIO, Sílvio A. F. & BUZANELO, Edegar J. Notas sobre a teoria marxista da terra. in.: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**; CORREA, Walquiria Krüger; Pizzolatti. Roland Luiz. Anais ... Florianópolis: UFSC, CCH, [1988] . p. 479-497

CARVALHO, Otamar de. **Desenvolvimento regional: um problema político**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Forense, 1972.

CASTRO, Iná Elias. A região como problema para Milton Santos. In.: El ciudadano,

la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. o dilema brasileiro : pão ou aço. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

CHAGAS, Maria Adelina de Sousa; SOUSA, Antônia Vieira de Brito. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco babaçu. In.: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. & SILVA, Miguel Henrique Pereira (orgs.). **O Maranhão em rota de colisão**: experiências camponesas versus políticas governamentais. São Luís-MA, CPT, Cadernos Tempos Novos, 1998. p. 227-229.

CHAGAS, Maria Adelina Souza. Mudando a sociedade do jeito que a gente quer. In.: **Eqüidade de gênero e desenvolvimento sustentável dos territórios rurais**: documento-síntese do Seminário Internacional. São Luís-MA. 2004. 38-39.

CHESNAIS, François: **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

CONCEIÇÃO, Manoel da. **Essa terra é nossa**. Petrópolis: Vozes, 1980.

COSTA, FRANCISCO DE ASSIS. **Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia**. ESTUDOS AVANÇADOS 19 (53), 2005. p.151-153.

COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da Igreja**: a atuação CPT 1976 – 1981 (Monografia de conclusão do Curso de História). São Luís: UFMA, 1984.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 6. ed. São Paulo Contexto 1997.

DANTAS, Iracema. Mulheres que quebram coco e extraem a vida. In.: **Democracia viva**, nº 23, ago./set. 2004. p. 48-55.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro-RJ, 12(1): 360, janeiro-abril/2004, Universidade Federal do Rio de Janeiro. p.175-204.

DIAS, L. C. D. ; SANTOS, G. A. . Região, território e meio ambiente - uma história de definições e redefinições de escalas espaciais (1987-2001). **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 45-56, 2003.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A área Centro-Ocidental do Nordeste**. Sudene, 1982.

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1975.

DONA DADA. **Entrevista com Maria Adelina Souza Chagas**. Entrevista concedida a José Costa Ayres Júnior. Lima Campos, 2005. fita de áudio, 120 min. Aprox.

DONA EMÍLIA. **Entrevista com Emília Marcolino**. Entrevista concedida a José Costa Ayres Júnior. Lago dos Rodrigues, 2005. fita de áudio, 60 min. Aprox.

DONA IVETE. **Entrevista com Ivete Silva Ramos**. Entrevista concedida a José Costa Ayres Júnior. Lago do Junco, 2005. fita de áudio, 60 min. Aprox.

DONA TOINHA. **Entrevista com Antônia Gomes de Souza**. Entrevista concedida a José Costa Ayres Júnior. Lima Campos, 2005. fita de áudio, 60 min. Aprox.

DOWBOR, Ladislau. O PNRA e as transformações da agricultura. In.: LEAL, Laurindo (org.). **Reforma agrária na nova república: contradições e alternativas**. São Paulo: Cortez/Educ. 1986. 1

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 12. ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1985.

EIQCB. **I Encontro Interestadual de quebradeiras de coco babaçu (MA, PI, TO, PA)**. 24 a 26 de setembro de 1991. São Luís-MA (documento síntese).

_____. **II Encontro Interestadual de quebradeiras de coco babaçu (MA, PI, TO, PA)**. 12 a 14 de outubro de 1993. Teresina-PI (relatório).

_____. **V Encontro Interestadual de quebradeiras de coco babaçu (MA, PI, TO, PA)**. 8 a 10 de dezembro de 2004. São Luís-MA (relatório).

ESPÍNDOLA, Carlos José; SILVA, Marcos Aurélio. Formação Sócio-Espacial: Um referencial aos estudos sobre industrialização. **Publicações Gedri**. 2002. p.1-7

FENELON, Dea Ribeiro. **50 textos de história do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1974.

FERREIRA, Eudson de Castro. A Amazônia: À procura de alternativa. In.: RODRIGUES, Arlete Moysés. **Meio ambiente: Ecos da eco**. IFCH/Unicamp, nº 8, mar./1993. p.59-74.

FIGUEIREIDO, Luciene Dias. Uma experiência de assistência técnica no campo, em regiões de babaçuais, no Médio Mearim. In.: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, & SILVA, Miguel Henrique Pereira (orgs.). **O Maranhão na rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais**. São Luís-AM, CPT, cadernos Tempos Novos, 1998. p.191-196.

GARCIA, Afrânio. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p.154-189

GAYOSO, Raymundo Jozé de Souza. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão[...]**. Rio de Janeiro. Editora Livros do Mundo Inteiro, 1970.

GEORGE, Pierre. **A ação do homem**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

IBGE. **Censos Econômicos: Estado do Maranhão**. Rio de Janeiro. Vol. XII, Tomo 2. 1956

_____. **Censo Agrícola de 1960: Maranhão e Piauí**. Rio de Janeiro, Vol. II, Tomo 3, 1ª parte. 1962.

_____. **Censo Industrial: Maranhão**. Rio de Janeiro. 1973.

- _____. **Censo Agropecuário**: Maranhão. Rio de Janeiro. Vol. II, Tomo V. 1973.
- _____. **Censo Agropecuário**: Maranhão. Rio de Janeiro. Vol. 2, Tomo 3, nº 7, 1983
- _____. **Censo Agropecuário**: Maranhão. Rio de Janeiro. Vol. 2, Tomo 3. 1996.
- _____. **Anuário Estatístico do Brasil**: Maranhão. Rio de Janeiro, 1940.
- _____. **Anuário Estatístico do Brasil**: Maranhão. Rio de Janeiro, 1950.
- _____. **Anuário Estatístico do Brasil**: Maranhão. Rio de Janeiro, 1960.
- _____. **Censo demográfico**: Estado do Maranhão. Rio de Janeiro, IBGE. 1962.
- _____. **Censo demográfico**: Estado do Maranhão. Rio de Janeiro, IBGE. 1973.
- _____. **Censo demográfico**: Estado do Maranhão. Rio de Janeiro, IBGE, 1983.
- _____. **Censo demográfico**: Estado do Maranhão. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.
- _____. **Contagem da população**: Maranhão. 1996
- _____. **Contagem da População**: Maranhão. Rio de Janeiro, 1996.
- _____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1954- v.
- _____. **Produção extrativa vegetal**: Maranhão. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. **Séries estatísticas retrospectivas**. O BRASIL, SUAS RIQUEZAS NATURAIS, SUAS INDÚSTRIAS / Centro Industrial do Brasil: Tomo 1. Introdução, Indústria extrativa; Tomo 2. Indústria agrícola; Tomo 3. Indústria de transportes, Indústria fabril. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 2, T. 2. 1986.
- INCRA. **O Brasil desconcentrando as terras**: Índice de Gini. Brasília, Incra, 2001.
- _____. **Desapropriação de imóveis** – analítico. Brasília, mimeo. 2002.
- JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO**. Indústrias fecham as portas. São Luís-MA, 24 de dezembro de 1989.
- _____. Ameaçada quebra de coco em área de Santa Helena. São Luís-MA, 20 de janeiro de 1990.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna a crise da economia mundial. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MACFARLANE, Alan. **Família, propriedade e transição**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- MALUF, Renato Sérgio L. **A expansão do capitalismo no campo**: o arroz no Maranhão. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas Campinas, 1977.
- MARANHÃO (Governo). **Anuário Estatístico do Maranhão**. Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais e Informática. São Luís-MA. 1968.

MARANHÃO, Sílvio. Estado e Planejamento Regional: A experiência do Nordeste brasileiro. In.: MARANHÃO, Sílvio. **A questão Nordeste**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1984. p. 83-101.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação & violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil** (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. São Paulo. Bertrand Brasil. Livro Primeiro, vol. 2. 12ª edição. 1980.

MAY, Peter Herman. **Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu**. Trad. Linda Maria de Pontes Gondim. São Luís, EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. As relações de produção e o extrativismo do babaçu nos estados do MA, PI, PA, TO. In: **A Economia do babaçu**: Levantamento preliminar de dados. São Luís-MA, Balaios Typographia, 1999.

_____. **A TRANSFORMAÇÃO DA PECUÁRIA MARANHENSE SOB A AÇÃO GOVERNAMENTAL E AS FORÇAS DE MERCADO: RITMOS E RUMOS DA AÇÃO DO CAPITAL NO PERÍODO DE 1970 A 2000**. (Qualificação de Doutorado). São Luís. UFMA, 2004.

MINC, Carlos. **A reconquista da terra**: Estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores. 1985.

MIORIM, Vera Maria Favilha, BEZZI, Meri Lourdes, ZIBORDI, Antônio Francisco Guerreiro. A questão da reforma agrária no Estado brasileiro. in.: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**; CORREA, Walquiria Krüger; Pizzolatti. Roland Luiz. Anais ... Florianópolis: UFSC, CCH, [1988] 597 p. 544-558

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In.: **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v. 16. p.143-170.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: Transformações recentes. In.: ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

OLIVEIRA, Arisvalter Bezerra. **Entrevista com Arisvalter Bezerra Oliveira**. Entrevista concedida a José Costa Ayres Júnior. Pedreiras, 2005, fita de áudio, 120 min. Aprox.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica da razão dualista. **Estudos CEBRAP**, 2, 1972.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e

Terra. 1978.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Índice de Gini**. Brasília-DF. Disponível em http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Atica, 1993.

RÊGO, Josoaldo Lima. **Pensando o conceito de região no caso do processo de mobilização política do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB**. Relatório de Pesquisa/PIBIC/CNPq. São Luís-MA. 2004.

REYDON, Bastian. Síntese crítica do PNRA. in.: Leal, Laurindo (org.). **Reforma Agrária da Nova república: Contradições e alternativas**. São Paulo, Cortez/Educ, 1986.

RIZZINI, Carlos Toledo. **Botânica econômica brasileira**. São Paulo, EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Espaço, Meio ambiente e desenvolvimento: releituras do território. In.: **Terra Livre-AGB**. São Paulo. p. 77-90. nº 11-12. ago.92/ago.93.

ROSTOW, W. W.. **Etapas do desenvolvimento econômico: (um manifesto não-comunista)**. 5. ed. aumentada. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SÁ, F. Júnior. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. **Estudos CEBRAP**, 3, 1973.

SADER, Regina. Migração e violência – O caso da Pré-Amazônia Maranhense, in.: Território e cidadania: da luta pela terra ao direito a vida (**TERRA LIVRE**). São Paulo: Marco Zero : AGB, 1989. pp. 65-76

SANDRONI, Paulo. **Questão agrária e campesinato**. São Paulo, Polis, 1980.

_____. O PNRA, ou o reformismo conservador. In.: LEAL, Laurindo (org.). **Reforma agrária na nova república: contradições e alternativas**. São Paulo: Cortez/Educ. 1986.

SANTOS, Luiz A. de Castro. A vez da mulher camponesa: movimento social, identidade e saúde no Maranhão (um relato hirschmaniano). In.: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.20, n.1, jan./jun. 2003

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade do século XXI**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Milton de Almeida. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, 1977, p. 81- 99

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre. nº 21. p. 7-14. Ago./1996.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo:

Edusp, 2002.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo, EdUSP, 2004.

_____. O Dinheiro e o Território. In.: **Território territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SILVA, C. A. F. Corporação e rede na fronteira agrícola capitalista. In.: **Território territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SILVA, Jesus Alves. **Entrevista com Jesus Alves da Silva**. Entrevista concedida a José Costa Ayres Júnior. Lago do Junco, 2005. fita de áudio, 60 min. Aprox.

SILVA, José Graziano da (coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed São Paulo: Hucitec, 1980.

SILVA, Romildo dos Santos; TAVARES, João Claudino; AYRES JÚNIOR, José Costa. Reforma Agrária de mercado no Maranhão: estudo sobre o projeto piloto de reforma agrária Cédula da Terra. In: **VI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia Rural e Urbana**, 2002, Porto Alegre-RS. Anais do VI Congresso da ALASRU, 2002.

_____. A reforma agrária de mercado no Maranhão: estudo sobre o projeto piloto de reforma agrária Cédula da Terra. In: **29º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos**, 2002, São Paulo-SP, 2002b.

SILVEIRA, Márcio Rogério. **A importância geoeconômica das estradas de ferro para o Brasil e para Santa Catarina**: Um estudo de geografia dos transportes(Qualificação de Doutorado). Presidente Prudente. UNESP. Vol. 01, 2003.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2a ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1980.

SORRE, Maximilien. **Fundamentos biológicos de la Geografia Humana**; ensayo de una ecologia del hombre. Barcelona: Juventud, 1955.

SOUSA, Antônia Brito de; RAMOS, Maria Ivete; SANTOS, Diocina Lopes dos. A experiência da Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA): Participação das mulheres na construção da Proposta agroextrativista. In.: **Eqüidade de gênero e desenvolvimento sustentável dos territórios rurais**: documento-síntese do Seminário Internacional. São Luís-MA. 2004.

SOUZA, Maria Alaídes de. História sobre o pensamento de fabricação de sabonetes do grupo de Ludovico, In.: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. & SILVA, Miguel Henrique Pereira (orgs.). **O Maranhão em rota de colisão**: experiências camponesas versus políticas governamentais. São Luís-MA, CPT, Cadernos Tempos Novos, 1998. p. 171-180.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de geografia agraria brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VASCONCELOS, E M. **O poder que brota da dor e da opressão**: empowerment,

sua história, teorias e estratégias. São Paulo: Editora Paulus; 2003.

VELHO, Otávio Guilherme. **Sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

VICTOR, Andréa Dias; SAUER, Sérgio. **Estudo sobre a política do Banco Mundial para o setor agrário brasileiro com base no caso do Projeto Cédula da Terra** (relatório de pesquisa). Brasília. CPT/MST/FIAN-Brasil/Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. 2002.

VITAL, Raimundo dos Santos. **Entrevista com Raimundo Vital dos Santos**. Entrevista concedida a José Costa Ayres Júnior. Pedreiras, 2005, fita de áudio, 45 min. Aprox.

WADDINGTON, May. **Roça Crua**: as roças orgânicas das quebradeiras de coco do Maranhão. Rio de Janeiro, MW Projetos Socioambientais. 2004, fita de vídeo. 31 min.

WAIBEL, Leo II. As zonas pioneiras do Brasil. In.: **Revista Brasileira de Geografia**. ano XVII; out.-dez./1955; nº 4; p.3-36.

WIKIPÉDIA. Guerra Civil Americana. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Guerra_Civil_Americana&oldid=3369724>. Acesso em: 6 Out. 2006

ANEXO I – TABELAS

TABELA 9 Área plantada com arroz, feijão, milho, mandioca, algodão e cana-de-açúcar - 1950

Unidades	Arroz	Algodão	Cana-de-açúcar	Feijão	Mandioca	Milho
Estado	201.720	74.391	5.564	44.170	69.468	127.739
Amarante do Maranhão						
Arari	1.864 -		34	105	241	344
Bacabal	17.055	18.253	142	6.663	2.153	15.141
Barra do Corda	5.921	3.676	120	959	1.429	5.949
Esperantinópolis						
Grajaú	3.328	410	104	825	781	1.901
Ipixuna	11.273	9.315	183	1.873	1.540	9.438
Lago da Pedra						
Mirador	3.825	1.206	219	487	864	1.587
Pedreiras	20.125	12.870	773	11.585	2.489	18.495
Pio XII						
Presidente Dutra	9.395	4.829	73	5.548	1.227	7.536
Tuntum						
Vitória do Mearim	3.293	1.361	24	569	522	1.780
Vitorino Freire						

FONTE: IBGE, 1955

Obs.: Áreas com somatório de Cultivos simples e Associados

TABELA 10 Área plantada com arroz, feijão, milho, mandioca, algodão e cana-de-açúcar - 1970

Unidades	arroz	algodão (t)	cana-de-açúcar	Feijão	mandioca	milho
Estado	482.271	44.531	7.545	74.774	154.145	360.769
Amarante do Maranhão (3)	4.583	225	50	413	944	3.130
Arari (1)	2.619	3	12	420	674	1.793
Bacabal (6)	9.068	3	12	3.841	2.303	7.747
Barra do Corda (4)	18.028	7.356	178	1.938	3.976	12.178
Esperantinópolis (6)	9.710	1.638	34	856	272	7.085
Grajaú (4)	10.455	2.174	88	2.368	2.224	7.351
Igarapé Grande *	4.345	4		507	696	2.867
Ipixuna	7.474	30	14	1.730	1.691	5.901
Joselândia *	6.061	756	3	295	134	3.755
Lago da Pedra (2)	22.077	79	17	1.405	2.066	14.317
Lago do Junco *	5.020	8	270	420	500	2.897
Lago Verde *	2.564	1	95	379	837	1.449
Lima Campos *	2.949	10	3	678	171	2.250
Mirador	3.237	737	115	423	996	2.221
Olho D'Água das Cunhãs *	4.956	3	7	2.523	1.482	3.357
Pedreiras (6)	4.693	2	55	682	213	3.344
Pio XII (6)	6.503		48	1.630	1.491	3.849
Poção de Pedras *	14.042	9	24	1.199	638	7.446
Presidente Dutra (5)	7.445	1.253	75	1.115	291	6.447
Santo Antônio dos Lopes *	6.050	91	263	583	185	4.775
São Luiz Gonzaga do Maranhão *						
São Mateus do Maranhão *	1.662			201	539	1.223
Tuntum (5)	7.244	3.461	63	1.421	934	6.034
Vitória do Mearim	4.478		24	327	2.958	2.324
Vitorino Freire (2)	8.482	100	66	2.184	1.534	6.373

FONTE: IBGE, 1973

Obs.: Municípios que tiveram alteradas suas microrregiões: 1) Baixada ocidental Maranhense; 2) Pindaré; 3) Imperatriz; 4) Alto Mearim e Grajaú; 5) Médio Mearim; 6) Mearim

Obs.: * 0 Municípios criados no interstício do censo agropecuário de 1970 e 1980.

TABELA 11 Área plantada com arroz, feijão, milho, mandioca, algodão e cana-de-açúcar - 1980

Unidades	Arroz	Algodão (t)	Cana-de-açúcar	Feijão	Mandioca	Milho
Estado	737.753	1.472	10.970	91.281	110.650	416.541
Amarante do Maranhão (3)	5.175	3	4	199	352	2.557
Arari (1)	5.907	14	0	1.389	178	2.272
Bacabal (6)	8.847	1	5	3.060	471	4.026
Barra do Corda (4)	29.174	103	107	2.274	1.589	18.459
Esperantinópolis (6)	16.835	176	0	2.318	104	14.797
Grajaú (4)	24.070	13	36	1.856	397	13.167
Igarapé Grande *	3.782	0	0	418	43	1.874
Ipixuna						
Joselândia *	6.360	75	0	769	95	4.651
Lago da Pedra (2)	20.777	27	0	2.807	270	17.223
Lago do Junco *	4.740	0	73	1.031	114	2.077
Lago Verde *	2.293	0	2	558	102	890
Lima Campos *	2.999	0	3	368	38	1.200
Mirador						
Olho D'Água das Cunhãs *	2.674	0	15	1.440	99	1.665
Pedreiras (6)	3.758	0	46	326	44	1.783
Pio XII (6)	3.781	0	43	768	457	1.974
Poção de Pedras *	10.891	0	23	1.426	134	8.299
Presidente Dutra (5)	9.911	44	9	657	20	5.736
Santo Antônio dos Lopes *	8.618	3	99	690	35	4.382
São Luiz Gonzaga do Maranhão *	8.841	0	0	2.229	398	5.114
São Mateus do Maranhão *	3.385	0	0	900	216	2.234
Tuntum (5)	11.612	234	31	986	335	8.134
Vitória do Mearim	7.553	0	12	755	2.804	3.307
Vitorino Freire (2)	5.622	0	7	900	204	2.753

FONTE: IBGE, 1983

Obs.: Municípios que tiveram alteradas suas microrregiões: 1) Baixada ocidental Maranhense; 2) Pindaré; 3) Imperatriz; 4) Alto Mearim e Grajaú; 5) Médio Mearim; 6) Mearim

Obs.: * - Municípios criados no interstício do censo agropecuário de 1970 e 1980.

TABELA 12 Condição legal das terras - 1950

Unidades	Próprias		Arrendadas		Ocupadas	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Estado	27.862	8.826.226	5.826.226	116.579	61.915	557.181
Arari	202	4.049	0	0	186	4.452
Bacabal	18	461	239	454	6.661	20.523
Barra do						
Corda	504	24.665	2	634	2.769	6.938
Grajaú	1.003	927.201	9	38	269	33.779
Ipixuna	50	4.244	1.887	5.082	2.500	10.264
Mirador	322	141.450	1	200	30	10.630
Pedreiras	17	2.159	109	909	9.043	35.079
Presidente						
Dutra	48	3.642	0	0	4.586	13.112
Vitória do						
Mearim	137	37.868	1	13	1.795	12.885

FONTE: IBGE, 1955

Obs.: Exclusive Próprias e arrendadas, próprias e ocupadas e, arrendadas e ocupadas

TABELA 13 Condição legal das terras - 1960

Unidades	Próprias		Arrendadas		Ocupadas	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Estado	33.936	69.881	88.013	462.135	138.745	692.902
Amarante do Maranhão	1.104	39.456	1	2	341	6.913
Arari	35	6.808	30	21	2.346	1.519
Bacabal	58	6.629	2.671	4.800	12.274	36.757
Barra do Corda	103	3.960	19	41	7.704	17.889
Esperantinópolis	9	482	3	7	4.127	11.734
Grajaú	1.711	235.462	0	0	1.346	7.111
Ipixuna	133	0	6.823	13.117	3.684	22.119
Lago da Pedra	0	29.430	0	0	4.679	34.264
Mirador	780	300.262	6	2.410	11	7.884
Pedreiras	1.579	20.670	3.126	10.144	9.801	42.659
Pio XII	1	1.602	0	0	4.465	12.084
Presidente Dutra	4	5.495	5	10	5.528	14.458
Tuntum	100	5.885	2	13	4.521	12.526
Vitória do Mearim	159	1.602	4	44	4.894	24.066
Vitorino Freire	1.326	4.635	0	0	8.097	29.121

FONTE: IBGE, 1962

Obs.: Exclusive Próprias e arrendadas, próprias e ocupadas e, arrendadas e ocupadas

TABELA 14 Condição legal das terras - 1970

Unidades	Próprias		Arrendadas		Ocupadas	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Estado	46.943	9.037.799	156.809	387.716	190.413	1.149.112
Amarante do Maranhão (3)	515	104.126	-	-	1.671	7.627
Arari (1)	128	22.624	1.662	1.753	1.155	992
Bacabal (6)	593	116.894	3.975	6.407	1.609	3.719
Barra do Corda (4)	384	78.970	38	4.009	9.011	29.539
Esperantinópolis (6)	941	34.523	10	53	4.196	9.918
Grajaú (4)	1.139	461.032	-	-	3.513	43.756
Igarapé Grande *	873	58.427	1.080	1.967	286	1.782
Ipixuna	332	91.757	5.224	7.812	294	1.237
Joselândia *	-	-	41	70	3.769	8.150
Lago da Pedra (2)	1.566	152.945	6	11	5.295	48.003
Lago do Junco *	906	52.539	992	1.985	235	537
Lago Verde *	46	24.090	1.136	2.055	421	833
Lima Campos *	243	21.238	916	1.721	636	1.267
Mirador	641	235.235	1.384	17.502	355	6.805
Olho D'Água das Cunhãs *	285	41.675	1.126	1.808	1.560	7.904
Pedreiras (6)	839	28.572	1.661	2.032	565	2.324
Pio XII (6)	238	21.613	-	-	4.685	9.041
Poção de Pedras *	2.120	89.930	329	634	1.870	14.721
Presidente Dutra (5)	636	49.536	2.175	3.415	3.472	8.042
Santo Antônio dos Lopes *	446	54.841	2.786	5.810	431	1.668
São Luiz Gonzaga do Maranhão *						
São Mateus do Maranhão *	79	71.335	1.613	1.912	234	862
Tuntum (5)	372	64.795	816	2.564	3.371	11.122
Vitória do Mearim	161	82.380	5.690	5.944	2.835	4.221
Vitorino Freire (2)	378	36.969	463	892	4.413	49.439

FONTE: IBGE, 1973

Obs.: Municípios que tiveram alteradas suas microrregiões: 1) Baixada ocidental Maranhense; 2) Pindaré; 3) Imperatriz; 4) Alto Mearim e Grajaú; 5) Médio Mearim; 6) Mearim

Obs.: * - Municípios criados no interstício do censo agropecuário de 1970 e 1980.
Obs.: Exclusive Próprias e arrendadas, próprias e ocupadas e, arrendadas e ocupadas

TABELA 15 Condição legal das terras - 1980

Unidades	Próprias		Arrendadas		Ocupadas	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Estado	80.050	13.446.914	224.817	488.637	10.687	187.457
Amarante do Maranhão (3)	1.136	179.309	137	289	1.758	4.663
Arari (1)	234	62.674	2.395	3.908	1.428	2.760
Bacabal (6)	878	166.436	4.355	7.348	1.268	2.345
Barra do Corda (4)	2.523	313.537	1.413	4.629	4.918	19.649
Esperantinópolis (6)	1.349	69.942	1.933	4.090	3.228	10.011
Grajaú (4)	1.218	568.689	33	3.289	4.917	161.376
Igarapé Grande *	590	57.431	1.249	2.220	380	783
Ipixuna						
Joselândia *	894	47.249	1.328	2.518	803	1.585
Lago da Pedra (2)	1.388	178.770	4.002	8.404		
Lago do Junco *	570	45193	1647	2585	135	255
Lago Verde *	81	27546	1038	1451	323	696
Lima Campos *	260	24798	994	1729	860	1952
Mirador						
Olho D'Água das Cunhãs *	363	55017	1220	1459	196	262
Pedreiras (6)	666	39.365	1.632	1.938	772	1.097
Pio XII (6)	816	44.556	871	1.533	394	1.361
Poção de Pedras *	1391	77286	2378	4560	486	1639
Presidente Dutra (5)	701	201.224	3.388	5.669	761	3.181
Santo Antônio dos Lopes *	422	54180	2232	5275	569	1798
São Luiz Gonzaga do Maranhão *	426	71033	4231	6666	579	1409
São Mateus do Maranhão *	115	45838	2051	3534	169	1375
Tuntum (5)	1.017	153.462	2.989	5.860	1.930	6.259
Vitória do Mearim	474	114.995	6.230	9.967	1.481	3.963
Vitorino Freire (2)	813	96.115	964	1.761	436	1.410

FONTE: IBGE, 1983

Obs.: Municípios que tiveram alteradas suas microrregiões: 1) Baixada ocidental Maranhense; 2) Pindaré; 3) Imperatriz; 4) Alto Mearim e Grajaú; 5) Médio Mearim; 6) Mearim

Obs.: * - Municípios criados no interstício do censo agropecuário de 1970 e 1980.

Obs.: Exclusive Próprias e arrendadas, próprias e ocupadas e, arrendadas e ocupadas

TABELA 16 Utilização das terras - 1950

Unidades	Totais		Lavouras		Pastagem		Matas		Terras incultas	
	Estab.	Área Total	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Naturais	Reflorestadas		
Estado	95.156	9.538.144	14.213	314.501	3.454.444	40.820	2.361.697	3.979	2.407.845	
Arari	388	8.501		189	1.272	4.795	230	851	31	515
Bacabal	6.918	21.438		127	17.665	199	441	303	24	389
Barra do Corda	3.276	32.249		369	6.467	17.886	746	3.721	1	2.331
Grajaú	1.281	961.018		96	3.369	358.094	2.313	358.370	0	120.595
Ipixuna	4.437	57.790		179	11.731	11.872	2.924	9.868	54	17.963
Mirador	353	152.280		211	3.235	42.067	618	11.318	0	79.857
Pedreiras	9.169	38.147		416	20.761	2.118	357	3.197	8	8.329
Presidente Dutra	4.634	16.754		164	10.106	3.029	28	533	28	1.166
Vitória do Mearim	1.933	50.766		16	2.138	5.442	170	33.344	0	7.821

FONTE: IBGE, 1956

TABELA 17 Utilização das terras – 1960

Unidades	Totais		Lavouras		Pastagem		Matas		Terras incultas
	Estab.	Área	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Naturais	Reflorestadas	
Estado	261.865	8.215.613	30.830	864.814	2.323.264	150.763	2.068.385	103.388	1.993.178
Amarante do Maranhão	1.440	46.631	117	1.796	9.962	785	11.370	100	11.348
Arari	2.411	1.647	-	1.445	202	-	-	-	-
Bacabal	15.005	48.373	583	32.696	5.632	3.836	1.717	1.510	2.357
Barra do Corda	7.837	22.275	271	17.086	1.064	1.264	2.437	-	95
Esperantinópolis	4.139	12.223	20	9.435	413	1.691	540	4	111
Grajaú	3.131	248.141	553	9.135	91.177	7.439	26.514	714	61.278
Ipixuna	10.540	41.865	230	21.825	1.107	11.852	894	25	5.486
Lago da Pedra	4.579	34.264	143	13.873	6.192	12.980	360	30	686
Mirador	782	314.080	937	24.797	103.504	13.027	48.160	4.425	84.964
Pedreiras	14.005	86.126	1.902	40.018	7.630	5.329	20.344	420	9.445
								5.000	-
Pio XII	4.166	32.754	202	10.996	364	792	15.400		
Presidente Dutra	5.537	19.963	182	10.283	1.343	2.592	1.371	-	4.162
Tuntum	4.652	18.956	59	12.391	773	932	4.135	107	558
Vitória do Mearim	5.058	25.785	210	7.980	12.772	79	4.683	-	24
Vitorino Freire	9.423	33.756	116	29.882	1.311	2.380	45	3	-

FONTE: IBGE, 1962

TABELA 18 Utilização das terras - 1970

Unidades	Totais		Lavouras		Pastagem		Matas		Produtivas Não Utilizadas
	Estab.	Área	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Naturais	Reflorestadas	
Estado	396.761	10.794.912	33.903	729.402	2.717.990	634.787	1.924.083	8.620	3.944.157
Amarante do Maranhão (3)	2.186	111.753	362	5.082	24.696	3.976	13.327	56	44.924
Arari (1)	2.970	110	71	3.099	12.386	229	3.261	3	14.651
Bacabal (6)	6.211	555	446	10.635	15.484	24.084	10.732	265	60.350
Barra do Corda (4)	9.435	1.458	939	22.234	21.946	6.022	9.381	56	43.859
Esperantinópolis (6)	5.159	365	293	11.913	1.024	12.669	1.926	25	15.866
Grajaú (4)	4.654	507.838	987	12.141	138.335	18.785	93.377	208	175.622
Igarapé Grande *	2.266	66.114	479	6.025	2.757	15.981	2.256	65	36.141
Ipixuna	5.873	100.923	125	9.861	12.639	6.165	32.342	347	36.624
Joselândia *	3.810	8.220	73	6.790	33	1.024	24	0	276
Lago da Pedra (2)	6.937	206.477	153	24.921	1.989	57.744	50.262	206	64.681
Lago do Junco *	2.203	58.947	130	6.829	463	29.169	2.168	37	18.578
Lago Verde *	1.603	26.978	81	2.976	3.306	3.575	5.150	8	9.956
Lima Campos *	1.804	24.389	556	3.252	751	2.054	1.822	25	15.388
Mirador	2.390	260.863	295	8.761	54.846	1.377	54.591	368	114.440
Olho D'Água das Cunhãs *	3.022	53.190	136	5.599	3.829	19.429	523	70	22.483
Pedreiras (6)	3.076	33.504	1.393	4.849	1.257	6.903	414	42	17.574
Pio XII (6)	4.928	30.821	143	7.107	5.594	7.724	688	51	8.840
Poção de Pedras *	4.333	111.024	1.527	17.222	6.835	29.685	8.255	597	42.381
Presidente Dutra (5)	6.483	65.716	650	11.440	4.339	10.615	5.485	12	30.802
Santo Antônio dos Lopes *	3.760	65.236	254	7.756	3.283	4.325	3.099	140	44.241
São Luiz Gonzaga do Maranhão *									
São Mateus do Maranhão *	1.928	74.255	6	2.470	43.170	3.167	7.391	0	16.671
Tuntum (5)	4.662	98.487	497	13.305	6.998	7.230	16.884	38	51.095
Vitória do Mearim	8.689	94.341	235	8.530	29.060	6.315	22.899	62	22.306
Vitorino Freire (2)	5.279	87.870	234	10.686	2.621	28.918	489	2	43.395

FONTE: IBGE, 1973

Obs.: Municípios que tiveram alteradas suas microrregiões: 1) Baixada ocidental Maranhense; 2) Pindaré; 3) Imperatriz; 4) Alto Mearim e Grajaú; 5) Médio Mearim; 6) Mearim

Obs.: * - Municípios criados no interstício do censo agropecuário de 1970 e 1980.

TABELA 19: UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - 1980

Unidades	Totais		Lavouras		Pastagem		Matas		Produtivas Não Utilizadas
	Informantes	Área	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Naturais	Reflorestadas	
Estado	496.758	15.134.237	62.558	1.342.446	2.690.740	2.158.366	3.433.398	5.095	3.810.430
Amarante do Maranhão (3)	3.043	184.995	189	9.348	13.428	24.711	110.722	0	14.823
Arari (1)	4.064	72.568	405	9.748	27.507	4.916	7.777	0	10.826
Bacabal (6)	6.594	188.875	639	19.649	26.477	77.187	13.544	114	25.526
Barra do Corda (4)	9.881	393.665	2.704	45.526	54.975	31.695	132.109	251	81.640
Esperantinópolis (6)	6.692	93.972	494	23.042	10.277	19.672	10.016	0	12.008
Grajaú (4)	6.176	735.142	1.202	37.802	60.625	73.786	280.054	60	219.605
Igarapé Grande *	2.252	61.260	260	5.361	4.440	33.861	2.016	0	5.976
Ipixuna									
Joselândia *	3.077	52.311	184	8.476	1.067	10.047	8.003	9	11.649
Lago da Pedra (2)	7.724	207.949	446	28.952	7.304	57.667	53.045	3	26.476
Lago do Junco *	2.392	48.751	100	6.048	713	30.422	698	0	4.520
Lago Verde *	1.447	30.718	13	3.272	3.312	10.437	837	3	4.969
Lima Campos *	2.129	30.577	470	4.627	576	9.156	619	0	10.228
Mirador	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Olho D'Água das Cunhãs *	1.836	64.625	238	4.572	11.802	36.447	2.436	1	3.593
Pedreiras (6)	3.132	47.317	1.289	5.143	6.503	14.770	4.538	1	6.467
Pio XII (6)	2.087	51.331	592	5.485	6.980	22.864	2.348	36	6.443
Poço de Pedras *	4.498	87.921	618	11.253	677	42.021	1.888	0	13.221
Presidente Dutra (5)	5.022	214.834	283	13.050	4.201	21.163	84.901	0	84.992
Santo Antônio dos Lopes *	3.310	65.361	191	9.840	5.823	16.833	2.946	0	10.391
São Luiz Gonzaga do Maranhão *	5.282	82.006	310	12.096	9.008	19.092	5.001	21	14.402
São Mateus do Maranhão *	2.337	51.006	93	4.296	22.094	5.066	595	0	7.971
Tuntum (5)	5.995	168.936	495	17.749	11.761	28.736	56.608	0	21.158
Vitória do Mearim	8.203	132.870	968	15.744	34.269	16.598	22.053	1.030	14.798
Vitorino Freire (2)	2.366	100.830	314	7.563	10.499	49.099	5.288	2	12.911

FONTE: IBGE, 1983

Obs.: Municípios que tiveram alteradas suas microrregiões: 1) Baixada ocidental Maranhense; 2) Pindaré; 3) Imperatriz; 4) Alto Mearim e Grajaú; 5) Médio Mearim; 6) Mearim

Obs.: * - Municípios criados no interstício do censo agropecuário de 1970 e 1980.

TABELA 20: Estratos de área dos estabelecimentos e total de área em cada estrato – 1950

Estado	Totais.		Estratos de área								
	Estab	Área	10 <	10 < 100	100 < 200	200 < 500	500 < 1000	1000 < 2000	2000 < 5000	5000 < 10000	10000 <
Maranhão	95.105	9.538.144	188.856	353.401	454.406	1.125.552	1.519.075	1.526.384	1.835.498	1.035.969	1.499.003
Arari	388	8.501	1.223	3.333	1.462	689	1.794	-	-	-	-
Bacabal	6.918	21.438	19.294	1.680	114	350	-	-	-	-	-
Barra do Corda	3.276	32.249	6.623	6.149	2.259	9.384	1.784	3.630	2.420	-	-
Grajaú	1.281	961.018	1.102	5.751	15.147	73.145	275.560	193.575	303.136	80.837	12.765
Ipixuna	4.437	57.790	11.249	3.564	1.645	3.421	1.856	3.203	15.295	-	17.557
Mirador	353	152.280	43	3.875	11.988	37.366	25.591	24.039	19.741	29.637	-
Pedreiras	9.169	38.147	25.457	9.088	1.405	976	1.221	-	-	-	-
Presidente Dutra	4.634	16.754	12.003	2.181	-	-	605	1.965	-	-	-
Vitória do Mearim	1.933	50.766	2.600	3.401	3.429	1.609	3.149	12.806	6.897	16.875	-

FONTE: IBGE, 1956

TABELA 21: Estratos de área dos estabelecimentos e total de área em cada estrato – 1960

Unidade	Total		Estratos de área									
	Estab.	Área	10 <	10 < 100	100 < 200	200 < 500	500 < 1000	1000 < 2000	2000 < 5000	5000 < 10000	10000 <	
Estado		8.215.61										
	261.865	3	522.300	660.002	531.540	1.290.698	1.380.826	1.214.455	1.431.993	531.562	653.237	
Amarante do Maranhão	1.449	46.631	1.171	25.880	9.085	4.835	5.660	-	-	-	-	-
Arari	2.411	1.647	1.585	62	0	0	0	-	-	-	-	-
Bacabal	15.005	48.373	32.271	4.431	1.798	2.472	605	3.166	3.630	-	-	-
Barra do Corda	7.837	22.275	16.791	3.067	505	242	1.670	-	-	-	-	-
Esperantinópolis	4.139	12.223	9.558	1.538	582	545	0	-	-	-	-	-
Grajaú	3.131	248.141	3.893	48.716	23.892	32.366	39.814	44.413	45.040	10.007	-	-
Ipixuna	10.640	41.865	20.786	7.849	2.194	2.598	3.238	1.214	3.990	-	-	-
Lago da Pedra	4.679	34.264	11.421	12.505	4.221	2.480	3.637	0	0	-	-	-
Mirador	782	314.080	232	9.893	11.924	64.187	87.580	81.366	52.998	5.900	-	-
Pedreiras	14.885	86.126	37.578	18.172	6.073	9.576	4.594	1.255	8.878	-	-	-
Pio XII	4.466	32.754	10.838	1.140	106	0	-	-	-	-	20.670	-
Presidente Dutra	5.537	19.963	11.547	2.189	657	545	-	-	-	5.025	-	-
Tuntum	4.652	18.956	12.599	1.677	180	0	36.586	3.200	0	0	-	-
Vitória do Mearim	5.058	25.785	8.242	1.065	653	0	120	2.948	5.513	6.164	-	-
Vitorino Freire	9.423	33.756	27.346	5.120	1.054	236	-	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE, 1962

TABELA 22: Estratos de área dos estabelecimentos e total de área em cada estrato – 1970

Unidade	Estratos de área										
	Estab.	Área	10 <	10 < 100	100 < 200	200 < 500	500 < 1000	1000 < 2000	2000 < 5000	5000 < 10000	10000 <
Estado	396.761	10.794.912	603.227	1.105.287	949.487	1.945.094	1.686.807	1.562.817	1.674.488	807.695	460.011
Amarante do Maranhão (3)	2.186	111.753	4.468	11.567	17.588	32.683	27.429	15.698	2.321	-	-
Arari (1)	2.970	35.732	2.895	1.778	2.177	3.736	8.317	2.864	8.965	5.000	-
Bacabal (6)	6.211	128.154	8.767	14.822	17.978	22.229	19.825	12.462	16.898	15.174	-
Barra do Corda (4)	9.435	112.525	22.143	9.378	3.396	11.070	5.725	8.498	26.298	15.125	10.890
Esperantinópolis (6)	5.159	44.644	10.706	12.671	6.752	8.137	2.178	1.000	3.200	-	-
Grajaú (4)	4.654	507.838	10.174	31.415	35.970	97.110	105.397	120.723	61.464	-	15.587
Igarapé Grande *	2.266	66.114	3.139	19.938	8.976	11.173	12	3.474	4.000	7.000	-
Ipixuna	5.873	100.923	8.258	9.489	7.965	17.816	15	18.555	13.546	14.875	-
Joselândia *	3.810	8.220	6.503	1.719	-	-	-	-	-	-	-
Lago da Pedra (2)	6.937	206.477	17.415	69.911	34.991	53.980	32	4.313	5.142	-	-
Lago do Junco *	2.203	58.947	3.762	12.773	15.627	14.247	14	1.500	-	-	-
Lago Verde *	1.603	26.978	2.542	678	1.108	2.444	14	5.329	5.238	-	-
Lima Campos *	1.804	24.389	2.732	6.649	2.787	4.005	3	2.973	3.327	-	-
Mirador	2.390	260.863	6.512	12.422	8.767	41.066	105	62.755	34.279	24.300	-
Olho D'Água das Cunhãs *	3.022	53.190	4.326	11.361	8.758	7.625	10	8.067	5.936	-	-
Pedreiras (6)	3.076	33.504	4.107	16.052	4.810	4.564	4	1.281	-	-	-
Pio XII (6)	4.928	30.821	6.880	7.656	3.634	4.896	4	2.420	2.952	-	-
Poção de Pedras *	4.333	111.024	9.133	38.261	12.192	19.198	12	8.745	6.000	10.290	-
Presidente Dutra (5)	6.483	65.716	10.778	13.203	8.742	14.162	13	6.000	3.966	-	-
Santo Antônio dos Lopes *	3.760	65.236	5.701	13.268	12.233	14.363	14	6.168	3.590	-	-
São Luiz Gonzaga do Maranhão *	1.928	74.255	2.142	817	2.268	6.107	8	4.350	19.700	20.148	13.154
Tuntum (5)	4.662	98.487	10.207	10.582	11.833	22.170	29	11.765	10.856	0	0
Vitória do Mearim	8.689	94.341	7.700	2.080	2.134	9.527	18	22.808	21.847	5.480	10.000
Vitorino Freire (2)	5.279	87.870	8.781	29.289	14.203	16.673	10	4.356	-	7.638	-

FONTE: IBGE, 1973

Obs.: Municípios que tiveram alteradas suas microrregiões: 1) Baixada ocidental Maranhense; 2) Pindaré; 3) Imperatriz; 4) Alto Mearim e Grajaú; 5) Médio Mearim; 6) Mearim

Obs.: * - Municípios criados no interstício do censo agropecuário de 1970 e 1980.

TABELA 23: Grupos de área total – 1980

Unidade	Totais		Estratos de área								
	Estab.	Área	10 <	10 < 100	100 < 200	200 < 500	500 < 1000	1000 < 2000	2000 < 5000	5000 < 10000	10000 <
Estado	496.758	15.134.237	723.199	1.978.884	1.411.482	2.442.857	1.944.690	1.787.609	2.032.835	1.134.269	1.678.404
Amarante do Maranhão (3)	3.043	184.995	4.276	28.854	27.426	46.004	24.406	16.191	31.833	6.000	-
Arari (1)	4.064	72.568	5.520	2.905	7.062	11.161	7.611	3.505	20.201	14.600	-
Bacabal (6)	6.594	188.875	6.896	15.101	18.002	32.688	21.712	32.978	33.743	26.750	-
Barra do Corda (4)	9.881	393.665	14.482	147.244	41.176	22.899	18.041	48.129	39.881	23.395	38.410
Esperantinópolis (6)	6.692	93.972	12.538	35.137	16.787	13.312	6.377	1.872	7.946	-	-
Grajaú (4)	6.176	735.142	12.761	64.688	55.905	106.146	103.706	97.790	104.133	25.496	164.512
Igarapé Grande *	2.252	61.260	2.939	14.504	8.719	12.356	7.906	12.025	2.807	-	-
Ipixuna											
Joselândia *	3.077	52.311	4.530	26.541	6.040	5.403	-	1.925	7.868	-	-
Lago da Pedra (2)	7.724	207.949	13.863	35.911	32.581	48.351	25.640	11.440	2.500	7.306	30.352
Lago do Junco *	2.392	48.751	3.173	12.801	9.992	12.008	5.623	5.150	-	-	-
Lago Verde *	1.447	30.718	1.706	1.034	2.596	5.264	7.112	5.403	2.600	5.000	-
Lima Campos *	2.129	30.577	3.401	5.911	4.042	5.364	2.823	2.714	6.316	-	-
Mirador											
Olho D'Água das Cunhãs *	1.836	64.625	1.982	7.155	8.445	10.573	7.311	11.118	12.426	5.610	-
Pedreiras (6)	3.132	47.317	3.736	13.578	7.195	7.924	4.558	4.022	-	6.300	-
Pio XII (6)	2.087	51.331	3.333	11.524	4.795	6.256	9.737	2.478	7.654	5.549	-
Poção de Pedras *	4.498	87.921	6.649	32.427	16.047	17.620	8.263	6.909	-	-	-
Presidente Dutra (5)	5.022	214.834	7.574	21.779	11.490	18.857	5.539	6.904	5.450	-	137.237
Santo Antônio dos Lopes *	3.310	65.361	5.393	14.379	13.539	12.889	12.978	6.178	-	-	-
São Luiz Gonzaga do Maranhão *	5.282	82.006	7.626	10.868	11.937	18.934	12.889	8.342	4.305	7.100	-
São Mateus do Maranhão *	2.337	51.006	3.270	1.191	3.523	3.475	3.622	5.921	7.643	5.900	16.458
Tuntum (5)	5.995	168.936	9.947	20.653	18.210	25.333	23.541	16.289	11.936	6.836	36.186
Vitória do Mearim	8.203	132.870	12.590	6.697	7.095	13.641	13.228	20.861	24.400	20.335	14.000
Vitorino Freire (2)	2.366	100.830	3.215	19.209	13.059	24.905	11.121	7.502	4.354	7.462	10.000

FONTE: IBGE, 1983

Obs.: Municípios que tiveram alteradas suas microrregiões: 1) Baixada ocidental Maranhense; 2) Pindaré; 3) Imperatriz; 4) Alto Mearim e Grajaú; 5) Médio Mearim; 6) Mearim

Obs.: * - Municípios criados no interstício do censo agropecuário de 1970 e 1980.

TABELA 24: Estratos de área dos estabelecimentos e total de área em cada estrato - 1996

Unidades	Estratos de área						S/D
	> 10	10 > 100	100 > 200	200 > 500	500 > 2000	> 2000	
Maranhão	272.100	59.360	11.207	7.267	3.370	633	14.254
Amarante do Maranhão	1.473	1.839	235	176	45	6	0
Arari	1.435	67	35	31	28	4	59
Bacabal	3.180	488	108	92	51	4	993
Barra do Corda	2.926	2.194	334	109	46	9	6
Esperantinópolis	1.956	889	94	44	8	1	0
Grajaú	3.022	1.865	431	279	105	14	2
Igarapé Grande	947	300	53	34	19	1	398
Joselândia	1.391	500	67	29	1	1	64
Lago da Pedra	2.966	575	142	94	30	1	778
Lago do Junco	1.188	233	46	25	7	0	463
Lago Verde	1.084	237	31	19	16	2	213
Lima Campos	1.187	347	32	13	2	1	72
Mirador	2.235	336	128	117	59	9	1
Olho d'Água das Cunhãs	972	156	46	41	18	3	107
Pedreiras	1.111	387	48	25	7	0	90
Pio XII	1.397	343	55	27	11	3	629
Poção de Pedras	2.264	607	89	22	8	0	386
Presidente Dutra	3.265	476	123	57	22	2	8
Santo Antônio dos Lopes	1.330	347	134	58	6	1	140
São Luís Gonzaga do Maranhão	3.175	440	107	38	21	2	92
São Mateus do Maranhão	1.535	89	31	33	10	3	65
Tuntum	2.955	642	175	134	52	11	0
Vitória do Mearim	4.850	393	67	43	23	8	389
Vitorino Freire	1.840	514	106	58	14	1	450

FONTE: IBGE, 1996

TABELA 25: Estratos de área cultivadas com lavouras e total de área em cada estrato - 1950

Unidades	Totais		Estratos de área							
	Estab.	Total	< 1	1 < 2	2 < 5	5 < 10	10 < 20	20 < 50	50 < 100	100 <
Estado	95.165	92.240	18.941	35.590	30.831	3.711	886	246	34	30
Arari	388	318	51	33	152	66	10	-	-	-
Bacabal	6.918	6.831	721	2.748	3.182	163	11	3	-	-
Barra do Corda	3.276	3.266	514	1.511	1.117	114	9	1	-	-
Grajaú	1.281	1.266	390	492	287	44	1	-	-	-
Ipixuna	4.437	4.409	264	1.949	1.948	218	22	1	-	-
Mirador	353	344	7	17	92	117	68	13	4	-
Pedreiras	9.169	9.145	1.384	3.379	3.957	362	51	10	1	-
Presidente								-	-	-
Dutra	4.634	4.602	542	2.004	1.925	119	12			
Vitória do								-	-	-
Mearim	1.933	1.921	1.089	585	183	15	3			

FONTE: IBGE, 1956

TABELA 26: Estratos de área cultivadas com lavouras e total de área em cada estrato - 1960

Unidade	Estratos de área									
	Estab.	Total	< 1	1 < 2	2 < 5	5 < 10	10 < 20	20 < 50	50 < 100	100 <
Maranhão	261.865	257.860	42.141	92.561	95.372	18.310	5.801	2.358	702	615
Amarante do Maranhão	1.449	1.426	186	867	366	6	1	-	-	-
Arari	2.411	2.387	2.315	70	1	-	1	-	-	-
Bacabal	15.005	14.898	2.175	6.378	5.832	456	44	10	1	2
Barra do Corda	7.837	7.828	1.489	3.370	2.567	339	55	8	-	-
Esperantinópolis	4.139	4.062	97	3.019	1.858	79	8	1	-	-
Grajaú	3.131	3.040	168	701	1.432	687	45	7	-	-
Ipixuna	10.640	10.591	2.071	4.853	3.256	353	53	3	2	-
Lago da Pedra	4.679	4.657	235	1.743	2.187	392	94	4	1	1
Mirador	782	771	1	31	160	160	134	129	73	83
Pedreiras	14.885	14.805	1.746	5.184	6.663	1.016	145	39	7	5
Pio XII	4.466	4.446	314	1.699	2.247	159	24	2	-	1
Presidente Dutra	5.537	5.443	955	2.574	1.845	60	6	2	1	-
Tuntum	4.652	4.486	711	1.177	2.151	425	21	1	-	-
Vitória do Mearim	5.058	4.959	1.854	1.349	1.718	34	4	-	-	-
Vitorino Freire	9.423	9.402	183	2.597	5.614	868	122	15	3	0

FONTE: IBGE, 1962

TABELA 27: Estratos de área cultivadas com lavouras e total de área em cada estrato - 1970
Estratos de área cultivada

Unidade	Estab.	Estratos de área cultivada							
		< 1	1 < 2	2 < 5	5 < 10	10 < 20	20 < 50	50 < 100	100 <
Estado	396.761	125.448	133.100	100.270	15.870	3.572	1.025	148	86
Amarante do Maranhão (3)	2.186	131	752	1.038	160	26	11	1	-
Arari (1)	2.970	2.008	585	253	23	7	3	1	-
Bacabal (6)	6.211	1.797	2.708	1.341	154	47	15	3	-
Barra do Corda (4)	9.435	1.563	3.356	3.686	678	90	12	-	-
Esperantinópolis (6)	5.159	926	1.589	1.844	346	61	18	5	1
Grajaú (4)	4.654	22	984	2.846	511	95	16	1	-
Igarapé Grande *	2.266	314	751	822	142	52	28	8	4
Ipixuna	5.873	1.962	2.472	1.217	119	31	9	-	1
Joselândia *	3.810	775	1.718	1.032	84	19	4	-	-
Lago da Pedra (2)	6.937	143	1.073	4.325	915	178	34	4	3
Lago do Junco *	2.203	368	650	700	178	84	47	6	-
Lago Verde *	1.603	511	661	369	28	17	6	1	-
Lima Campos *	1.804	456	693	532	73	13	3	-	1
Mirador	2.390	12	85	1.761	363	50	3	1	-
Olho D'Água das Cunhãs *	3.022	791	1.307	656	81	21	7	2	1
Pedreiras (6)	3.076	1.093	955	762	177	37	16	1	1
Pio XII (6)	4.928	1.630	2.098	875	63	7	2	1	-
Poção de Pedras *	4.333	273	852	2.097	680	231	88	12	6
Presidente Dutra (5)	6.483	2.017	2.553	1.484	210	51	17	2	-
Santo Antônio dos Lopes *	3.760	891	1.665	993	147	34	15	1	1
São Luiz Gonzaga do Maranhão *	1.928	1.008	621	203	25	8	-	2	-
São Mateus do Maranhão *	4.662	657	1.450	1.984	389	106	25	4	2
Tuntum (5)	8.689	4.726	2.028	604	65	15	13	1	2
Vitória do Mearim	5.279	797	2.057	1.551	223	60	17	-	-

FONTE: IBGE, 1973

Obs.: Municípios que tiveram alteradas suas microrregiões: 1) Baixada ocidental Maranhense; 2) Pindaré; 3) Imperatriz; 4) Alto Mearim e Grajaú; 5) Médio Mearim; 6) Mearim

Obs.: * - Municípios criados no interstício do censo agropecuário de 1970 e 1980.

TABELA 28: Estratos de área cultivada - 1980

Unidades	Totais		Estratos de área							
	Estab.	Total	< 1	1 < 2	2 < 5	5 < 10	10 < 20	20 < 50	50 < 100	100 <
Estado	496.758	487.142	177.259	151.919	111.951	29.322	10.785	4.110	1.000	796
Amarante do Maranhão (3)	3.043	2.875	670	889	891	277	114	26	4	4
Arari (1)	4.064	4.020	2.215	906	709	88	46	33	17	6
Bacabal (6)	6.594	6.512	3.041	2.069	976	179	108	81	36	22
Barra do Corda (4)	9.881	9.799	2.080	2.460	2.446	1.696	855	223	25	14
Esperantinópolis (6)	6.692	6.603	1.603	1.876	2.020	726	263	92	12	11
Grajaú (4)	6.176	5.992	244	1.248	2.700	1.153	406	166	45	30
Igarapé Grande *	2.252	2.176	808	672	481	130	54	22	7	2
Ipixuna										0
Joselândia *	3.077	3.030	712	925	968	310	97	16	1	1
Lago da Pedra (2)	7.724	7.631	1.556	2.567	2.418	595	276	160	48	11
Lago do Junco *	2.392	2.285	783	764	525	105	66	34	5	3
Lago Verde *	1.447	1.430	711	458	201	18	16	17	5	4
Lima Campos *	2.129	2.098	839	621	462	135	27	12	1	1
Mirador										0
Olho D'Água das Cunhãs *	1.836	1.786	859	561	244	52	45	17	6	2
Pedreiras (6)	3.132	3.082	1.562	784	496	155	52	28	3	2
Pio XII (6)	2.087	1.989	467	867	497	85	49	14	5	5
Poção de Pedras *	4.498	4.410	1.469	1.233	1.114	403	137	50	4	0
Presidente Dutra (5)	5.022	4.966	1.647	1.719	1.147	273	109	49	16	6
Santo Antônio dos Lopes *	3.310	3.286	883	1.156	863	246	81	40	12	5
São Luiz Gonzaga do Maranhão *	5.282	5.259	1.796	2.016	1.130	169	82	48	12	6
São Mateus do Maranhão *	2.337	2.322	1.040	804	381	58	21	13	3	2
Tuntum (5)	5.995	5.924	1.716	2.003	1.590	400	133	52	19	11
Vitória do Mearim	8.203	8.121	2.581	3.670	1.536	220	71	32	5	6
Vitorino Freire (2)	2.366	2.237	463	957	602	107	65	28	11	4

FONTE: 1983

Obs.: Municípios que tiveram alteradas suas microrregiões: 1) Baixada ocidental Maranhense; 2) Pindaré; 3) Imperatriz; 4) Alto Mearim e Grajaú; 5) Médio Mearim; 6) Mearim

Obs.: * - Municípios criados no interstício do censo agropecuário de 1970 e 1980.

TABELA 29: ATIVIDADE PREDOMINANTE NOS ESTABELECIMENTOS E TOTAL DE ÁREA EM CADA ATIVIDADE - 1950

Unidades	Total		Agricultura		Agropecuária		Pecuária		Extração vegetal	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab	Área	Estab.	Área
Estado	95.165	9.538.144	66.72	1.184.430	21.06	4.319.597	5.841	3.854.791	-	-
Arari	388	8.501	97	579	149	1.273	141	6.649	-	-
Bacabal	6.918	21.438	6.079	17.535	713	3.216	34	404	-	-
Barra do									-	-
Corda	3.276	32.249	2.874	17.532	381	10.590	18	4.102	-	-
Grajaú	1.281	961.018	326	169.248	851	636.531	102	153.666	-	-
Ipixuna	4.437	57.790	3.750	13.242	634	17.126	35	23.869	-	-
Mirador	353	152.280	35	7.759	225	74.650	82	62.908	-	-
Pedreiras	9.169	38.147	7.901	29.468	1.208	7.052	16	1.317	-	-
Presidente									-	-
Dutra	4.634	16.754	3.016	7.633	1.483	5.602	118	3.460	-	-
Vitória do									-	-
Mearim	1.933	50.766	1.598	2.813	252	11.271	82	36.652	-	-

FONTE: IBGE, 1956

Obs.: Exclusive invernada e campos de engorda e outras modalidades de exploração, etc.

Obs: Não há o item Extração vegetal neste censo

TABELA 30: ATIVIDADE PREDOMINANTE NOS ESTABELECIMENTOS E TOTAL DE ÁREA EM CADA ATIVIDADE - 1960

Unidades	Total		Agricultura e Agropecuária		Pecuária		Extração vegetal	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Estado	261.865	8.216.613	231.359	3.804.635	11.178	2.896.969	19.165	1.492.244
Amarante do Maranhão	1.449	46.631	1.360	34.667	87	11.414	1	500
Arari	2.411	1.647	2.356	1.506	54	136	-	-
Bacabal	15.005	48.373	13.973	40.073	73	6.840	957	1.453
Barra do Corda	7.837	22.275	7.578	19.987	257	2.225	-	-
Esperantinópolis	4.139	12.223	4.059	10.644	36	1.151	5	13
Grajaú	3.131	248.141	2.407	115.906	710	132.145	13	88
Ipixuna	10.640	41.865	8.493	32.291	132	6.150	2.013	3.420
Lago da Pedra	4.679	32.264	4.324	26.127	80	7.515	275	622
Mirador	782	314.080	439	123.578	178	112.929	162	76.465
Pedreiras	14.885	86.126	13.363	70.963	62	8.189	1.459	6.762
Pio XII	4.466	32.754	4.422	11.843	19	20.862	24	45
Presidente Dutra	5.537	19.963	5.145	12.577	289	6.922	102	264
Tuntum	4.652	18.956	4.326	14.751	315	4.144	-	-
Vitória do Mearim	5.058	25.785	4.463	8.051	594	17.731	-	-
Vitorino Freire	9.423	33.756	9.418	33.728	5	28	-	-

FONTE: IBGE, 1962

Obs.: Exclusiva Horticultura e floricultura, avicultura, apicultura, cunicultura e sericultura, invernada e campos de engorda e atividades de experimentação, etc.

TABELA 31: ATIVIDADE PREDOMINANTE NOS ESTABELECIMENTOS - 1980

Unidades	Totais		Agricultura		Pecuária		Agropecuária		Extração vegetal	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Estado	496.758	15.134.237	374.018	5.651.956	53.201	7.888.242	9.578	610.374	56.858	888.459
Amarante do Maranhão (3)	3.043	184.995	2.160	49.035	785	116.743	27	4.444	41	13.708
Arari (1)	4.064	72.568	3.469	31.139	311	39.845	162	1.460	118	119
Bacabal (6)	6.594	188.875	3.784	55.548	573	104.259	105	6.779	2.065	21.879
Barra do Corda (4)	9.881	393.665	8.032	190.051	1.254	169.616	149	12.042	252	16.758
Esperantinópolis (6)	6.692	93.972	5.581	53.470	535	28.168	182	10.813	331	1.030
Grajaú (4)	6.176	735.142	4.770	215.369	1.183	471.082	164	24.743	22	16.883
Igarapé Grande *	2.252	61.260	1.287	13.638	345	37.316	45	3.376	565	6.906
Ipixuna										
Joselândia *	3.077	52.311	2.483	31.920	238	16.737	69	2.724	281	917
Lago da Pedra (2)	7.724	207.949	6.462	105.986	802	88.376	195	11.266	229	1.827
Lago do Junco *	2.392	48.751	1.441	13.926	316	31.155	52	1.894	571	1.700
Lago Verde *	1.447	30.718	1.244	18.945	43	8.843	14	2.283	103	588
Lima Campos *	2.129	30.577	1.399	13.328	221	13.458	37	1.211	449	2.415
Mirador										
Olho D'Água das Cunhãs *	1.836	64.625	1.358	10.033	272	49.832	61	3.221	134	1.526
Pedreiras (6)	3.132	47.317	1.952	16.494	272	26.351	67	2.273	816	2.083
Pio XII (6)	2.087	51.331	1.643	19.891	181	24.787	52	4.928	207	1.717
Poço de Pedras *	4.498	87.921	3.358	36.147	605	41.711	163	7.874	334	2.035
Presidente Dutra (5)	5.022	214.834	3.857	169.635	492	38.771	87	4.366	565	1.867
Santo Antônio dos Lopes *	3.310	65.361	2.552	34.556	172	24.513	60	3.250	519	3.020
São Luiz Gonzaga do Maranhão *	5.282	82.006	3.901	36.624	277	39.491	57	2.896	1.035	2.424
São Mateus do Maranhão *	2.337	51.006	2.171	13.724	70	35.880	19	289	74	1.102
Tuntum (5)	5.995	168.936	4.875	55.649	848	108.791	84	3.478	150	753
Vitória do Mearim	8.203	132.870	7.031	38.261	213	89.712	102	3.383	852	1.506
Vitorino Freire (2)	2.366	100.830	1.592	38.396	370	55.123	82	6.320	321	988

FONTE: IBGE, 1983

Obs.: Municípios que tiveram alteradas suas microrregiões: 1) Baixada ocidental Maranhense; 2) Pindaré; 3) Imperatriz; 4) Alto Mearim e Grajaú; 5) Médio Mearim; 6) Mearim

Obs.: * - Municípios criados no interstício do censo agropecuário de 1970 e 1980.

TABELA 32: NÚMERO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO - DÉCADA DE 1980

Município	Área (ha)	Capacidade de assentamento	Qde. Áreas
Santa Luzia	428.684,95	392	12
Pinheiro	245.000,00	1	
Turialvo	143.643,23	700	3
Cândido Mendes	100.518,17	423	2
Coroatá	96.572,00	1	4
Esperantinópolis	59.455,00	1	2
Pio XII	50.000,00	1	
Lima Campos	48.602,64	117	4
Carutapera	48.440,93	600	
Grajaú	45.906,50	65	2
Lago da Pedra	30.955,00	1.000	
Gov. Eugênio Barros	30.942,00	1	
Bacabal	28.162,38	1	3
São Luís Gonzaga do Maranhão	25.846,48	1	3
Itapecuru Mirim	24.376,07	235	2
Tuntum	23.033,07	462	2
Lago do Junco	953,01	79	1
TOTAL	1.431.091,42	4.080	40

Fonte: INCRA, 2001

ANEXO II – LEIS BABAÇU LIVRE



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANTINÓPOLIS
 RUA GETÚLIO VARGAS Nº 304 – CENTRO
 CNPJ – 69.390.623/0001 – 14

JUSTIFICATIVAS:

E visível que a atividade extrativista do babaçu é principal fonte de emprego e renda do nosso Município de Esperantinópolis, Estado do Maranhão, representando aproximadamente, 80% da atividade das famílias no município. Tal fato contribui para diminuição dos problemas sócios econômicos do Município.

Urge recordar que a palmeira de babaçu tem uma infinidade de utilidades, propiciando a produção de uma variedade enorme de produtos, tais como: da palha é possível fazer a cobertura das casas e na produção de pequenos utensílios domésticos: (cofo, abano, esteiras...); do talo aproveita – se para a feitura das cercas; das amêndoas, que se constitui no principal produto dessas famílias, é possível produzir o óleo e o sabão. A farinha e outros alimentos de alto valor protéico. Além de produzir todos estes produtos, as palmeiras de babaçu são imprescindíveis para manter o equilíbrio ecológico no Município.

A constituição federal atribuiu competência comum aos estados e Municípios “**preservar as florestas, a fauna e a flora**” g.n. (artigo 23º, inciso VII, da CF). Tal dispositivo constitucional foi ratificado pela lei orgânica do Lago dos Rodrigues “**proteger o Meio Ambiente e combater a poluição em qual de suas formas**” g.n. e “**preservar as florestas, a fauna e a flora**” g.n. (artigo 11º, incisos VI e VII, respectivamente). Portanto, é inquestionável a competência comum do Município em legislar sobre a preservação de suas florestas que, aqui, são representadas pelas palmeiras de babaçu.

A própria lei Orgânica Municipal, não se omitiu nessas questões das derrubadas de palmeiras, consoante artigo 201º, parágrafo 1º: “para que ocorra a derrubada das palmeiras são necessárias as seguintes condições: a) prévia autorização do Departamento de Terra do Município; b) que a derrubada não fira o que determina a legislação federal vigente”. Sendo que tal dispositivo enseja as seguintes observações. Não existe nem um outro dispositivo legal federal específico a cerca da proibição de derrubadas de palmeiras de babaçu, (apenas um projeto de lei 1.428, de 1.996, de autoria do Deputado Domingos Dutra e Ana Julia Carepa). Isto não impede que o ...

APROVADO

Em 15/12/1999
[Assinatura]
 Presidente

PROJETO DE LEI BABAÇU LIVRE DE ESPERANTINÓPOLIS-MA**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANTINÓPOLIS**

RUA GETÚLIO VARGAS Nº 304 – CENTRO
CNPJ – 69.390.623/0001 – 14

-Município legisle a respeito, uma vez que a competência para preservar é comum de todos os entes da federação, como visto nos artigos citados anteriormente. O fato de conter previsão legal, também não impede que o próprio Município legisle "de forma mais restrita sobre o assunto, sorte a proibir terminantemente a derrubada de palmeiras, como se encontra na redação do presente projeto de lei, pois um dos objetivos do Município é no sentido de alcançar o bem comum", (CF. Preâmbulo da lei Orgânica Municipal).

JUSTO que a Câmara Municipal tome livre à atividade extrativista do babaçu e emença a derrubadas de palmeiras, para garantir, o sustento de diversas famílias do Município.

APROVADO

Em

15/12/1999

Presidente

LEI BABAÇU LIVRE DE LAGO DO JUNCO-MA



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGO DO JUNCO
CNPJ: 69.377.075/0001-92
Av. Câmara Lopes Nº 15

Lei nº 01/2002

Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no Município de Lago do Junco, Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Art. 1º As palmeiras de babaçu existentes no Município de Lago do Junco,

Estado do Maranhão, são de livre acesso e uso comum das quebradeiras de coco babaçu e suas famílias, que as exploram em regime de economia familiar e comunitária.

Art. 2º No Município de Lago do Junco é terminantemente proibido a realização de qualquer ato que venha causar danos diretos ou indiretos às palmeiras de babaçu, como derrubada, corte do cacho, queimada, uso de agrotóxicos, cultivos de plantações que tragam algum prejuízo ao seu desenvolvimento, entre outras ações.

§ 1º Serão permitidos os trabalhos de raleamento, desde que se obedeça a uma densidade de no mínimo 60 palmeiras por hectare, distribuídas de forma a evitar a concentração de palmeiras na área.

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, deverão ser consideradas não só as palmeiras adultas, mas também deverá ser mantido um igual número de palmeiras jovens (capoteiros ou pindovas) para a futura substituição da vegetação, com vista a manutenção de um sistema de proteção baseado no desenvolvimento sustentável e conservação de recursos naturais.

Parágrafo único. Os trabalhos de raleamentos deverão ser comunicados com antecedência mínima de 07(sete) dias, e deverão ser acompanhadas pelo Conselho Municipal de meio Ambiente instituído conforme a Lei orgânica Municipal de Lago do Junco, Estado do Maranhão, ou na falta deste Conselho, pelas entidades representativas da classe dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município, representantes dos proprietários da terra e poder público.

Art. 3º As infrações pelo não cumprimento desta Lei, sujeitará o infrator às seguintes sanções:

I - multa, que deverá ser arbitrada pela Secretaria de Agricultura, enquanto cria-se a Secretaria de Meio Ambiente do Município e determinada de acordo com os danos causados às palmeiras e à

área afetada, não podendo ser inferior a três salários mínimos, independentemente do ressarcimento dos danos causados ao meio ambiente e das sanções penais aplicáveis ao caso; e

II - multa dobrada, caso o infrator seja reincidente.

Art. 4º A fiscalização do disposto nesta Lei caberá à Secretaria de Agricultura, enquanto cria-se a Secretaria do Meio Ambiente do Município, sob o acompanhamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente ou das entidades de que trata o parágrafo único do art. 2º desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário

Lago do Junco (MA) em 14 de Junho de 2002.